

Desde o início do século XVI, que todo o espaço continental da monarquia portuguesa estava coberto por instituições que obedeciam a um mesmo modelo¹. Os ofícios municipais compreendiam sempre, em primeiro lugar, um juiz-presidente (ordinário ou de fora), embora algumas terras tivessem tido dois (um para a vila e outro para o termo) e outras, sobretudo nos finais do Antigo Regime, fossem presididas por magistrados de concelhos confinantes (câmaras anexas). Compunham-nas ainda, quase sempre, dois ou mais vereadores e um procurador, eventualmente também um tesoureiro. Com a excepção dos juizes de fora, todos estes oficiais eram eleitos localmente e confirmados – pelo menos a partir do início ou de meados do século XVII – pela administração central da coroa ou pelo senhor da terra.

As atribuições dos juizes das terras, em certos casos substituídos pelo vereador mais antigo (chamado então «juiz pela ordenação»), compreendiam sempre a jurisdição em primeira instância, pelo menos, em matérias do foro cível. As câmaras no seu conjunto detinham, ainda, competências numa multiplicidade de terrenos relativos à administração e à regulação a vida económica local.

A forma da eleição, indirecta e por prazos anuais, dos vereadores, procuradores e juizes ordinários, quando existiam, encontrava-se definida nas Ordenações, mas foi modificada através de legislação posterior.

As etapas gerais através das quais se foi consagrando nos planos legislativo e institucional a elitização da vida camarária, foram já identificadas. De facto, desempenharam um relevante papel nessa evolução as progressivas limitações que a própria monarquia foi introduzindo à elegibilidade para as vereações municipais. Na verdade, nas «Ordenações Filipinas» (1603, Livro I, Tit. 67), determinavam apenas que a selecção cabia aos eleitores escolhidos pela reunião da câmara, «homens bons e povo», devendo recair nos «melhores dos lugares». Tais reuniões teriam lugar de três em três anos, escolhendo-se para cada ano a composição das câmaras pela via indirecta descrita. Contudo, estas disposições foram modificadas, tendo sido reunidas no Regimento de 8 de Janeiro de 1670.

O modelo de eleição que se foi definindo na primeira parte de seiscentos vigorou, com efeito, até aos finais do Antigo Regime, sem alterações de substância. Incumbia aos corregedores ou ouvidores a escolha de dois ou três informantes, os quais elaboravam a lista dos elegíveis. Convocavam-se depois os eleitores que votavam, de entre os arrolados, aqueles que deviam preencher os ofícios municipais. Todas estas escolhas acabavam por recair dentro do mesmo círculo, ou seja, «dos mais nobres e da governança da terra», «sem raça alguma». As listas dos elegíveis e a relação dos votos eram depois enviadas para confirmação ao Desembargo do Paço, nas terras da Coroa, ou aos senhores, nos casos dos concelhos de donatário.

Em geral, os ofícios camarários nos pequenos municípios não acrescentavam prestígio nem poder e, podiam muitas vezes revelar-se até uma fonte de despesas para quem as desempenhava. Inversamente as grandes câmaras conferiam nobreza e forneciam múltiplos recursos aos oficiais camaristas. Eram por isso preservados por quem não podia ascender a outros patamares mais elevados, e intensamente procurados por quem pretendia adquirir estatuto social. Quanto às ordenanças, deve notar-se, por um lado, que os ofícios de capitão-mor e de sargento-mor conferiam sempre nobreza vitalícia, qualquer que fosse a dimensão a capitania, e que por outro, exigiam um grande empenho a quem os exercia, pela natureza das tarefas requeridas e pela duração (indeterminada) do ofício.

1755- vereador mais velho. Manuel Jorge.

1760 - presidência do Juiz de Fora, Francisco Xavier Saraiva de Sucena

¹ Oliveira, César (dir.) História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia), 1996, Círculo de Leitores.

- Vereador mais velho – Francisco Nogueira
- 1761 - presidência do Juiz de Fora, Francisco Xavier Saraiva de Sucena
Vereador mais velho – João de Sousa Valadares
- 1762 – presidência do Juiz de Fora, Francisco Xavier Saraiva de Sucena
Vereador mais velho – Manuel Gonçalves
- 1763 - Vereador mais velho – Constantino da Cunha
- 1765 - Vereador mais velho - João de Sousa Valadares
- 1766 – Vereador Manuel Alves Casal
vereador Constantino da Cunha
- 1767 - Vereador mais velho – Manuel Jorge
- 1768 - presidência do Juiz de Fora, Dom Francisco Manuel d’Andrade Moreira
Vereador mais velho – capitão Manuel Cordeiro
- 1769 - Vereador mais velho – capitão Manuel Cordeiro
- 1770 - presidência do Juiz de Fora, Joaquim José Ferreira da Cunha
Vereador mais velho – Pedro Maria Capriato
- 1771 - presidência do Juiz de Fora, Joaquim José Ferreira da Cunha
Vereador mais velho – Pedro Maria Capriato
- 1772 - Vereador mais velho (servindo de juiz)– Pedro Maria Capriato
- 1774 – Vereador mais velho(servindo de juiz) – Pedro Maria Capriato
- 1776 – Vereador mais velho(servindo de juiz) – Pedro Maria Capriato
vereador e escrivão – António Borges Lima
- 1777 – Vereador mais velho (servindo de juiz) – capitão Manuel Cordeiro
- 1778 - presidência do Juiz de Fora, Manuel Pires Querido Leal
- 1779 – vereador Pedro Maria Capriato
vereador Joaquim Cordeiro
- 1780 - presidência do Juiz de Fora, José da Cunha Fialho
- 1783 - presidência do Juiz de Fora, José da Cunha Fialho
vereador mais velho – Pedro Esteves
- 1784 - presidência do Juiz de Fora, José da Cunha Fialho
vereador mais velho – Pedro Esteves
- 1785 - presidência do Juiz de Fora, João Pedro d’Abreu

vereador mais velho – Joaquim Manuel Pereira de Sousa

1786 - presidência do Juiz de Fora, João Pedro d'Abreu
vereador – Francisco Alves Casal (servindo de juiz pela ordenança)
vereador – João Pires Borges

Francisco Alvarez Casal - A 3 de Junho de 1776, foi nomeado por D. José, capitão de ordenanças da vila do Barreiro. Por decreto dado em Queluz a 24 de março de 1797, concedeu D. Maria I, a Francisco Alvarez Casal, a honra de usar da insígnia de cavaleiro da ordem de Santiago, sem ainda o ser. Recebeu o hábito de cavaleiro, na Igreja do Mosteiro de Santos, em Lisboa, por decreto da Rainha, assinado pelo príncipe regente a 5 de Outubro de 1798.

A 17 de Março de 1803, o príncipe regente do reino, D. João, nomeou-o sargento-mor das ordenanças (serviço de milícias).

Faleceu em 1835.

Um seu filho, Francisco Alves Casal, por decreto de D. Miguel datado de 28 de Setembro de 1832, foi nomeado capitão de ordenanças da vila do Barreiro.

1787 - presidência do Juiz de Fora, João Pedro d'Abreu
vereador mais velho – Estanislau José da Costa
Vereador - Filipe Esteves
1788 - presidência do Juiz de Fora, João Pedro d'Abreu
vereador terceiro – Francisco Teodoro Alves Casal

Cirurgião da Vila – Teodoro de Serra Dinis Leal

1789 - presidência do Juiz de Fora, João Pedro d'Abreu
vereador mais velho – Manuel Esteves
1790 - presidência do Juiz de Fora, José Ferreira Cidade.
vereador mais velho – Manuel Esteves
vereador – João Pinheiro Borges
1791 - presidência do Juiz de Fora, José Ferreira Cidade.
vereador – João Pinheiro Borges
1793 – presidência do Juiz de Fora, José Ferreira Cidade.
Vereador - Belchior Raimundo Cerqueira, tesoureiro
Vereador - Eusébio Estanislau Pereira de Sousa e Silva Couto
Vereador – Timóteo da Costa Cordeiro

Procurador de concelho – Francisco Pinheiro da Silva

1794 - presidência do Juiz de Fora, José Ferreira Cidade.
Vereadores – João Pinheiro Borges
Jacinto José Borges
Manuel Gonçalves Lobato

1794 - presidência do Juiz de Fora, João Baptista Esteves (a partir de Dezembro).

1795 - presidência do Juiz de Fora, João Baptista Esteves

1797 – presidência do Juiz de Fora, João Baptista Esteves

1798 - presidência do Juiz de Fora, João Baptista Esteves

1799 - presidência do Juiz de Fora, António Casimiro d'Almeida Pessanha

1803 – presidência do Juiz de Fora, António José Ferreira da Costa

1804 - presidência do Juiz de Fora, António José Ferreira da Costa

1805 – presidência do Juiz de Fora, Francisco António de Castro

1806 - presidência do Juiz de Fora, Luís Gomes de Sousa

1807 – Presidente da câmara, Alferes Jacinto José Borges
Procurador do Concelho – Francisco do Nascimento Reis
Alcaide da Vila – Paulo Baptista

1809 – presidência do Juiz de Fora, Joaquim Manuel da Silva
Belchior Raimundo Cerqueira, tesoureiro
Eusébio Estanislau Pereira de Sousa e Silva Couto
Inácio de Faria
José Ferreira Silva Cidade
José Maria dos Santos

1810 – presidência do Juiz de Fora, Joaquim Manuel da Silva

1812 – presidente - capitão Manuel Gonçalves Lobato

José Maria dos Santos
João Pinheiro Borges
Joaquim José Machado

Procurador – Inácio de Faria

1813 – Procurador de concelho – José de Barros
Presidente e juiz de fora – Filipe Mariano Boina Araújo
Vereadores – sargento-mor João Pinheiro Borges
- Alferes Luís Ferreira

1814 - Presidente e juiz de fora– Filipe Mariano Boina Araújo
Vereador mais velho - Eusébio Estanislau Pereira de Sousa e Silva Couto
Vereador – António Marques
Vereador - sargento-mor João Pinheiro Borges
Vereador - Alferes Luís Ferreira

Nesta data, o sargento-mor Francisco Alves Casal, era procurador da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santa Cruz.

Procurador de concelho – João de Mira

1815 - Presidente e juiz de fora– Filipe Mariano Boina Araújo
primeiro vereador – José Joaquim Valente
segundo vereador – Teodoro José Gonçalves
terceiro vereador – Manuel da Silva Guerra

1817 – presidência do Juiz de Fora, Francisco Baptista Lisboa
vereador mais velho – António Firmo de Figueiredo Moreira

1818 - presidência do Juiz de Fora, Francisco Ribeiro de Figueiredo

1820 – presidência do Juiz de Fora, Francisco Ribeiro de Figueiredo

Francisco Alves Casal
António Marques (pescador)
Teodoro José Gonçalves
Caetano António

1822 - presidência do Juiz de Fora, Francisco Ribeiro de Figueiredo
António Marques
José Miguel S. Santos Morgado
Manuel Gonçalves Lobato
José Maria dos Santos

Procurador do Concelho – Joaquim dos Santos

1823 – (até Agosto) presidência do Juiz de Fora, Francisco Ribeiro de Figueiredo.
presidência do Juiz de Fora, José de Vasconcelos Azevedo Ataíde Meneses
Francisco Alves Casal
Joaquim de Sant’Anna
Quintino

1824 - presidência do Juiz de Fora, José de Vasconcelos Azevedo Ataíde Meneses

1825 - presidência do Juiz de Fora, José de Vasconcelos Azevedo Ataíde Meneses

1826 – presidente – José Gomes de Saúde Vasconcelos de Carvalho
Vereadores – sargento-mor Francisco Alves Casal
Eusébio Estanislau Pereira de Sousa e Silva Couto
João Dias Correia

1827 – presidente – José Gomes de Saúde Vasconcelos de Carvalho
Vicente de Souto Moreira
Eusébio Estanislau Pereira de Sousa e Silva Couto
Luís Ferreira
José Maria dos Santos

1828 – Juiz de fora, presidente – José Gomes de Saúde Vasconcelos de Carvalho

1829 - Juiz de fora, presidente – José Gomes de Saúde Vasconcelos de Carvalho

1830 – Juiz de fora, presidente – José Gomes de Saúde Vasconcelos de Carvalho

Abril de 1830 - Juiz de fora, presidente – Francisco Joaquim Gomes de Sousa e Silva Belforte.

1832 – Juiz de fora, presidente – Francisco Joaquim Gomes de Sousa e Silva Belforte.
Vereador mais velho, alferes Luís Ferreira

1833 – Juiz de fora – António Moreira Leite Pereira Cabral

1834 – Juiz de fora – António Moreira Leite Pereira Cabral
Vereador mais velho – Ricardo António Pança

1835 - presidência do Juiz de Fora, José António Gomes
Vereador mais velho – Ricardo António Pança

1835 – Francisco de Assis Castro de Mendonça que assina também Francisco de Assis Castro Vasconcelos (informação de munícipe Tomás Neves, do Porto). Absolutista, terá sido eleito e imediatamente demitido pelos liberais em 1835.

Alcaide – Joaquim Manuel de Campos

1835, 1836, 1840, 1841 – Ausência de registos porque não constavam nas relações do torre do tombo, no fundo do magistério do Reino/administração interna.

1837- 1839 – Presidente – João Dias Correia
Francisco Alves Casal (filho, 33 anos)
António Marques de Medeiros
António Oliveira Campos
Arnaldo Wanzeller

1842 – Francisco Alves Casal
Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta
João dos Santos da Costa
Manuel dos Prazeres e Silva
António Marques de Medeiros

Francisco Alves Casal – nasceu no Barreiro, a 7/10/1805. Foi baptizado a 9/2/1806, na casa paterna na Rua de Palhais, mediante licença do bispo de Lacedemónia. Morreu solteiro aos 76 anos de idade (incompletos) a 17/7/1881.

Foi capitão de ordenanças, presidente da câmara, administrador de concelho, provedor da Misericórdia, provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, etc., dispondo de larga influência política. Na propriedade da família, situada no largo com o mesmo nome, recebeu muitas vezes o amigo pessoal, Dr. Joaquim António de Aguiar.

Em Março de 1879, Francisco Alves Casal era juiz ordinário do julgado, em ofício pedia autorização à câmara (apoiando-se nos artigos 151 e 156, § 3º do Código Civil) para utilizar a sala de sessões da câmara para fazer audiências. A câmara por unanimidade recusou o pedido, concedendo antes a sala de arquivo.

A sua morte foi devida a uma fraqueza geral do organismo, por virtude de ter resolvido a certa altura, não se alimentar, por achar que já vivera o suficiente.

Vereação eleita para o biénio de 1845 a 1846:

Arnaldo Wanzeller – presidente, proprietário
João dos Santos Costa Júnior, padeiro
Francisco Teodoro Bravo, carpinteiro
Manuel Luís Machado, cirurgião
João Pinto, marítimo

Vereação eleita para o biénio de 1847 a 1848:

António José Nunes – presidente, boticário
Arnaldo Wanzeller, proprietário
João Rodrigues Alves Roiz, proprietário
João José Elias Ligorne, carpinteiro
João Elias Esteves, proprietário

Vereação eleita para o biénio de 1848 a 1849:

Arnaldo Wanzeller – presidente, proprietário
Caetano António Pança, marítimo

José Silvestre, padeiro
Inácio Nunes, proprietário
João Elias Ligorne, carpinteiro (pai)

Administrador de Concelho – Francisco
Alves Casal, proprietário.

Vereação eleita para o biénio de 1850 a 1851:

Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta – presidente, boticário
José Silvestre – fiscal, padeiro
Joaquim dos Santos «pedreiro», proprietário
Estevão José Rodrigues, sapateiro
José de Matos, fazendeiro

Conselho Municipal para o biénio de 1850 a 1851:

José Pedro da Costa, proprietário
Arnaldo Wanzeller, proprietário
Manuel da Silva, pedreiro
João Rodrigues Alves Roiz, proprietário
António Pereira, moleiro

A 17 de Abril de 1850, foi apresentado um requerimento da Irmandade de Escravos de Nossa Senhora do Rosário, na qual em vista da conveniência pública e desafogo da Rua denominada «Detrás dos Quintais» a mandar-se desenterrar os montes formados pelas cheias de muitos Invernos que impedem o livre trânsito daquela parte da rua que vai da esquina do muro do Andrade até à esquina da casa de João dos Santos Costa Júnior.

A 6 de Julho de 1850, em ofício do Governador Civil de Lisboa, era chamada a atenção à edilidade para o estado de conservação do único poço que fornece água à vila, pois segundo consta acha-se em estado de ruína.

A 26 de Novembro de 1850, era estabelecida a tabela dos preços médios dos géneros de primeira necessidade.

Por ofício de 30 de Maio de 1851, o Governador Civil de Lisboa, Conde do Sobral, exonerava Francisco Alves Casal do cargo de Administrador do Concelho, nomeando interinamente, Rafael Idézio Sebastião Pimenta. Como o nomeado desempenhava as funções de presidente da câmara, é nomeado presidente interino, José Silvestre, sendo convidado a ocupar o lugar na câmara o cidadão mais votado, imediatamente a seguir, Arnaldo Wanzeller.

A 17 de Julho era afixada a relação dos 10 cidadãos mais e menos colectados, para a elaboração do recenseamento eleitoral.

A 10 de Agosto de 1851, eram estabelecidas as condições para a obra do poço «o 16».

Vereação eleita para o biénio de 1852 a 1853:

João António Gomes, proprietário
José dos Santos Costa, proprietário
Manuel dos Prazeres e Silva, proprietário
Manuel Vicente Alves, negociante
João Elias Esteves, marítimo

A 9 de Fevereiro de 1852, devido ao estado de ruína e inutilidade em que se encontra o relógio do município, foi aceite efectuar a troca deste, por outro, pagando-se apenas uma pequena quantia pela troca. Contudo, a 14 de Março, devido a inconvenientes na troca, acaba-se pelo conserto do relógio. A 11 de Junho, Joaquim António Nunes, foi nomeado pela câmara para tratar do relógio do município.

A 1 de Maio de 1852, a câmara acordou o aforamento com Joaquim Baptista Miranda, negociante em Lisboa de um prédio urbano com loja e primeiro andar, contíguo aos Paços do

Concelho, para servir de novas instalações para a edilidade. Por acórdão do Conselho de Distrito de 23 de Agosto de 1852, a câmara era autorizada a aforar o prédio. Apenas em sessão de 9 de Abril de 1854, a edilidade decidia efectuar a escritura com Joaquim Baptista de Miranda do prédio contíguo à câmara para estender as suas instalações.

A 10 de Junho de 1852, foi apresentado um pedido de aforamento por José Francisco da Costa, proprietário de um baldio situado na praia de Alburrica. Pedido idêntico foi apresentado por José Pedro da Costa a 16 de Junho do mesmo ano.

A 7 de Novembro de 1852, foi ponderado pelo presidente que sendo de reconhecida vantagem o estabelecimento de uma ponte de embarque e desembarque dos passageiros e volumes, que desta vila se transportam para Lisboa nos barcos a vapor e vice-versa, e atendendo a que a obra de tanta utilidade se não poderá levar a efeito sem a concorrência de pessoas conspícuas e dos grandes proprietários deste lado do Tejo, achava conveniente eleger uma comissão composta de sete membros para que dignando-se a aceitar, possam adquirir donativos suficientes para a concessão da referida obra, o que sendo ouvido pela câmara, nomeou unanimemente para compor a referida comissão o Conselheiro Joaquim António de Aguiar, o Comendador Joaquim José Araújo e os proprietários Jorge Whelhouse, Nicola Covacich, José Pedro da Costa, António Joaquim Raimundo e Domingos Quintino de Andrade, servindo de presidente o primeiro, e secretário o último.

A 9 de Maio de 1853, José António Raimundo tomou posse no cargo de professor do ensino primário na freguesia de Santa Cruz.

Conselho Municipal para o biénio de 1854 a 1855, escolhido de entre os maiores contribuintes:

José Pedro da Costa.....37.197 réis, proprietário
Rafael Idézio S. M. Pimenta....19.006 “ , boticário
Francisco Alves Casal.....14.440 “ , proprietário
João Rodrigues Alves.....13.716 “ , proprietário
José António de Carvalho.....13.082 “ , proprietário
Substitutos:
José João Elias Ligorne.....10.570 réis, construtor naval
José de Matos..... 6.917 “ , fazendeiro
Luís dos Santos..... 5.517 “ , proprietário
Manuel dos Prazeres e Silva.....4.569 “ , proprietário
Manuel da Silva.....4.069 “ , pedreiro

Vereação eleita para o biénio de 1854 a 1855:

Presidente – João António Gomes, proprietário
Vereadores – Manuel dos Santos Costa, proprietário.
Manuel Vicente Alves, negociante
António Maria Bandeira, proprietário.
Ricardo António Pança, proprietário

A 6 de Janeiro de 1854, a vereação reuniu-se com o Conselho Municipal para a discussão da « construção e conservação da ponte que se projecta fazer no sítio do Mexilhoeiro, nos limites desta vila, para cujo fim já a câmara havia nomeado uma comissão». Apesar da quantia reunida pelos membros da dita comissão, para a conservação da ponte era necessária a criação de um imposto municipal, a ser pago por pessoas, gados e volumes que a utilizem.

A 29 de janeiro de 1854, registava-se o abuso praticado por dois barcos pertencentes à praia de Santos em Lisboa, que têm tirado areia continuamente do porto do Mexilhoeiro, arruinando o embarque e desembarque naquele sítio.

1855- Comissão de recenseamento escolhida pelos maiores contribuintes:

Efectivos:

José Pedro da Costa, proprietário
Manuel dos Santos da Costa, proprietário
Ricardo António Pança, proprietário
António Maria Bandeira, proprietário
João dos Santos Costa, proprietário
Felix José Dias,
José António Raimundo

Suplentes:

José dos Santos da Costa, proprietário
Manuel dos Prazeres Silva, proprietário
Luís dos Santos Costa, proprietário
Manuel da Silva, pedreiro
Manuel Vicente Alves, negociante
Lauriano José Coelho, pedreiro
Francisco Teodoro Bravo, construtor naval,
mestre carpinteiro.

1855- Conselho Municipal:

José Pedro da Costa
Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta, Administrador - substituto de Concelho.
José António Carvalho
Manuel da Silva
José João Elias Ligorne, construtor naval, mestre carpinteiro

1855 – Administrador de Concelho:

José da Cunha Barreto, Bacharel.

A 2 de Dezembro de 1855, por ofício do Governador Civil de Lisboa é dissolvida a Câmara Municipal do Barreiro, assim como a de Alhos Vedros e Moita, sendo nomeada uma Comissão Municipal Interina para reger os três concelhos reunidos. A Comissão Municipal Interina nomeada a 9 de Dezembro de 1855, era constituída por:

António Manuel da Cunha (cirurgião) – Presidente
José dos Santos da Costa, proprietário
Manuel António Pereira,
João José Antunes – Fiscal,
José Luís Correia

Contudo a 30 de Dezembro de 1855, a sua constituição era diferente:

Dom João José de Carcame Lobo
João José Antunes
José dos Santos da Costa
Manuel Vicente Alves
José Luís Correia

Através de poderes conferidos pelo art.º 49 e 50 do Código Administrativo, devido à extensão do novo concelho, este era dividido em duas assembleias eleitorais: uma na Vila do Barreiro, onde deveriam votar os cidadãos recenseados das freguesias de Santa Margarida do Lavradio, Nossa Senhora da Graça de Palhais e Coina; e outra, na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem da Vila da Moita, onde devem ir votar os cidadãos recenseados da freguesia de S. Lourenço de Alhos Vedros.

A nova Câmara Municipal eleita destas eleições, que administraria o novo concelho foi:

Vereação eleita para o biénio de 1856 a 1857:

João António Gomes – Presidente, proprietário
José Pedro da Costa – Vice-presidente
José Luís Correia
João dos Santos da Costa, proprietário

Dom José de Carcamo Lobo – mudou de residência para Lisboa em Março, tendo sido substituído pelo cidadão mais votado nos últimas eleições municipais, José Claudino da Cruz, presidente da extinta Câmara Municipal de Alhos Vedros.

Durante o mês de março e Abril, grassou uma epidemia de *Cholera Morbus* no concelho, existindo para tal três médicos para todo o concelho (reunido). No Barreiro, exercia essas funções António Manuel da Cunha, ex-presidente da Câmara.

1856 – Conselho Municipal:

Francisco Alves Casal
Salvador Sarmiento de Faria
Joaquim Rodrigues dos Santos
José Caetano de Sales Godinho
António Maria Bandeira

9 de Julho de 1856 – Conselho Municipal escolhido de entre os maiores contribuintes:

Luís José da Costa.....78\$437
Francisco Alves Casal.....40\$693
José de Oliveira (Ratinho).....38\$857
José Caetano Sales Godinho.....30\$917
António Rodrigues dos Santos e Silva...25\$390

Substitutos:

Joaquim Rodrigues dos Santos.....25\$195
Salvador sarmiento de Faria.....24\$553
António José Pereira.....23\$479
José António de Carvalho.....18\$110
Cândido Victor de Almeida e Costa.....16\$320

A 16 de Julho de 1856, foi apresentado um requerimento de Mateus José da Cunha, pedindo de aforamento uma pequena porção de terreno baldio, na praia desta vila, para ali se edificar um moinho de vento. «Atendendo a que o terreno que se pretende aforar é de sua natureza estéril e incapaz de produção alguma, nem mesmo de pastos; atendendo a que a ocupação de um moinho de vento não prejudica e coisa alguma a servidão pública, antes aumenta a propriedade do concelho e os seus rendimentos.» O aforamento foi aceite.

Dezembro de 1856 – É nomeado Administrador de Concelho, Francisco de Sales Silveira.

4 de Janeiro de 1857 – Eleição da Comissão de Recenseamento:

Efectivos:

José Pedro da Costa
José Claudino da Cruz
António Maria Bandeira
Manuel dos Santos Costa
António Rodrigues dos Santos e Silva
António José de Almeida, proprietário.

Substitutos:

Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta*
José Caetano de Sales Godinho
Manuel António Pereira
António Alves da Cruz Júnior
Francisco Alves Casal
Joaquim Rodrigues dos Santos
Ricardo António Pança

*A sua fotografia está no “Olhar sobre o Barreiro, n.º 5 – III série, pág. 14.

A 8 de Fevereiro de 1857, José Pedro da Costa, vereador da Câmara pedia a sua demissão do cargo enquanto não estivesse resolvida a questão sobre a Estrada Real denominada de Santa

Barbara, que liga a vila do Barreiro à Verderena, e que foi cortada pelas obras do caminho de ferro. Devido às críticas que a população estava a fazer à edilidade, afirmava não poder continuar em funções, enquanto o trânsito nesta estrada de grande importância não estivesse restabelecido. Foi substituído por Ricardo António Pança.

A 12 de Julho de 1857 a classe dos moleiros, em virtude da Carta de lei de 10 de Julho de 1843 e à extinção da Casa dos Vinte e Quatro era liberta do pedido de licença para a moagem da farinha. Apenas teriam necessidade de licença camarária se vendessem farinha a retalho nos moinhos.

A 7 de Agosto de 1857 era efectuada a aferição de pesos e medidas para o sistema decimal, tendo sido registada em acta, todas as equivalências.

As eleições para o biénio de 1858 a 1859 foram marcadas para 8 de Novembro de 1857, sendo a Assembleia de voto na Igreja da Misericórdia do Barreiro.

Vereação eleita para o biénio de 1858 a 1859:

Francisco Alves Casal – presidente

Domingos Quintino de Andrade – Vice-presidente

José dos Santos da Costa

António Maria Bandeira

José Caetano Sales Godinho

Comissão de recenseamento para o biénio de 1858 a 1859, retirada dos quarenta maiores contribuintes:

António Manuel da Cunha

José Pedro da Costa

Domingos Quintino de Andrade

José dos Santos da Costa

João António Gomes

João Maria de Abreu Moreira

João dos Santos Costa

Substitutos:

José Caetano Sales Godinho

Rafael Idézio S. M. Pimenta

António Roiz dos Santos

António Maria Bandeira

Ricardo António Pança

João José Antunes

José Joaquim da Silveira Evaristo

A 7 de Fevereiro de 1858, foi deliberado apresentar uma representação à Câmara dos Deputados, pedindo a desanexação do Concelho de Alhos Vedros, Moita e Barreiro. Foi igualmente deliberada a postura para a limpeza das ruas.

A 30 de Outubro de 1858, foi apresentado um requerimento pelo vereador António Maria Bandeira, para que se officie o Governador Civil para a necessidade de uma estrada pública que ligue a vila à estação de caminhos de ferro, para evitar «graves conflitos», isto porque os caminhos da vila são tão estreitos que, se dois carros se encontrarem algum deles tem de recuar, resultando daí conflitos constantes. A 12 de Novembro, a câmara reunia com os proprietários das fazendas confinantes às estradas, resolvendo alargar as vias públicas à custa de parte dos terrenos das propriedades da vila.

A 26 de Novembro de 1858, António Graciano Marques, desiste das suas pretensões sobre uma parcela de terreno que tem de ser cortada para o melhoramento da estrada que partido da Rua Direita de S. Francisco vai à praia da recosta, medindo na sua totalidade 534 metros.

Comissão de recenseamento eleitoral retirada dos 40 maiores contribuintes:

Substitutos:

António Manuel da Cunha

José dos Santos Costa

José Pedro da Costa

Domingos Quintério de Andrade

João dos Santos da Costa

António Rodrigues dos Santos

Manuel António Pereira

João António Gomes

António Maria Bandeira
Rafael Idézio S. M. Pimenta
Joaquim Rodrigues dos Santos

José Caetano Sales Godinho
José Joaquim da Silva Evaristo
Francisco António Moreira

A 24 de Janeiro de 1859, é discutida novamente a necessidade de construção de uma estrada que ligue o centro da vila à estação de caminho de ferro.

A 31 de Janeiro de 1859, é anunciada a vinda de D. Pedro V ao Barreiro, estando transcrita em acta a alocução que o presidente da câmara pretende ler no dia 2 de Fevereiro.

A 17 de Dezembro de 1859 é nomeado o Conselho Municipal:

Substitutos:

José Claudino da Costa.....80.398 réis	Manuel Luís de Oliveira..30.264 réis
Luís José da Costa.....71.550 “	António José Pereira.....23.101 “
Francisco Alves Casal.....60.991 “	Joaquim Roiz dos Santos..31.385 “
Manuel António Libério.....49.813 “	José de Oliveira Ratinho...39.059 “
José Caetano Sales Godinho..46.449 “	Manuel da Costa Ratão.....21.629 “

Vereação eleita para o biénio de 1860 a 1861:

João António Gomes – presidente, proprietário
Manuel dos Santos Costa – vice-presidente, proprietário
António José de Almeida
Teodoro da Costa Afonso
António José de Faria

Comissão de recenseamento escolhida de entre os 40 maiores contribuintes:

Substitutos:

Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta	António Manuel da Cunha
João dos Santos da Costa	Manuel dos Prazeres e Silva
Francisco Alves Casal	José Inácio Nunes
Manuel de Almeida Pereira	José Joaquim Gonçalves da Silva Evaristo
José Francisco de Almeida	Manuel da Costa Ratão
António Alves da Cruz Júnior	José Maria de Oliveira
João Simões de Oliveira	António Pereira

A guarnição de infantaria que está em destacamento na Vila, recebeu ordens do general para se retirar da Vila do Barreiro, ficando unicamente a guarnição de cavalaria que está estacionada na Moita. Contudo, foi proposto pela câmara, que o destacamento de cavalaria viesse para o Barreiro, para fazer a condução de presos para a cadeia e outras diligências, para não sobrecarregar o povo, que são cabos de polícia.

A 14 de Abril de 1860, a Câmara Municipal era autorizada a «promover a cobrança de 11 anos de foros que deve o prazo, onde está situado o moinho de vento que foi de James Harthy que ultimamente foi arrematado em praça pública, em Lisboa. A 5 de Maio de 1862, José Rodrigues Alves o arrematador em praça pública, reconhecia a câmara do Barreiro como directa senhora do foro.

No dia 15 de Outubro de 1860, D. Pedro V entrou no concelho, dirigindo-se para o Alentejo em visita. Na sua volta marcada para dia 2 de Novembro, a câmara irá novamente ao seu encontro para lhe prestar as devidas homenagens.

Na sessão de 29 de Outubro entrou um requerimento de Francisco Assis da Costa, pedindo à câmara, 12 palmos de terreno de largura pela banda da praia para ali edificar um teatro dramático que se acha na casa do mesmo requerente. Na mesma sessão é proibido o trânsito de carros e cavalos na praça da vila, por esta ter acabado de ser calcetada.

Comissão de recenseamento eleitoral, escolhida de entre os 40 maiores contribuintes, a 29 de Outubro de 1860:

António Manuel da Cunha
Rafael Idézio S. M. Pimenta
Manuel Luís de Oliveira
José Silvestre
Joaquim Roiz dos Santos
José Inácio Nunes, alfaiate

Substitutos:

José Joaquim Gonçalves da Silva Evaristo
Manuel de Almeida Pereira
João dos Santos da Costa
António Maria Bandeira
Luís Maria de Oliveira Simões
António Pereira
António Alves da Cruz Júnior

Conselho Municipal nomeado a 18 de Outubro de 1861.

Francisco Alves Casal.....60.776 réis	Rafael Idézio S. M. Pimenta..23.580
António José Faria.....41.595 “	João António Gomes.....13.959
Joaquim Roiz dos Santos.....30.595 “	Domingos Q. de Andrade.....13.315
João dos Santos da Costa.....29.774 “	José João Elias Ligorne.....11.375
António Roiz dos Santos e Silva....26.287 “	José de Matos.....11.275

Comissão de recenseamento eleitoral, eleita entre os maiores contribuintes a 14 de Janeiro de 1862:

António Manuel da Cunha – Presidente
Manuel dos Santos da Costa
António Pereira
Manuel da Silva
António Maria Bandeira
Joaquim Roiz dos Santos
Joaquim José da Costa

Substitutos:

Francisco Alves Casal – Vice-pres.
Rafael Idézio S. M. Pimenta
António José de Faria
João dos Santos Costa
João Simões de Oliveira
Domingos Quintino de Andrade
José Joaquim de Oliveira

A 16 de Janeiro de 1862, na sala das sessões da câmara municipal da Vila do Barreiro, era dada posse aos vereadores eleitos para a Câmara Municipal do novo Concelho da Moita.

Vereação eleita para o biénio de 1862 a 1863:

Luís José da Costa, presidente, proprietário
José dos Santos, vice-presidente, carpinteiro
Estevão José Rodrigues, fiscal, sapateiro
José Rodrigues Alves, proprietário
Manuel da Silva, pedreiro

O presidente da câmara transacta recusou-se a fazer contas do último semestre de gerência, além de ter em seu poder, livros do arquivo municipal. O Governo Civil de Lisboa foi participada da ocorrência. João António Gomes, depois de avisado uma segunda vez, acabou por comparecer.

A 8 de Junho de 1862, foi recebido um ofício do chefe da 1ª divisão telegráfica do Alentejo, pedindo um terreno para a construção da estação eléctrica telegráfica.

Para se ir à Ponte do Mexilhoeiro partindo do Largo de Nossa Senhora do Rosário, ia-se por uma estrada estreita junto ao muro de George Abraham Whelhouse.

A 17 de Julho de 1862, foi apresentado um requerimento de Gertrudes Maria do Rosário Costa, viúva e José Francisco da Costa e D. Maria Benedita da Costa, viúva, como proprietários e rendeiros dos moinhos de vento e moinho de água no sítio de Alburrica, pertencente ao Marquês

das Minas, relativo à servidão pública que passa entre o muro de Jorge Abraão (George Abraham Whelhouse) e a caldeira do moinho do Visconde da Lançada, cuja estrada se achava intransitável.

A 20 de Junho de 1862, foi posta à discussão o requerimento do Conselheiro Francisco da Silva Melo Soares de Freitas, relativamente ao alinhamento da nova rua que faz frente à praia do rio Coina. A câmara decidiu que o primeiro quarteirão da frente da praia do lado Sul, que fosse alinhado em linha recta com o edifício da Estação ao cunhal da rua nova que se há de formar em direcção à casa do Coimbra. Os segundo e terceiro quarteirão alinhados do mesmo cunhal em linha recta ao cunhal do valado da Estrada Nova do lado poente.

Comissão de recenseamento eleitoral eleita a 14 de Janeiro de 1863.

Substitutos:

António Manuel da Cunha
Francisco Alves Casal
João António Gomes
José da Costa
Joaquim Roiz dos Santos
António Maria Bandeira
João dos Santos da Costa

Prior José Vicente Ferreira
Manuel da Silva
Rafael Idézio S. M. Pimenta
Francisco do Coito
Domingos Quintério de Andrade
António José Faria
João Maria Abreu Moreira

A 23 de Fevereiro, foi discutido o alinhamento da nova rua da praia. O vereador José Roiz Alves, apresentou um projecto, que no entanto é criticado pelo presidente, que acusa o vereador de estar unicamente preocupado com a tomada de vento para o seu moinho (moinho do Jim). O vereador defende que a rua deve partir da casa dos herdeiros de James Hartley até ao marco colocado junto ao armazém de José Silvestre.

A 31 de Maio de 1863, o presidente informa que estão na praia 11 barcos de pedra da calçada, que deve ser levada para o Largo da Cabeceira e para a Rua do Bexiga, na Rua Direita.

Desde o início das actas, as festas do Barreiro são em honra de N. S. do Rosário a 15 de Agosto. Na acta de 8 de Agosto de 1863 é decidido que uma barraca de cavalinhos que há anos se instala no arraial da festa, passasse a pagar 100 réis por metro e ficasse mais afastada do centro da festa, para evitar «grande multidão e bulha». Devido à grande falta de água de que sofre a Vila, foi acordado com Joaquim Taveira este fornecer a água para a festa durante os dias 14 a 17, recebendo de gratificação oito mil réis.

Na mesma sessão foi recebido um ofício do Governo Civil de Lisboa, interrogando a Câmara se devia ser alterada a divisão administrativa, voltando a ser anexado o concelho da Moita (circular do Ministério do Reino de 13 de Setembro). Em resposta, a câmara decidiu por maioria que devia voltar a ser anexado.

Pedido de aforamento de uma parcela de terreno na Rua Nova da Praia, da Travessa do Teatro à Travessa das casas de Joana Ventura.

A 29 de Outubro de 1863, foi colocado em praça pública o rendimento da Ponte do Mexilhoeiro, sendo descritas as condições.

Conselho Municipal eleito a 30 de Dezembro de 1863:

Vogais efectivos:

Francisco Alves Casal.....83.489 réis
António Maria Bandeira.....43.222 “
António José Faria.....42.115 “
João dos Santos Costa.....38.655 “
Rafael Idézio S. M. Pimenta..37.135 “

Substitutos:

Joaquim Roiz dos Santos.....31.428 réis
Manuel Joaquim de Oliveira....28.570 “
José Luís da Costa.....26.559 “
Floriano Manuel Pereira.....24.805 “
José Roiz Alves.....24.056 “

Vereação eleita para o biénio de 1864 a 1865:

João António Gomes – presidente, proprietário

José Elias Ligorne – vice-presidente, mestre carpinteiro
António Marques Graciano, fazendeiro
João Marques Pança
Estevão José Rodrigues*, sapateiro

* por decreto de 13 de Julho de 1864, é dado provimento ao recurso de João Simões de Oliveira, cujos votos tinham sido considerados nulos. Tomou o lugar de vereador na sessão de 17 de Julho de 1864.

Comissão de recenseamento nomeada a 14 de Janeiro de 1864:

Substitutos:

António Manuel da Cunha	João Simões de Almeida
Francisco Alves Casal	Luís António Raimundo
António Pereira	José da Costa
José Elias Ligorne	José João Elias Ligorne
Manuel dos Santos Costa	António Marques Graciano
Francisco de Coito	Luís dos Santos
Manuel da Silva	João Marques Pança

A 9 de Outubro de 1864, é celebrado o contrato de concessão da ponte do Mexilhoeiro.

Um vendaval no dia 13 de Dezembro de 1864, partiu e arruinou a Ponte do Mexilhoeiro. Contudo, foi reparada por Francisco Teodoro Bravo e João Esteves, mestres de carpintaria.

A 22 de Outubro de 1865, o arrematante do rendimento da Ponte do Mexilhoeiro, Francisco Teodoro Bravo, comunicou à Câmara que desde o dia 9, não «passa pessoa alguma» pela ponte, devido a uma deliberação da Administração do Concelho, por causa de uma alegada falta de segurança da ponte. A Câmara deliberou o reforço em cruz da estacaria.

Conselho Municipal eleita a 24 de Dezembro de 1865:

Francisco Alves Casal – 67.314 réis
Joaquim do Rosário Costa – 35.265
Luís dos Santos – 30.475
Manuel Joaquim de Oliveira – 22.324
António Graciano Marques – 20.554

Substitutos:

João António Gomes – 19.540
Manuel da Silva – 17.803
Luís António Raimundo – 16.920
José de Matos – 14.753
Domingos António Marques – 14.158

Na mesma sessão foi estabelecida a tarifa dos géneros de primeira necessidade.

Vereação eleita para o biénio de 1866 a 1867:

António Maria Bandeira – presidente
José Silvestre Júnior – vice-presidente
Joaquim Gerardo Firmino – fiscal
José da Costa
Floriano Manuel Pereira

Comissão de recenseamento eleitoral, nomeada de entre os maiores contribuintes, a 14 de Janeiro de 1866:

Vogais:

António Manuel da Cunha
Floriano Manuel Pereira
João Simões de Oliveira
Francisco Alves Casal
João António Gomes
Joaquim do Rosário Costa
João dos Santos Costa

Substitutos:

Rafael Idézio S. M. Pimenta
António José Faria
António Pereira
Manuel da Silva
José dos Santos
José Silvestre Júnior
José da Costa

Em sessão de 2 de Janeiro de 1866, eleitos para servirem no biénio de 1866 a 1867:

- Juizes da Paz de Sta. Cruz: Manuel da Silva (efectivo).
João dos Santos Costa
João Esteves
- Juizes de Paz do Lavradio: João Simões de Oliveira (efectivo)
Floriano Manuel Pereira
António Faria

João António Gomes - nascido em 1807, explorou a indústria da pesca, foi pai de 11 filhos, juiz ordinário do Barreiro, presidente da Câmara Municipal do Barreiro, provedor da Misericórdia, exercendo ainda a profissão de advogado com autorização do Desembargo do Paço.

Em sessão de 21 de janeiro de 1866, foram distribuídos os pelouros da seguinte forma:

António Maria Bandeira (presidente) – fiscalização do arvoredo

José Silvestre Júnior – fiscalização do matadouro e do açougue «e das casas de venda com especialidade aquelas onde se vendam géneros tributados pela câmara».

Joaquim Gerardo Firmino – a inspecção sobre todas as obras públicas e municipais nas freguesias de Sta. Cruz e N. S. da Graça de Palhais, e bem assim, a limpeza da vila e dos poços do Barreiro.

Floriano Manuel Pereira – a fiscalização sobre as estradas e obras que nas mesmas se fizerem e a limpeza dos poços do Lavradio e polícia e limpeza do açougue da mesma vila e a polícia das vendas.

José da Costa – a fiscalização da Ponte do Mexilhoeiro e iluminação.

8 de Abril de 1866 – a câmara tomou conhecimento da morte do Conde de Ferreira no Porto e das suas disposições testamentárias de aplicar a sua herança na construção de 120 escolas nas cabeças de concelho. A edilidade decidia assim, comunicar ao testamenteiro a vantagem da construção de uma escola no Barreiro, visto a que existia estar instalada numa casa particular que «é pequena para albergar 80 a 100 alunos».

Em sessão de 29 de Agosto de 1866, era apresentada uma representação da Junta de Paróquia do lavradio, a solicitar a construção de uma escola pelo legado do Conde de Ferreira.

A 30 de Setembro de 1866, a Câmara Municipal do Barreiro é informada da concessão de 1.200 réis para a construção de uma escola na Vila, concedida através do legado do Conde de Ferreira. Em sessão de 22 de Abril de 1869, era recebido oficialmente a quantia de 1200 réis. O contrato/condições para a construção da escola estão descritas em acta de 28 de Abril do mesmo ano.

Comissão de recenseamento eleitoral, escolhida de entre os 40 maiores contribuintes, em sessão de 14 de Janeiro de 1867:

Efectivos:

Rafael Idézio S. M. Pimenta

Suplentes:

Francisco Alves Casal

João Simões d'Oliveira
Manuel da Silva
João dos Santos da Costa
Joaquim do Rosário Costa (tio)
António Pereira
José dos Santos

João António Gomes
José Rodrigues (Roiz) dos Santos
Luís dos Santos
João Maria de Abreu Moreira
Joaquim José Rodrigues dos Anjos
José da Costa

Padeiros do Barreiro

João dos Santos da Costa (administrador de concelho substituto)
Luís da Costa
Francisco dos Santos Rompana
Joaquim do Rosário Costa
José Silvestre
José Roiz Alves
António Maria da Costa
Roque Joaquim da Rocha

Padeiros da Freguesia do Lavradio

Joaquim Martho
Manuel José da Costa
Benevenuto António Leal
Bento José da Silva
Luís da Costa
Vicente Fernandes Nunes

Ver o jornal «A Nação», pois está em acta de 13 de Outubro de 1867 uma queixa contra o jornal, acusando-o de caluniador.

Comissão de recenseamento «político» (sic) escolhida de entre os 40 maiores contribuintes, em sessão de 27 de janeiro de 1868:

Francisco Alves Casal – presidente	Rafael Idézio S. M. Pimenta - Vice
Joaquim Gerardo Firmino	João dos Santos da Costa
Manuel da Silva	José dos Santos
Joaquim do Rosário da Costa	José da Costa
António Pereira	João Esteves
Florianio Manuel Pereira	Joaquim António Nunes
João Maria d'Abreu Moreira	Luís dos Santos

29 de Março de 1868 – foi recebido um ofício expedido pela 2ª repartição do Conselho de Distrito, que aprovava as eleições da câmara, excepto a de juiz ordinário, por o cidadão eleito, Rafael Idézio S. M. Pimenta ser o tesoureiro do município.

Conselho Municipal nomeado a 1 de Abril de 1868:

Vogais efectivos:	Pagou de décima:
Francisco Alves Casal.....	58.040 réis
António Rodrigues dos Santos e Silva.....	39.035 “
João Maria de d'Abreu.....	31.340 “
Luís dos Santos.....	30.475 “
João dos Santos Costa.....	28.550 “
Substitutos:	
José Rodrigues Alves.....	24.780 “

António Graciano Marques.....	20.139 ”
Francisco do Couto.....	20.060 “
José Joaquim de Oliveira.....	17.850 “
José de Matos.....	12.460 “

Vereação eleita para o biénio de 1868 a 1869:

António Maria Bandeira – presidente, pelouro dos arvoredos
Floriano Manuel Pereira – Vice-presidente, pelouro das estradas e a limpeza e polícia do Lavradio.
Joaquim Gerardo Firmino – Fiscal, pelouro das obras públicas, poços e limpeza da vila
Joaquim do Rosário Costa – pelouro do matadouro, açougue, iluminação e ajudar os reparos da estrada.
José da Costa – pelouro da fiscalização dos reparos e conservação da «ponte do Mexilhoeiro e mais que lhe diga respeito».

14 de Junho de 1868 – A câmara anuncia o suicídio do presidente, António Maria Bandeira em Lisboa no dia 10 de Junho. Foi convidado a ocupar o lugar de vereador, o ex-vereador da câmara transacta, José Silvestre.

20 de Julho de 1868 – a vereação foi convocada para dar cumprimento ao ofício do Governo Civil do Distrito de Lisboa, expedida pela 2ª repartição, n.º 554 de 5 de Julho, mandando nomear presidente, pela morte de António Maria Bandeira, o vereador Floriano Manuel Pereira e vice-presidente, Joaquim Rosário da Costa.

Comissão de recenseamento «político» escolhida de entre os 40 maiores contribuintes, em sessão de 14 de Janeiro de 1869.

Vogais efectivos:

Francisco Alves Casal
João Maria d’Abreu Moreira
Joaquim do Rosário Costa
Manuel da Silva
António Pereira
Luís dos Santos, Senior
Nuno Pereira

Substitutos:

Rafael Idézio S. M. Pimenta
António Rodrigues dos Santos
João dos Santos Costa
João Esteves
Joaquim António Nunes
José Silvestre, Júnior
António Graciano Marques

Vereação eleita para o biénio de 1870 a 1871:

Francisco Alves Casal – presidente

D. José Maria de Carcamo Lobo e Figueirôa – vice-presidente, pelouro das calçadas e cemitérios. Em ofício de 12 de Agosto de 1870 era nomeado Administrador de Concelho, sendo substituído na vereação por José da Costa. João de Abreu Moreira, era nomeado vice-presidente. A 14 de Setembro de 1870, D. José Maria de Carcamo Lobo e Figueirôa era exonerado do cargo de Administrador de Concelho.

João Ernesto Borges d’Almeida – fiscal, pelouro da iluminação e limpeza. A 14 de Setembro de 1870, este vereador abandonava as suas funções, sendo substituído por Francisco do Couto.

Cândido Manuel Pereira (o mais votado) – pelouro das estradas.

João Maria d’Abreu Moreira – pelouro do matadouro e açougue.

Cândido Manuel Pereira – (1834-1913) – distinto vinicultor do Lavradio, conquistou entre os exportadores de vinhos da Estremadura, um dos primeiros lugares no mercado do Brasil. Possuía armazéns de vinhos não só no Barreiro e em Lisboa. In: « Paes, A da Silva, O Barreiro Antigo e Moderno, Os vinhos do concelho, pág. 125, 1960.»

Juizes de Paz do Lavradio:

D. José Maria de Carcamo Lobo e Figueirôa
Floriano Manuel Pereira
José Joaquim de Oliveira

Juizes da Paz para S.ta Cruz (nomeados pela câmara):
José dos Santos
João dos Santos da Costa
Luís dos Santos da Costa

Regedor do Barreiro:
Joaquim José Rodrigues dos Anjos

Regedor de Palhais:
Francisco Loque

Regedor do Lavradio:
João José da Costa

Conselho Municipal para o biénio de 1870 a 1871:
Joaquim Rosário da Costa
António Graciano Marques
José Elias Ligorne
Francisco do Couto
Marques Manuel da Silva

Comissão de recenseamento «político» (sic) eleita entre os 40 maiores contribuintes a 14 de Janeiro de 1870:

Efectivos:

João Maria d'Abreu Moreira
D. José Maria de C. Lobo e Figueirôa
João Ernesto Borges de Almeida
Manuel da Silva
Cândido Manuel Pereira
João dos Santos da Costa
José da Costa

Substitutos:

Miguel Joaquim A. Cândido dos Santos
Joaquim Rosário da Costa
Joaquim Gerardo Firmino
Francisco da Costa
João Esteves
José Elias Ligorne
José Silvestre, júnior

Em sessão de 26 de Outubro de 1870, a Câmara recebe um ofício do Governo Civil do distrito, no qual explica à Câmara como deve proceder à venda da ponte do Mexilhoeiro, na qual a edilidade constata que como causas imediatas para a ruína da ponte, estiveram o fim dos rendimentos que dela se retiravam devido à extinção da Companhia de Vapores do Tejo e pela substituição da ponte do caminho de ferro.

Consultar o «Jornal da Moita», n.º 3 e o Diário de Notícias n.º 1801 de Janeiro de 1870.

Comissão de recenseamento eleitoral eleita de entre os 40 maiores contribuintes:

Efectivos:

João Maria de Abreu Moreira
Manuel da Silva
Cândido Manuel Pereira
Joaquim Rodrigues dos Anjos
António Graciano Marques

Substitutos:

Rafael Idézio S. M. Pimenta
João Esteves
Estevão José Rodrigues
Crispim José dos Santos
José Silvestre, Júnior

António Maria da Costa
Joaquim Gerardo Firmino

José Elias Ligorne
João dos Santos Costa

13 de Junho de 1871 – Foi presente um requerimento de D. José Maria de Carcamo Lobo e Figueiroa, na qualidade de Director da Filarmónica do Lavradio pedindo licença para construir no centro da praça do Lavradio um coreto de pedra e cal para ensino da mesma sociedade. A câmara concedeu a dita licença com carácter provisório não causando embaraço á servidão pública e autorizando o vereador Cândido Manuel Pereira para iniciar as providências.

Conselho Municipal para o biénio de 1872 a 1873:

Joaquim do Rosário Costa.....	63.345 réis
Luís António Raimundo.....	53.468 “
João dos Santos Costa.....	45.426 “
José Ferreira.....	35.334 “
Luís dos Santos.....	33.943 “
Suplentes:	
António Graciano Marques.....	30.115 réis
Francisco do Couto.....	27.975 “
José Rodrigues Alves.....	26.125 “
Eleutério da Rosa Limpio.....	22.375 “
Manuel da Silva.....	21.406 “

Vereação eleita para o biénio de 1872 a 1873:

Francisco Alves Casal – presidente

João Maria d'Abreu Moreira – vice-presidente, pelouro da iluminação, matadouros e açougues e encarregado do mercado do peixe.

Cândido Manuel Pereira – fiscal, pelouro das estradas.

Augusto Pereira de Vasconcelos – pelouro das calçadas e limpeza.

D. José Maria de Carcamo Lobo Figueirôa – pelouro dos cemitérios.

D. José Maria de Carcamo Lobo Figueirôa – proprietário da Quinta de Barra-a-Barra e vinicultor de «bastardinho»

8 de Maio de 1872 – adjudicada obra para o «poço grande da vila, denominado de Dezasseis».

24 de Maio de 1872 – Ao iniciar-se a obra acordada em sessão de 8 de Maio, o «poço dos dezasseis» abateu na sua quase totalidade. É decidido realizar a sua recuperação. Em sessão de 29 de Maio, devido à falta de verba no cofre e à pouca verba conseguida através de subscrição pública, é decidido lançar uma contribuição directa (imposto) para custear a obra.

23 de Outubro de 1872 – foi tratada a necessidade de se proceder à edificação de novos Paços do Concelho e cadeia, tendo para isso sido entregues as respectivas plantas.

Comissão de recenseamento eleitoral nomeada de entre os 40 maiores contribuintes, em sessão de 14 de Janeiro de 1873:

Efectivos:

João Maria de Abreu Moreira
João dos Santos Costa
Joaquim José da Costa
António Pereira
António Maria da Costa

Substitutos:

Rafael Idézio S. M. Pimenta
José da Costa
Cândido Manuel Pereira
Eleutério da Rosa Limpio
Joaquim José Roiz dos Santos

Augusto Pereira de Vasconcelos
Crispim José dos Santos

José Osório da Fonseca
Joaquim Gerardo Firmino

5 de Novembro de 1873 – Nesta sessão foram apresentados os esboços para a planta do edifício em projecto, onde serão alojadas todas as repartições e quartel, e que tenham as cadeias precisas para a acomodação de presos. Depois de terem sido efectuadas algumas alterações, foi mandando concluir a planta, sendo ajustado com Joaquim Gonçalves Pereira por noventa mil réis as plantas precisas e os respectivos orçamentos e cadernos correspondentes, responsabilizando-se o mesmo a apresentá-las até quarta-feira, 10 de Novembro.

Este projecto acaba por não avançar, devido ao facto, da cabeça de comarca estar situada em Aldeia Galega (no projecto incluía-se um tribunal). Apesar de diversas diligências, inclusive encontros com o deputado eleito pelo círculo, as pretensões da edilidade não foram atendidas.

Vogais do conselho municipal, nomeados em sessão de 31 de Dezembro de 1873:

Vogais efectivos:

Joaquim do Rosário Costa.....	102.993 réis
Francisco Alves Casal.....	85.155 “
António José Pereira de Campos.....	75.920 “
Luís António Raimundo.....	62.660 “
José Ferreira.....	52.600 “

Suplentes

Luís da Costa.....	51.241 réis
João dos Santos Costa.....	50.679 “
Florianio Manuel Pereira.....	46.060 “
Luís dos Santos.....	45.238 “
José Rodrigues Alves.....	44.980 “

Vereação eleita para o biénio de 1874 a 1875:

João Maria d’Abreu Moreira – presidente (desde a década de 50 que era escrivão da câmara)

Manuel da Silva – vice-presidente, com o pelouro do matadouro e açougue.

Joaquim Gerardo Firmino – fiscal, com o pelouro da limpeza e iluminação.

António Graciano Marques – pelouro das calçadas.

Crispim José dos Santos – pelouro dos mercados do peixe e cemitérios.

João Maria d’Abreu Moreira – nasceu em 1826 e faleceu em 26/10/1907. Além de actor amador, foi escrivão da câmara durante muitos anos (cerca de 20) tendo iniciado a sua «meteórica» ascensão política com a sua inclusão nos 40 maiores contribuintes, para fazer parte da comissão de recenseamento eleitoral no ano de 1867, sendo nomeado o 5º suplente. No ano seguinte, na mesma comissão já era o 7º efectivo, tendo entrado pela primeira vez no Conselho Municipal como um dos mais colectados (o terceiro maior rendimento), pagando de décima 31.340 réis. Em 1869, já era o 2º efectivo na comissão de recenseamento eleitoral.

É eleito vereador pela primeira vez para o biénio de 1870 a 1871 (último eleito), já era vice-presidente no biénio de 1872 a 1873.

Comissão de recenseamento eleitoral, nomeada de entre os 40 maiores contribuintes, a 4 de Janeiro de 1874:

Francisco Alves Casal

João José da Costa

António Pereira

Francisco Pinto da Silva

Miguel José António Cândido dos Santos

Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta

Francisco José de Assis Costa

Suplentes:

Joaquim Rosário da Costa

Joaquim Fernandes Barreto

Joaquim José da Costa

João Ernesto Borges de Almeida

José Elias Ligorne

José Osório da Fonseca

José Silvestre

Mapa da distribuição pelas freguesias do concelho do Barreiro feito pela câmara municipal do mesmo concelho em sessão de 24 de Agosto de 1874 do contingente definitivo de 3 recrutadas do ano de 1873 que ao mesmo concelho pertencem no mapa que faz parte do acórdão do Conselho de Distrito de Lisboa de 11 de Agosto de 1874, deduzido o numero de marítimos destinados ao serviço da Armada que pertençam a este concelho:

Freguesias	População (almas)	Contingente	Contingente da armada a deduzir	Resultado da dedução	Quota proporcional da diferença proveniente da dedução	Contingente definitivo
S.ta Cruz do Barreiro	2917	2	8	-	1	1
S.ta Margarida do Lavradio	770	½	-	½	½	1
N. S. da Graça de Palhais	752	½	-	½	½	1
Total	4439	3	8	1	2	3

Comissão de recenseamento eleitoral escolhida de entre os 40 maiores contribuintes a 14 de Janeiro de 1875:

Efectivos:

Francisco Alves Casal

João dos Santos da Costa

Cândido Manuel Pereira

António José Pereira de Campos

José Silvestre Júnior

António Maria da Costa

José Rodrigues Alves

Substitutos:

Rafael Idézio S. M. Pimenta

Joaquim José Rodrigues dos Anjos

António Ferreira

Francisco Pinto da Silva

José Osório da Fonseca

Augusto Pereira de Vasconcelos

João Ernesto Borges d'Almeida

10 de Outubro de 1875 – O director dos Caminhos de Ferro, concede autorização para o serralheiro José Francisco dos Reis, fazer as reparações que forem possíveis ao relógio da vila nas oficinas dos caminhos de ferro, depois de ter sido solicitado pela câmara municipal.

Conselho Municipal para o biénio de 1876 a 1877, eleito a 19 de Dezembro de 1875:

Vogais efectivos:

Francisco Alves Casal.....89.290 réis

José Ferreira.....87.500 “

António José Pereira de Campos.....83.265 “

José dos Santos Costa.....76.370 “

Luís dos Santos.....48.748 “

Vogais suplentes:

João José Cachola.....	37.924 “
José Rodrigues Alves.....	35.920 “
Francisco do Couto.....	30.737 “
José Silvestre Júnior.....	30.323 “
Nuno Pereira.....	29.341 “

Vereação eleita para o biénio de 1876 a 1877:

João Maria d’Abreu Moreira – presidente

Cândido Manuel Pereira – vice-presidente, com o pelouro de estradas e calçadas. Crispim José dos Santos – fiscal, com o pelouro do matadouro e açougue.

José Pedro da Costa – pelouro da limpeza e iluminação.

Augusto Rodrigues * – pelouro do mercado do peixe e cemitérios

* Aquando na inauguração dos caminhos de ferro no Barreiro, a falta de pessoal qualificado levou a que viessem de vários pontos do país, trabalhadores especializados. Um dos primeiros e esplêndido operário que veio dos Caminhos de Ferro do Norte, foi Augusto Rodrigues – *mestre Augusto*. Era natural de Lisboa. Tendo sido, em breve período, nomeado contramestre da oficina de serralheiros e encarregado do serviço de máquinas, subiu mais tarde a mestre-geral das oficinas, das quais foi o segundo. In: PAES, Silva, O Barreiro Contemporâneo, III Vol. 1971, CMB.

9 de Janeiro de 1876 – aprovação pela Repartição das Obras Públicas do distrito do traçado da estrada municipal do Barreiro a Coina. Em sessão de 5 de Junho do mesmo ano, era descrito o contrato com a Companhia Geral do Crédito Predial Português para a construção do primeiro lanço.

Comissão de recenseamento eleitoral eleita de entre os 40 maiores contribuintes a 14 de Janeiro de 1876:

Efectivos:

Francisco Alves Casal
Florianio Manuel Pereira
Joaquim do Rosário Costa
António José Pereira dos Campos
Joaquim Gerardo Firmino
José João Elias Ligorne
José Pedro da Costa

Suplentes:

Rafael Idézio S. M. Pimenta
Francisco do Couto
João dos Santos da Costa
José Elias Ligorne
José Ferreira
José Rodrigues Alves
José Silvestre Júnior

24 de Fevereiro de 1876 – foi lavrado um voto de louvor a Miguel Pais, chefe de tracção e Conservação do Caminho de Ferro do Sul e Sueste, por defender a estação de caminho de ferro no Barreiro (em artigos publicados no Jornal do Comércio).

A luta política local na década de 70 do século XIX era renhida, tendo-se criado o *Centro Progressista* e o *Centro Eleitoral*, intimamente ligados às sociedades dos *Franceses* e dos *Penicheiros*. As eleições realizadas a 25 de Novembro de 1877 seriam anuladas e repetidas em Fevereiro do ano seguinte, saindo vencedores os *Progressistas* por 91 e 23 votos, respectivamente.

O *Centro Progressista* para as eleições municipais, defendera a «realização das ideias e melhoramentos a que o Barreiro tinha direito e que era desejo de todos (*O Progresso*, 224, 5/10/1877)», enquanto que o *Centro Eleitoral* propunha-se «eleger uma câmara que, de acordo geral e com a protecção junto dos poderes públicos, possa realizar os indispensáveis melhoramentos de que tanto carece o nosso município, cujo programa se define no apoio à

instrução secundária e desenvolvimento da primária, curso nocturno, viação municipal, construção de cais na praia, reforma do código de posturas, reforma no serviço de limpeza, criação de uma praça onde se venda diariamente objectos de primeira necessidade, destinando-se um dia para o mercado mensal, organização de cartório e arquivo municipal (*O Circulo*, n.º 73, 60, 22/9/1877)».

Sócios fundadores da «Sociedade Marcial Capricho» os Franceses

(Centro Progressista)

Alexandre Ferreira; António Germano; António José Bravo; António Maria de Paiva; Domingos Bernardo; Domingos Marinho; Filipe Alves Lima; Francisco dos Santos, José Francisco Bravo, João Gazul; João de Jesus; João Marques; Joaquim José Clímaco; Joaquim do Rosário Costa; José Clemente; José Cordeiro; José Crispim dos Santos; José Espírito Santo; José Esteves Ramos; José Guilherme; José Martins; José Osório da Fonseca Júnior; José Pedro da Costa; José Pedro Maria da Costa; José Pereira; José dos Santos Guerra; José Silvestre Júnior; Laureano José Cachola; Luís Ferreira; Manuel Pedro Pança; Dr. Miguel José António Cândido dos Santos; Pedro Maria da Costa e Rodrigo Câncio da Silva Almada.

Sócios fundadores da Sociedade Filarmónica Barreirense – os Penicheiros

(Centro Eleitoral)

Alexandre Martins; António Duarte Chaves; António Guerreiro; António José Nunes; António dos Santos; Crispim José dos Santos; Fautino José; Henrique José Lobo; João António Gomes; João Ernesto Borges de Almeida; João Guilherme Braga; João Neto Júnior; Joaquim José da Costa; Joaquim Miguel dos Santos; Jorge Rodrigues Alves; José Ferreira; José Francisco Costa; José Guilherme Bravo; José João de Oliveira; José Lourenço; José Miguel Alves; Luís A dos Santos; Luís dos Santos; Manuel Lopes; Manuel Pereira; Manuel Pinho; Manuel dos Santos Costa; Miguel dos Santos Costa; Rafael Idézio S. M. Pimenta; e Ricardo de Paiva.

Comissão de recenseamento eleitoral, escolhida de entre os 40 maiores contribuintes, em sessão de 14 de Janeiro.

Efectivos:

João dos Santos Costa
António Pereira
António José Pereira dos Campos
António Graciano Marques
Joaquim Gerardo Firmino
José Ferreira
José Silvestre Júnior

Suplentes:

Francisco Alves Casal
António Rodrigues dos Santos Silva
João Esteves
Joaquim Rosário Costa
Luís dos Santos Sénior
José João Elias Ligorne
Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta

20 de Março de 1877 – vem descrita a lista de requerentes (90) que pedem auxílio financeiro, para a reconstrução de suas casas, devido aos temporais.

6 de Abril de 1877 – A Câmara deliberou por unanimidade que para embelezamento da praça e ao mesmo tempo, tirar daquela localidade um pejamento, que fosse tirado o pelourinho público que existe na praça desta vila. Deliberaram que se oficiasse à Misericórdia desta vila a respeito do adro da igreja da mesma.

1 de Julho de 1877 – entro ao serviço o amanuense da câmara João Dias Correia Pimenta, nomeado por despacho da câmara de 27 de Maio – filho de Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta.

Conselho Municipal para o biénio de 1878 a 1879:

Vogais efectivos:

José Ferreira.....95.355 réis
Francisco Alves Casal.....80.215 “
Luís da Costa.....79.645 “

António José Pereira de Campos.....75.310 “
Luís dos Santos.....46.332 “
Vogais suplentes:
Domingos António Marques.....39.395 “
José Maria Mendes.....35.876 “
António Graciano Marques.....35.040 “
Crispim José dos Santos.....30.000 “
João Maria d’Abreu Moreira.....27.430 “

30 de Dezembro de 1877 – eleitos das Juntas de Paróquia:

Freguesia de St. Cruz: Luís dos Santos Júnior; José Guilherme Bravo; Manuel Lopes (cordoeiro); Joaquim Augusto Palma.

Freguesia de N. S. de Palhais: Francisco Pinto da Silva (filho); José Felismino da Costa.

Freguesia de S. Margarida do Lavradio: José Esteves ramos; Carlos Militão Pereira.

13 de Janeiro de 1878 – pelo ofício n.7 de 3 de janeiro de 1878, expedido pela Repartição Geral, contendo o alvará do Conselho de Distrito de 27 de Dezembro, eram anuladas as eleições municipais deste concelho do Barreiro, sendo marcadas novas eleições para 3 de Fevereiro.

Comissão de recenseamento eleitoral, escolhida de entre os 40 maiores contribuintes, em sessão de 14 de Janeiro de 1878:

Efectivos:

João dos Santos da Costa

Luís dos Santos

António Pereira

José Ferreira

José Silvestre Júnior

Joaquim Gerardo Firmino

José Rodrigues Alves

Suplentes:

Francisco Alves Casal

António Graciano Marques

António Rodrigues dos Santos e Silva

António José Pereira de Campos

José dos Santos Costa

Luís da Costa

Rafael Idézio S. M. Pimenta

Vereação eleita para o biénio de 1878 a 1879:

José Pedro da Costa, presidente

José Silvestre Júnior, vice-presidente, pelouro da limpeza e Paço (mercado de peixe)

José Rodrigues Alves, fiscal, pelouro das estradas, calçadas e arvoredos.

João Zacarias Ferreira * , pelouro da iluminação, cemitério e poços.

João Esteves (construtor naval, com estaleiro no antigo Largo do João Esteves, actual Largo 1º de Maio), pelouro do talho e matadouro.

* Quando foram aqui inaugurados os caminhos de ferro e as suas primeiras oficinas começaram funcionar no Barreiro, não havia pessoal com habilitações necessárias para bem desempenhar os serviços, com excepção dos que competiam a ajudantes, serventes, limpadores, etc. O primeiro pessoal operário veio portanto de fora. Dos caminhos de ferro do Norte, veio João Zacarias Ferreira, era natural de Lisboa, do bairro de Alfama, onde nascera em 1843. Tinha vindo para maquinista, tendo depois sido nomeado contramestre da oficina de máquinas úteis, fundição e caldeireiros de cobre. Mais tarde foi chefe de maquinistas. Em 1898, desempenhava as funções de Chefe do Depósito Principal de Máquinas, nos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Vereação eleita para servir no quadriénio de 1878 a 1881, em sessão de 11 de Agosto de 1878, em conformidade com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878:

José Pedro da Costa, presidente

José Silvestre Júnior, vice-presidente e pelouro da limpeza.

José Rodrigues Alves, fiscal, pelouro das estradas.
João Zacarias Ferreira, pelouro de iluminação, poços e iluminação.
João Marques Pança, pelouro do mercado de peixe.*
João Esteves – pelouro do trabalho e matadouro.

* faleceu em Outubro de 1878, tendo sido substituído por Henrique José Lobo, industrial natural de Sines, proprietário de uma das primeiras fábricas de cortiça – produção de rolha – na estrada Nova do Rosário.

24 de Dezembro de 1878 – A câmara oficiou o Ministério da Justiça a devolver as plantas dos Paços do Concelho, entregues pela câmara transacta.

2 de Janeiro de 1879 – reunião extraordinária da edilidade, para, na presença do Administrador de concelho, João Cosme Leal Madaíl, efectuar-se a nomeação de presidente e vice-presidente, que deviam servir no respectivo ano, como determinava o art.º 13 do Código Administrativo.

Foram eleitos para presidente José Pedro da Costa e vice-presidente, José Silvestre Júnior, que já antes exerciam esses cargos.

26 de Janeiro de 1879 – pagou-se a Efigénio António de Matos a quantia de noventa mil réis, pelos estudos da estrada que saindo do Largo de S. Francisco entroncará na que sai da Estação de caminho de ferro, para Palhais (e que está em construção) na Maceda (sensivelmente na baixa da Quinta da Lomba, perto do futuro quartel dos bombeiros, será parte do troço da Miguel Bombarda – nota do autor).

4 de Fevereiro de 1879 – pedido de auxílio ao Rei, de ajuda monetária para socorrer às famílias de pescadores do Barreiro que à mais de 12 meses não podem exercer a sua profissão.

29 de Março de 1879 – o juiz de direito da comarca, enviava um ofício, pedindo propostas para os novos juizes ordinários. A Câmara deliberou propor, Rafael Idézio Sebastião Maria Pimenta, José Silvestre e Pedro Maria da Costa.

14 de Setembro de 1879 – a Câmara a convite do secretário da comissão da exposição industrial no Palácio de Cristal no Porto, para nomear dois agricultores do concelho para estarem representados na mostra. Foram escolhidos, Cândido Manuel Pereira e António José Pereira Campos.

5 de Outubro de 1879 – é dada posse ao vereador substituto Francisco José Assis, para entrar em exercício em lugar do vereador efectivo José Silvestre, que em vista do disposto no §1º do art.º 358 do Código Administrativo deixou de fazer parte da câmara.

Na mesma sessão foi apresentada a circular n.º 11 de 6 de Setembro último, expedido pela 2ª repartição do Governo Civil e que chamava a atenção da câmara para o decreto de dois do mesmo, na qual se providencia sobre o modo de dar execução ao art.º 9 do Código Administrativo e maneira de se proceder ao sorteio dos vereadores que no fim do corrente ano têm de retirar-se da administração municipal. E logo em cumprimento do determinado no art.º 11 do citado decreto, o dito presidente manda lançar na urna sete listas de tamanho igual e sem qualquer marca externa, contendo cada uma delas o nome de cada um dos vereadores que constituem o quadro da câmara, das quais foram extraídas por um menor de 10 anos, três listas, as quais continham os nomes dos vereadores, José Rodrigues (Roiz) Alves, João Esteves e Augusto Pereira de Vasconcelos. E findo o sorteio dos efectivos, se passou aos dos substitutos, lançando-se na urna 5 listas, contendo cada uma delas o nome de um dos substitutos, e isto porque, sé havia este número, porque um vereador tinha falecido e outro tinha deixado de fazer parte da câmara, em virtude do §1º do art.º 358 do

Código Administrativo e tinham ido para o seu lugar dois substitutos. E pela mesma forma foi extraída uma lista que continha o nome do substituto, Joaquim António Raimundo.

31 de Outubro de 1879 – reunião extraordinária da câmara para se repetir o sorteio dos vereadores substitutos, devido ao anterior ter sido anulado pelo Governo Civil, em ofício n.º 590 de 28 de Outubro, expedido pela 2ª repartição.

Depois de se proceder ao ritual do sorteio, saíram os nomes de Henrique José Lobo, Joaquim António Raimundo e José Maria da Costa.

Segundo o censo de 1878, a freguesia de St. Cruz do Barreiro tinha nesta data 845 fogos com 3.288 almas, sendo 1744 do sexo masculino e 1544 do feminino, possuindo 41 indivíduos com idades entre 71 e 80 anos, e 4 entre 81 e 95.

Vereação eleita para servir no quadriénio de 1880 a 1883, em sessão de 2 de Janeiro de 1880, em conformidade com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878:

José Pedro da Costa, presidente

João Zacarias Ferreira, vice-presidente e pelouro da iluminação.

Crispim José dos Santos, fiscal e pelouro do talho.

Francisco José Assis, pelouro da limpeza.

Henrique José Lobo, pelouro do mercado de peixe.

Domingos Marinho* , pelouro dos cemitérios.

Domingos Gomes de Campos, pelouro das estradas.

* Seguindo a profissão de seu pai - Francisco Marinho, espanhol, natural da Galiza, da povoação de Santa Maria de Pareños – Domingos Marinho e seu irmão (Herculano e Manuel Marinho) continuaram o ofício de ferreiros, com a sua oficina na ex-rua da Praia, com frente para a rua Marquês de Pombal, no talhão de prédios onde hoje se encontra o Clube 22 de Novembro. Dela derivaram mais tarde duas, ficando uma a funcionar no Largo do Moinho Pequeno e outra na Rua Miguel Pais.

17 de Abril de 1880, faleceu o vereador Domingos Gomes de Araújo de Campos, residente no Lavradio. Foi substituído na vereação por José de Matos, em sessão de 19 de Abril do mesmo ano.

8 de Junho de 1880 – prestou juramento o vereador substituto, Joaquim José Clímaco, para servir no impedimento do presidente, José Pedro da Costa, que pediu licença de 30 dias.

7 de Agosto de 1880 – foi chamado o vereador Manuel Lopes para substituir Francisco José d'Assis. Tomou posse a 21 de Agosto.

16 de Agosto de 1880 – foi lido um ofício do vereador Joaquim José Clímaco, participando não poder ser vereador por ser vogal da Junta de Paróquia.

Padeiros do Barreiro:

António Maria da Costa

João dos Santos Costa

António Joaquim Rolão

Donos de estabelecimentos de venda de pão e farinhas:

José Silvestre

António Maria da Costa

Francisca Inácia
Joaquim dos Santos Costa
João José Caxola
Roque Joaquim da Rocha
António Luís dos Santos

Eleição do presidente e vice-presidente em conformidade com o artigo 13º do Código Administrativo, em sessão de 3 de Janeiro de 1881:

José Pedro da Costa – presidente
João Zacarias Ferreira – vice-presidente

Na mesma sessão o presidente pediu licença, tendo sido chamado para o substituir Manuel Lopes.

Vereação eleita para servir no quadriénio de 1887 a 1889, em sessão de 2 de Janeiro de 1887, em conformidade com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878:

José Pedro da Costa - presidente
Crispim José dos Santos – vice-presidente, pelouro dos matadouros e talhos.
João Zacarias Ferreira – pelouro da limpeza
Cândido Manuel Pereira –
Domingos Marinho –

31 de Agosto de 1888, por falecimento do secretário da câmara, foi nomeado secretário interino e amanuense João Dias Correia Pimenta.

Vereação eleita para servir no quadriénio de 1890 a 1892, em sessão de 2 de Janeiro de 1890, em conformidade com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878:

José Pedro da Costa - presidente
Crispim José dos Santos – vice-presidente.
João Zacarias Ferreira
Cândido Manuel Pereira
Domingos Marinho

Vereação eleita para servir no quadriénio de 1893 a 1895, em sessão de 2 de Janeiro de 1893, em conformidade com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878:

João Dias Correia Pimenta – presidente
Augusto Rodrigues – vice-presidente.
Wenceslau Luís de Oliveira*
Francisco Pinto da Silva Júnior.
João António Pereira

*Nascido em 1861, faleceu a 19 de Outubro de 1916. Segundo o anuário comercial de 1915, estava à frente de uma agência de navegação e transportes fluvias na vila, assim como da Companhia de Seguros Previdência

Segundo matriz de 1886 possui a freguesia de St. Cruz do Barreiro de 796 prédios, no valor total de 583.371\$300 réis; 3 fábricas a vapor, uma de massas e duas de moagens, sendo uma delas a que gira sob a firma Luís da Costa & C.^a, de grande desenvolvimento e digna de visitar-se; 4 fábricas de preparação e exportação de cortiça, em grande escala; uma de injeção de madeiras; duas de descascar arroz; 2 cordoarias e dois fabricantes de cordel; 2 importantes estaleiros de construção naval; 3 fornos de cal; 4 alugadores de trens e 11 trens particulares; 2 talhos; 3

salsicharias; um abundante mercado de peixe; 6 padarias; 4 estabelecimentos de fanqueiro e grande numero de pequenas mercearias, venda de hortaliças, vinho, etc.

Em 1895, existiam no concelho os seguintes estabelecimentos industriais: 4 fábricas de preparação de cortiça e fabrico de rolha que empregam 1000 operários; 2 estaleiros para construção e reparação de barcos que navegam no rio; 4 estabelecimentos de fábricas de cordas e cabos que se denominam cordoarias; 2 fábricas a vapor para moagem de cereais; 1 fábrica de massas; 1 fábrica de serração de madeira e serradura de cortiça movida a água por meio de turbina; 1 estabelecimento de criositagem de madeira; 5 moinhos movidos a água para moagem de cereais; 2 moinhos movidos a água para descascar arroz; quatro fornos para cozer cal.

Estes estabelecimentos empregam entre operários e trabalhadores 1200 pessoas. Existem ainda nesta vila, a estação *terminus* dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, as oficinas de grande e pequena reparação e depósito de material pertencente a este caminho de ferro que regularmente empregam entre operários e trabalhadores mais de 600 pessoas.

Como os ramos mais importantes do comércio neste concelho são: a cortiça, vinho, cereais, legumes, e principalmente batata que neste concelho é bastante temporal e que exporta em grande quantidade.

2 de Janeiro de 1895 – Nomeação da vereação que vai servir o ultimo ano do triénio de 1893 a 1895:

João Dias Correia Pimenta – presidente, pelouro da instrução e edifícios escolares.

Augusto Rodrigues – vice-presidente, pelouro de iluminação, poços e bombas.

Wenceslau Luís de Oliveira – pelouro da limpeza, matadouro e talho.

Francisco Pinto da Silva Júnior – pelouro das estradas e arborização.

João António Pereira – pelouro dos cemitérios e mercado de peixe.

Administrador de concelho – José Pedro Maria da Costa

Alguns dos 40 maiores contribuintes dos concelho:

António José Lopes, José da Costa Catarino, Henrique de Andrade Evans, Henrique da Rosa Limpo, Valentim da Rosa Limpo, António José de Faria, José Esteves Ramos, Cândido Manuel Pereira, Carlos Militão Pereira, José Maria Coelho Fenich, António Germano Faria, António Graciano Marques, António Luís dos Santos, António Maria da Costa, António Maria César Júnior, António Maria Lopes, António Marques, Alexandre Ferreira, Augusto Duarte, Alfredo José Caeiro, Crispim José dos Santos, Domingos Marinho, Francisco d'Assunção, Francisco Brás Belchior, Francisco Rodrigues, João Inácio Faria, João Maria de Abreu Moreira, Joaquim do Rosário Costa, José António Ribeiro, José do Espirito Santo, José Guilherme Bravo, José Maria da Costa Mano, José Ferreira, José Pedro da Costa, José dos Santos Costa, Luís dos Santos, Manuel Pedro Proença, Francisco José Romão, Raimundo António Pereira, Pedro Maria da Costa, João Rodrigues Tarolo, Luís Rodrigues dos Santos e Silva, Júlio Martins, João Luís da Costa, Augusto Pereira Vasconcelos, Guilherme Augusto Vasconcelos, João Baptista Firmino e Padre Francisco António Quintal.

Dados sobre a população do concelho do Barreiro, em Janeiro de 1895

População	Numero de eleitores	Numero de elegíveis
8500	3173	330

Pelo decreto de 26 de Setembro de 1895, o Barreiro era considerado concelho de 2ª ordem, sendo anexadas pelo mesmo decreto a freguesia de Alhos Vedros do extinto concelho da Moita e as freguesias da Aldeia de Paio Pires, Arrentela e Seixal do extinto concelho do Seixal.

18 de Novembro de 1895, foi encarregado o construtor Efigénio António de Matos, de elaborar um projecto de orçamento para a construção de um edifício municipal, que possa acomodar todas as repartições públicas do concelho, quartel do destacamento e cadeias.

23 de Novembro de 1895 - relação de doze nomes de proprietários do concelho:

João Dias Correia; Augusto Rodrigues; Crispim José dos Santos; Manuel Lopes; José Pedro da Costa; Wenceslau Luís d'Oliveira; Cândido Manuel Pereira; Manuel Pedro Pança; Júlio Martins; Domingos Marinho; José Maria da Costa Mano; Francisco Pinto da Silva Júnior.

Relação de 12 industriais do concelho:

José Luís da Costa; José Maria da Costa Mano; José Ferreira; Joaquim Miguel dos Santos; Alexandre Ferreira; Henrique da Rosa Limpo; Augusto Duarte; Carlos Militão Pereira; José Martins Escocha; José Baptista Firmino.

Vereação eleita para servir no quadriénio de 1896 a 1898, em sessão de 7 de Janeiro de 1896, em conformidade com o Código Administrativo de 6 de Maio de 1878:

João Dias Correia Pimenta – presidente, pelouro da arborização, higiene e instrução.

Augusto Rodrigues – vice-presidente, pelouro dos incêndios e iluminação.

Wenceslau Luís de Oliveira – pelouro da limpeza, mercados e talhos.

Joaquim Alves Dias- pelouro dos serviços da freguesia de S. Lourenço de Alhos Vedros

António Maria César Júnior * – pelouro das estradas, calçadas e cemitérios.

José Baptista Patroni Ribeiro - pelouro dos serviços das freguesias de N. S. da Consolação da Arrentela e N. S. da Anunciada da aldeia de Paio Pires.

Joaquim Chaves da Saúde - pelouro dos serviços da freguesia de N. S. da Conceição do Seixal.

* Lavrador e comerciante de vinhos, com mercearia no Barreiro e armazém de batatas segundo o Anuário Comercial de 1915.

Administrador de concelho – José Pedro Maria da Costa.

5 de Fevereiro de 1896 – São louvados os feitos do Corpo Expedicionário em África, comandados por Mouzinho de Albuquerque. Como alguns dos soldados que participaram nesta campanha são do concelho, o presidente propunha a criação de uma medalha, com a seguinte legenda, circundada por uma coroa de louro: «Aos soldados do concelho do Barreiro, expedicionários de Lourenço Marques – 1895» e no reverso: «Homenagem da Câmara Municipal do Barreiro – 1896».

Foi proposto igualmente, passar a denominar o Largo das Obras, por Largo «Mouzinho de Albuquerque».

19 de Fevereiro de 1896 – o Presidente tomando da palavra disse: «Que desde muito tempo é bastante sentido a falta de um edifício municipal onde se possam acomodar todas as repartições públicas, cadeias e quartel para destacamento. Esta falta tornou-se mais urgente de reformar, desde que este concelho foi aumentado na sua área pela última reforma administrativa tornando o movimento tanto de pessoal, como do serviço público, muito mais importante. Pouco depois de decretada a reforma administrativa, deliberou a câmara mandar elaborar um projecto e orçamento para a construção de um edifício municipal onde pudessem estabelecer todas as repartições públicas, tribunal, cadeias e quartel para destacamento; sucede porque face ao projecto e orçamento se conhece que o custo do edifício não podia ser inferior a 28 contos de réis, fora o valor do custo do terreno, e para levar a efeito esta construção tinha a câmara de recorrer a um empréstimo de pelo menos trinta contos de réis.»

Discute-se então a necessidade de contrair um empréstimo. Contudo, o possível sobre-
endividamento da câmara, coloca esta opção de lado. É apresentado um projecto de passar as

instalações camarárias para um edifício já construído, surgindo então a ideia do edifício do «Palácio do Coimbra» que pelas suas dimensões poderia albergar as repartições. Discute-se inclusivamente a abertura de uma nova artéria nessa direcção, com as consequentes expropriações, no sentido de desenvolver a vila em direcção á estação dos caminhos-de-ferro.

5 de Abril de 1896 – entrega das medalhas aos soldados, naturais do concelho, que participaram nas campanhas de Lourenço Marques. Está transcrito em acta o discurso do presidente, em homenagem aos soldados.

18 de Novembro de 1896 – na conformidade do art.º 116 do regulamento de 24 de Agosto de 1881, foi formulada uma relação para o fim disposto no §2 do art. 115º do mesmo regulamento, com doze proprietários residentes no concelho:

Crispim José dos Santos; Augusto Rodrigues; Manuel Lopes; Cândido Manuel Pereira; José Ferreira; José Maria da Costa Mano; Domingos Marinho; Francisco Braz Melchior; Francisco Pinto da Silva Júnior; Carlos Militão Pereira; Augusto Duarte; Francisco d’Oliveira.

6 de Janeiro de 1897 - Constituição da câmara e distribuição dos pelouros:

João Dias Correia Pimenta – presidente e pelouro da arborização, higiene e instrução.

Augusto Rodrigues – vice-presidente, pelouro dos poços, incêndios e iluminação.

Joaquim Alves Dias – pelouro dos serviços da freguesia de S. Lourenço de Alhos Vedros.

Joaquim Chaves de Saúde - pelouro dos serviços da freguesia de N. S. da Conceição do Seixal.

José Baptista Padroni Ribeiro - pelouro dos serviços da freguesia de N. S. da Consolação da Arrentela e N. S. da Anunciada da Aldeia de Paio Pires.

Wenceslau Luís d’Oliveira – pelouro dos talhos, mercados e limpeza.

António Maria César Júnior – pelouro das estradas, calçadas e cemitérios.

27 de Janeiro de 1897 – Estão descritas em acta as posturas municipais para a cobrança de impostos indirectos no concelho do Barreiro.

17 de Março de 1897 – Ofício de uma comissão de habitantes da vila do Barreiro, pedindo apoio à câmara na elaboração de um projecto de estatutos de uma corporação de bombeiros voluntários. Em sessão de 31 de Março, foi apresentado este projecto.

Na sessão de 17 de Março, o vereador Joaquim Alves Dias, pediu licença pelo máximo tempo permitido pelo Código Administrativo, alegando ter-se levantado um conflito entre ele e os conterrâneos da sua freguesia, por causa de uma representação pedindo a reconstituição do extinto concelho da Moita. A câmara atendendo às razões expostas e à questão do conflito, lamenta que este se tenha levantado, concedia a licença pedida.

O vereador em questão foi substituído a 24 de Março por Guilherme Augusto de Vasconcelos.

2 de Janeiro de 1898 – Estando presentes todos os indivíduos eleitos para o quadriénio a 7 de Janeiro de 1896, agora apenas na qualidade de vereadores, para eleição de vice-presidente e vice-presidente e distribuição de pelouros. Todos os cidadãos foram reconduzidos nos mesmos cargos e pelouros:

João Dias Correia Pimenta – presidente, pelouro da arborização, higiene e instrução.

Augusto Rodrigues – vice-presidente, pelouro dos incêndios e iluminação.

Wenceslau Luís de Oliveira – pelouro da limpeza, mercados e talhos.

Joaquim Alves Dias- pelouro dos serviços da freguesia de S. Lourenço de Alhos Vedros

António Maria César Júnior – pelouro das estradas, calçadas e cemitérios.

José Baptista Patroni Ribeiro - pelouro dos serviços das freguesias de N. S. da Consolação da Arrentela e N. S. da Anunciada da aldeia de Paio Pires.

Joaquim Chaves da Saúde - pelouro dos serviços da freguesia de N. S. da Conceição do Seixal.

10 de Janeiro de 1898 – requerimento de José Pedro Maria da Costa, pedindo autorização para fazer obras na sua casa sita no Pátio do Morgado e Rua do Conselheiro Aguiar.

13 de Janeiro de 1898 – Foram restaurados através de decreto da mesma data, os Concelhos de Seixal e Moita.

22 de Janeiro de 1898 – Devido à reestruturação e nova divisão administrativa do concelho, a câmara municipal do Barreiro era dissolvida, sendo nomeada uma Comissão pelo Governo, com se poderá verificar pelos nomes, são todos do partido do governo, rival da antiga vereação.

Achando-se presentes os cidadãos convidados pela autoridade administrativa, Crispim José dos Santos, João Zacarias Ferreira, Manuel Lopes Robalo e Carlos Militão Pereira (achava-se ausente o outro cidadão escolhido, José Felismino da Costa), nomeados por despacho de 17 do corrente para constituírem a comissão nomeada nos termos do § 4º do art.º 17 do Código Administrativo, para gerir os negócios municipais deste concelho em conformidade com o art.º 3º do decreto de 13 de Janeiro corrente, sendo igualmente presente o Administrador substituto em exercício Luís dos Santos Júnior, logo o presidente da câmara transacta deferiu juramento a todos os nomeados.

De seguida, foi constituída a comissão com a eleição de presidente, vice-presidente e distribuição de pelouros. Foi eleito presidente da comissão o vogal Crispim José dos Santos e vice-presidente, João Zacarias Ferreira.

Em seguida procedeu-se à distribuição dos pelouros:

João Zacarias Ferreira - pelouro dos poços, incêndios e iluminação.

Manuel Lopes – pelouro da limpeza, talho e matadouro.

Carlos Militão Pereira – pelouro do cemitério, estradas e calçadas.

José Felismino da Costa – pelouro da instrução, higiene e arborização.

21 de Março de 1898 – Tomada de posse dos vereadores efectivos, eleitos no dia 27 de Fevereiro, que irão servir no triénio de 1898 a 1901.

José Pedro da Costa – presidente e pelouro da limpeza, matadouro e instrução.

João Zacarias Ferreira – Vice-presidente, pelouro da freguesia de Santa Cruz, iluminação, paços, bombas e incêndios.

João António Pereira – pelouro dos serviços municipais na freguesia de Santa margarida do Lavradio.

Henrique da Rosa Limpo - pelouro dos serviços municipais na freguesia de N. S. da Graça de Palhais.

António Maria César Júnior – pelouro das estradas, cemitérios e obras.

12 de Abril de 1898 – tomada de posse do vereador substituto mais votado, José Marinho, para tomar o lugar do vereador efectivo João António Pereira, por este ter sido excluído daquele lugar, como consta na relação dos vogais definitivamente eleitos para o Conselho Municipal.

4 de Janeiro de 1899 – Acta da constituição da câmara e distribuição dos pelouros, da câmara eleita em 27 de Fevereiro de 1898, onde todos foram reconduzidos nos cargos que ocupavam, ou seja:

José Pedro da Costa – presidente e pelouro da limpeza, matadouro e instrução.

João Zacarias Ferreira – Vice-presidente, pelouro da freguesia de Santa Cruz, iluminação, paços, bombas e incêndios.

José Marinho – pelouro dos serviços municipais na freguesia de Santa Margarida do Lavradio.

Henrique da Rosa Limpo - pelouro dos serviços municipais na freguesia de N. S. da Graça de Palhais.

António Maria César Sénior – pelouro das estradas, cemitérios e obras.

16 de Janeiro de 1899 – Foram convidados a casa da câmara os cidadãos eleitos nas eleições realizadas a 27 de Dezembro de 1898, para servirem no triénio de 1899 a 1901:

«Como o presidente e três vereadores estão já em exercício, foi dados o juramento a Cândido Manuel Pereira, deixando o seu lugar José Marinho.» Depois procedeu-se novamente à eleição de presidente, vice-presidente, tendo sido reconduzidos os anteriores. O mesmo se passou com os pelouros, ocupando Cândido Manuel Pereira o pelouro administrado por José Marinho.

10 de Maio de 1899 – Tomada de posse do vereador substituto, João António Pereira, devido a doença do vereador efectivo António Maria César Júnior.

19 de Julho de 1899 – A Câmara Municipal concede autorização ao caminho de Ferro do Sul e Sueste para proceder ao alargamento do terminal fluvial e retirar areias para terraplanagem do «caminho que passando junto aos terrenos daquela estação e próximo da rotunda das máquinas, liga a estrada distrital n.º 16 com a municipal de S. Francisco à Maceda.

6 de Setembro de 1899 – é lançada nova postura municipal para a higiene e limpeza da vila (vem descrita na integra na acta).

27 de Setembro – O Conselho de Distrito exige da Câmara do barreiro o cumprimento das medidas sanitárias de limpeza das ruas, de imundíces e despejos; a proibição de circulação de animais vivos dentro da vila; a lavagem de roupa suja á porta das casas; etc. A lavagem de roupa à porta das habitações no Barreiro era um hábito, já que o rio estava bastante perto e as águas corriam para este. Contudo, era um meio privilegiado de transmissão de doenças, com as águas a transportarem pela via pública a doença que o utilizador da roupa padecia. Era exigido por postura municipal que todas as lavagens se fizessem no lavadouro público, no Largo das Obras, mas não havia fiscalização. Curiosamente no Barreiro, chamavam a estas águas, «águas limpas». As queixas apresentadas pelo delegado de saúde ao Conselho de Distrito, contra a câmara do Barreiro, revelam uma realidade de pobreza extrema, com casos quase mensais de tifo, febre tifóide, peste bubónica, principalmente na freguesia de Santa Cruz: entre eles uma cabra que vive dentro de uma casa na Travessa do Jardim, que é portadora da febre tifóide; o estado imundo e infecto da esmagadora das cavalariças da freguesia; famílias a viverem em espaços sombrios acompanhados de «coelhos, pombos, cães, galinhas, gato, porquinhos da índia e carneiros!»; no Bairro de S. Francisco, que caracteriza como o mais pobre dos pobres, fica chocado com a utilização de fezes humanas como adubo nos quintais particulares, «sendo o caos mais grave o do quintal que serve o Asilo da Infância Desvalida, que acolhe 50 e tantas crianças de 4 a 12 anos de idade.

O Sub-delegado de Saúde que executou este relatório, Dr. José Joaquim Fernandes Costa (a sua fotografia está no «Olhar sobre o Barreiro»), critica desde os proprietários do Barreiro, por não melhorarem as suas propriedades, até aos regedores de paróquia e membros da edilidade por completa falta de eficácia e fiscalização.

Em resposta a este relatório, a Câmara Municipal do Barreiro, oficiou ao Conselho de Distrito para se verificar a veracidade destas acusações.

29 de Novembro de 1899 – foi apresentado um requerimento de Alfredo Brito, industrial, construtor electricista, com fábrica na rua de Santo António dos Capuchos n.º 52/54 requerendo à Câmara Municipal do Barreiro, concessão por setenta e cinco anos, para si ou para a companhia

que está organizando para estabelecimento (em toda a área actual da vila do Barreiro ou naquela que de futuro venha a pertencer-lhe) de condutores eléctricos subterrâneos e aéreos para transporte da transmissão de electricidade para todas e quaisquer aplicações e para estabelecimento de fábricas produtoras de electricidade em quaisquer locais da vila, com a faculdade de poder estender os condutores eléctricos aos subúrbios da vila, quer para a transmissão de correntes produzidas dentro das catenárias. O requerente garante à câmara municipal, anualmente três por cento da receita bruta. Este requerimento foi indeferido.

Foi apresentado outro requerimento do mesmo industrial, pedindo a concessão por setenta e cinco anos, do transporte de pessoas, mercadorias, etc. por meio de veículos denominados automóveis. Esta concessão facultando à câmara uma nova receita, proporcionará aos munícipes as vantagens de usarem um meio de transporte rápido e cómodo e facultará o desenvolvimento da indústria carruageira, há muitos anos estabelecida no país e da indústria mecânica, pela fabricação de motores e acessórios necessários aos automóveis, fabrico que o requerente iniciou na sua fábrica.

A câmara depois de discutir o assunto deliberou deferir o requerimento, sob várias condições.

3 de Janeiro de 1900 – Constituição da câmara eleita em 27 de Fevereiro de 1898, tendo sido todos reconduzidos nos cargos que ocupavam.

31 de Janeiro de 1900 – o presidente propôs que se desse o nome de **Rua Albers** à estrada de S. Francisco, em sinal de testemunho da gratidão que este município lhe tributa como cidadão benemérito deste concelho que residindo em terras formosas não se esqueceu desta terra, concorrendo para o seu aumento, pelas muitas edificações que aqui tem feito, aformoseando com estas aquela estrada quase deserta. A câmara aprovou por unanimidade, pedindo autorização para tal ao sr. Carlos Henrique Albers.

11 de Abril de 1900 – proposta do presidente da câmara para o estudo de um projecto para um novo cemitério, para substituir os pequenos de Santa Cruz e Santa Margarida.

6 de Junho de 1900 – Ofício da direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, convidando o presidente da câmara a assistir à inauguração de uma estação de incêndios, expressamente mandada construir com receitas da fábrica de cortiças St. Cruz (Lezírias), que se realizará no dia 27 de Maio.

2 de Janeiro de 1901 - Constituição da câmara eleita em 27 de Fevereiro de 1898, tendo sido todos reconduzidos nos cargos que ocupavam.

20 de Março de 1901 – é dada posse a Francisco d'Oliveira, vereador substituto durante o impedimento do presidente da câmara José Pedro da Costa, por motivo de licença. O vice-presidente, João Zacarias Ferreira, desempenha as funções de presidente. Nota: José Pedro da Costa, durante os mandatos que ocupou a presidência da câmara foi muitas vezes uma figura ausente, estando várias vezes de licença (por motivos não descortinados), desempenhando de facto esse cargo e sendo dos vereadores mais activos, João Zacarias Ferreira.

2 de Janeiro de 1902 – Tomada de posse dos vereadores que irão servir no triénio de 1902 a 1904.

João Dias Correia Pimenta – presidente e pelouro da limpeza, instrução e incêndios.

António Maria César Júnior – vice-presidente, pelouro dos poços, bombas, estradas e cemitérios.

Afonso Ruy Galvão Mexia d'Almeida Fernandes* – pelouro dos serviços municipais da freguesia do Lavradio.

Valentim da Rosa Limpo – pelouro dos serviços municipais da freguesia de Palhais.

Francisco Brás Melício** – pelouro dos serviços municipais da freguesia do Barreiro, iluminação, mercados, talhos e matadouro.

* Em 1917 era oficial do Registo Civil, segundo o Anuário Comercial do mesmo ano.

* **Comerciante, gerente de Depósito de louça, segundo o Anuário Comercial de 1915.

3 de Abril de 1902 – Pelo Presidente, foi dito que « há muito se sentia a falta de um edifício onde se instalassem todas as repartições públicas do concelho; e ainda a de um novo cemitério na sede deste concelho, e julga portanto de grande necessidade a realização destas duas importantes obras públicas pelas razões que passa a expor:

A Câmara acha-se instalada em uma casa sem capacidade nem acomodações precisas para os serviços municipais e ainda para os serviços de recrutamento, de sorteio e inspecção que exigem casas com bastante área.

A administração do concelho acha-se instalada em uma casa alugada, mas que não tem as precisas acomodações, porque não se encontra com facilidade casas para alugar onde se possa instalar repartições públicas, a não ser com grandes rendas e ainda com as modificações a fazerem-se por conta do município, e agora ainda com mais dificuldade, porque tem na mesma administração de se instalar o serviço do Sub-delegado de Saúde, em observância com o Decreto de 24 de Dezembro de 1901.

A estação de polícia está também necessitada por falta de casa própria.

O cemitério está situado dentro da vila em virtude de construções ultimamente feitas, não só para habitação, como para estabelecimentos industriais, além disso, a área é essencialmente diminuta em relação à população desta vila o que o torna de péssimas condições higiénicas.

Que portanto a construção de um edifício municipal, onde se possam instalar todas as repartições públicas e a construção de um cemitério na sede do concelho, se impõe como uma necessidade urgente.

Que para a realização destes melhoramentos se torna preciso contrair um empréstimo, sem o qual, tais melhoramentos se tornam irrealizáveis.»

5 de Junho de 1902- Ofício n.º 417 de 28 de Maio último da Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, de teor seguinte: «Pela parte sul da estação do Barreiro, havia um caminho público que seguia entre as cocheiras das carruagens e a fábrica de Cortiças Herold & C.º, com a construção do 1º lanço do ramal para Cacilhas fica inutilizada. Com o fim de vantajosamente o substituir, vai-se construir do lado norte da estação, encostado às oficinas, um caminho empedrado (do tipo das estradas municipais) que ligue a Rua Miguel Pais à Estrada de S. Francisco. Esta construção precisa porém que V. Ex.ª se digne dizer-lhe oficialmente se a Câmara tem alguma objecção a fazer a esta substituição de caminhos, para evitar quaisquer dúvidas que de futuro se viessem a dar.

A Câmara aprovou por unanimidade, com determinadas condições, em relação ao tipo e dimensões do caminho.

4 de Dezembro de 1904 – devido ao acumular de águas na estrada de S. Francisco à Maceda e num local onde já existem várias habitações, deliberou alterar o traçado da estrada, mandando fazer ao longo das casas um passeio empedrado, com o número de árvores precisas para o embelezamento daquela estrada entre a vila e a passagem de nível.

2 de Janeiro de 1903 – **Constituição e distribuição dos pelouros da Câmara eleita a 2 de Janeiro de 1902 para servir no triénio de 1902 a 1904.**

Foram todos reconduzidos nos seus cargos.

29 de Janeiro de 1903 – Foi remetido pela Comissão distrital o orçamento para o corrente ano com as alterações indicadas pela secretaria do Governo Civil ao edifício dos Paços do Concelho. A Câmara deliberou modificar quanto possível em conformidade com o parecer da 3ª Direcção das Obras Públicas, o projecto do edifício para os Paços do Concelho, encarregando das modificações a fazer o autor do projecto, Joaquim Rafael Pinto, condutor de Obras Públicas.

28 de Maio de 1903 – o presidente apresentou os projectos e orçamentos para a construção do edifício dos Paços do Concelho e cemitério, projectos que foram modificados em harmonia com o parecer da 3ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, deliberando a Câmara que fossem submetidos à aprovação superior.

16 de Junho de 1903 – Foi recebido o ofício n.º 285 da Comissão Distrital, com o acórdão concedendo autorização para a construção de um novo cemitério na vila do Barreiro.

13 de Agosto de 1903 – Pelo presidente foi dito que tendo sido autorizado o estabelecimento de um novo cemitério na sede deste concelho e aprovado o respectivo orçamento se tornava necessário fazer a aquisição do terreno preciso para se proceder à construção. Que tendo sido já escolhido o local para aquela construção que era a Quinta do Gandum, no sítio da guarda das Palmeiras desta freguesia de S.ta Cruz, local e qualidade de terreno que tinha parecer favorável do Sub-delegado de Saúde, com uma faixa de terreno de doze mil metros quadrados. Deliberou mais, convidar o dono daquela propriedade José Maria d'Abreu Moreira a comparecer na casa das sessões da Câmara no dia 20 do corrente, afim de acordar com a Câmara sobre a cedência de uma faixa de terreno daquela sua propriedade, para a construção de um novo cemitério.

27 de Agosto de 1903 – Foi participado pelo Presidente que o proprietário do terreno escolhido para a construção do novo cemitério tinha declarado perante ele, o administrador de concelho que não assumia a cedência do terreno para a construção do cemitério, em virtude de que, deliberou a Câmara em conformidade com o disposto no n.º 9 do art.º 51º do Código Administrativo, requerer que seja decretada a utilidade pública para a expropriação de uma faixa de terreno com a área de doze mil metros quadrados, pouco mais ou menos, da Quinta do Gandum.

10 de Setembro de 1903 – Foi apresentado o projecto e orçamento do edifício municipal (Paços do Concelho) que foi aprovado pela Comissão Distrital em sessão de 3 do corrente, como consta no ofício da mesma comissão n.º 378 de 4 de Setembro.

10 de Dezembro de 1903 – Foi aprovado um requerimento apresentado por Domingos Cândido da Silva, empresário e director do teatro barraca, denominado «Lisbonense», em que pede para armar o referido teatro que mede 40 metros de comprimento e 10 metros de largura, no Largo do Rosário desta vila, pelo prazo de três meses.

17 de Dezembro de 1903 – Condições do contrato da Companhia Geral do Crédito Predial Português, para empréstimos municipais, para a construção do edifício dos Paços do Concelho.

7 de Janeiro de 1904 - **Constituição e distribuição dos pelouros da Câmara eleita a 2 de Janeiro de 1902 para servir no triénio de 1902 a 1904.**

Foram todos reconduzidos nos seus cargos.

17 de Março de 1904 – Estão transcritas em actas posturas municipais referentes:
capitulo I – matadouro.
capitulo II – talhos.

24 de Março de 1904 – A Câmara acedendo ao pedido de Herold & C.^a, deliberou que a estrada que liga à Estrada Real n.º 16, conhecida pela «Azinhaga da Quinta Grande», passe a denominar-se «Estrada dos 3 Quintais» e que o largo agora construído e situado na mesma estrada, onde existem as serventias para as Quintas Grande e Pequena, Fábrica Herold e Villa Bella, passe a denominar-se «Largo dos 3 Quintais».

NOTA: a «estrada dos 3 quintais» liga à estrada de S. Francisco à Maceda, tendo no respectivo cruzamento sido autorizada a colocação de um poste com seta, indicando a Fábrica Herold e a Villa Bella.

7 de Abril de 1904 – Depois de apresentada proposta de aprovação dos estatutos da Corporação de Bombeiros Voluntários Herold, criada a 1 de Março de 1904, a Câmara aprovava o regulamento de Serviço de Incêndios e outras posturas municipais relacionadas:

Capítulo I – fins e organização.

Capítulo II – deveres dos bombeiros.

Capítulo III – disposições transitórias.

Capítulo IV – serviços de aguadeiros e poços.

28 de Abril de 1904 – o decreto de 21 de Abril de 1904, publicado no Diário de Governo n.º 89 de 23 do mesmo mês, declarava de utilidade pública urgente a expropriação de terrenos na propriedade de João Maria d'Abreu Moreira, para a construção do novo cemitério.

5 de Maio de 1904 – o presidente da Câmara disse que lhe constava particularmente que João Maria d'Abreu Moreira, proprietário da Quina do Gandum, estava na resolução de contratar amigavelmente com a Câmara venda do terreno necessário para a construção do novo cemitério nesta vila, o que achava de grande conveniência para a Câmara a fim de evitar despesas judiciais que a expropriação não sendo feita amigavelmente acarretaria à mesma. Em vista disto, o presidente foi autorizado a contratar como proprietário e sua esposa até seiscentos mil réis a expropriação de 112330, 25 m/2.

16 de Maio de 1904 – Foi comunicado que foi ajustada a compra do terreno para o cemitério por 600 mil réis, tendo a Câmara desistido da acção judicial de expropriação.

29 de Junho de 1904 – Estão transcritos em acta as condições do contrato para a construção do cemitério.

23 de Setembro de 1904 – ofício convidando a Câmara a assistir no dia 2 do próximo mês de Outubro pelas 11 horas da manhã, à sessão solene da inauguração da Associação dos Bombeiros Voluntários Herold.

29 de Setembro de 1904 – A Câmara deliberou lançar em acta um voto de louvor às Associações de Bombeiros Voluntários desta vila, pelos bons serviços prestados no combate ao incêndio do último dia 27.

20 de Outubro de 1904 – Requerimento da Empresa da Praça de Touros do Barreiro, pedindo para que se lhe seja aforado uma porção de terreno municipal situado no Largo do Rosário desta vila, onde se acha construída a praça de touros, pertencente à mesma empresa, terreno que foi arrendado pela Câmara para ali se fazer a referida construção e que tem 4096 m/2 de área.

Foi apresentado pelo presidente o caderno de encargos e condições de arrematação para a construção da empreitada n.º 1 do edifício municipal, Paços do Concelho.

O vereador António Maria César Júnior pediu licença até ao final do ano, tendo sido substituído pelo mais votado, Manuel Pedro Pança (tomou posse dia 3 de Novembro).

As eleições municipais foram marcadas para o dia 6 de Novembro de 1904.

3 de Março de 1904 – pelo presidente foi dito que devendo ter lugar a arrematação para a construção do edifício municipal, no dia 17 de corrente, se tornava necessário escolher o local para essa construção bem como de fazer a aquisição do terreno preciso.

A Câmara não possuindo terreno municipal para este fim, deliberou fazer a aquisição de uma porção de terreno, não só para a construção do edifício, como para a construção de ruas para o edifício ficar isolado, e assim deliberou fazer a aquisição do terreno na Quinta de S. Francisco por este ser o melhor local e mais económico, situada na Rua Albers, em quantidade suficiente e dentro da verba do respectivo orçamento.

10 de Novembro de 1904 – foi acordado com o proprietário da Quinta de S. Francisco a venda de 1520 m² por 500 mil réis, para a construção dos Paços do Concelho.

17 de Novembro de 1904 – estão descritas as condições do contrato de arrematação para a construção dos paços do concelho.

24 de Novembro de 1904 – depois de rasgados elogios à actuação do presidente da Câmara através da construção de melhoramentos na vila e no seu desenvolvimento, a vereação propunha dar o seu nome à rua em construção entre a rua Albers e a rua Miguel Pais, passando a denominar-se Rua João Pimenta.

1 de Dezembro de 1904 – pelo presidente foi dito que devendo ser revestido de uma certa solenidade o acto de assentamento da primeira pedra para a construção do edifício municipal, propunha que fosse designado o dia 8 do corrente mês, pelas onze horas da manhã, para ter lugar esse acto e que fossem convidadas a assistir as duas filarmónicas, todas as autoridades associadas, os quarenta maiores contribuintes e ainda outros indivíduos que pela sua posição fossem dignos de tal convite.

8 de Dezembro de 1904 – o presidente disse que tendo a Câmara, acompanhada da autoridade administrativa, representantes de algumas associações desta vila, grande número dos quarenta maiores contribuintes, proprietários e industriais deste concelho e da Filarmónica da Sociedade Marcial Capricho Barreirense que bizarramente se prestou com o seu concurso a abrilhantar o acto solene do assentamento da primeira pedra para a construção dos Paços do Concelho, acto este que se acaba de realizar no terreno municipal junto à Rua Albers, local previamente escolhido para aquela construção, com toda pompa e formalidades legais e a que assistiram as principais pessoas deste concelho e muito povo. Deste acto se lavrou em duplicado um auto dos exemplares que foi assinado por todos os presentes e encerrado um dos exemplares num cofre de ferro com três moedas de cobre de cinco, dez e vinte réis, duas de níquel de cinquenta e cem réis e três de prata, de duzentos, quinhentos e mil réis, moedas estas cunhadas no reinado do actual rei D. Carlos I.

Em seguida foi o cofre fechado a duas chaves sendo uma entregue ao administrador de concelho e outra em poder do Presidente da Câmara para serem guardadas nas respectivas secretarias.

2 de Janeiro de 1905 – **Tomada de posse da Câmara eleita nas eleições de 6 de Novembro de 1904, para servir no triénio de 1905 a 1907.**

Padre Francisco António Quintão – presidente

Carlos Militão Pereira – vice-presidente, pelouro da instrução, cemitério.

Joaquim Lobato Quintino – pelouro da iluminação, incêndios e mercados.

Joaquim Miguel dos Santos – pelouro das estradas, poços e bombas.

Crispim José dos Santos – pelouro da limpeza, obras, matadouro e talhos.

2 de Março de 1905 – o presidente disse que tendo esta Câmara tomado conhecimento do estado em que se encontrava o município a 1 de Janeiro de 1905, segundo as informações dos vereadores dos diferentes pelouros e não se encontrando serviço ou melhoramento algum que se torne recomendável para o bem público e engrandecimento do mesmo município e por conseguinte não havendo motivo para que se perpetue o nome de qualquer vereador das gerências passadas há 20 anos a esta parte, usando da autorização que n.º 5 do art.º 150 do Código Administrativo, concede às Câmaras Municipais, proponho que à estrada desta vila, que da Rua Albers vai entroncar com a Rua Miguel Pais, se dê o nome de Avenida D. Luís Filipe, ficando de nenhum efeito o nome que lá está.

16 de Março de 1905 – Com uma nova gerência municipal são reacordados os termos do contrato com os empreiteiros F. H. D'Oliveira & C.º (Irmão), devido a alterações a efectuar ao projecto feitas pela nova equipa camarária.

11 de Março de 1905 – pedido de José Augusto Pimenta pedindo autorização à Câmara para consultar os seus arquivos, de forma a continuar os seus estudos da História do concelho. Procura documentação que diga respeito à praia da vila «que se tornou um perigo eminente para a povoação, por isso que as águas do Tejo, subindo desmedidamente nos últimos anos estão prestes a invadi-la. Todos os proprietários deste concelho com a sua Câmara à frente, devem unir-se para se conseguir opor a essa invasão, construindo-se uma muralha em toda a extensão da praia, melhoramento impossível de realizar com os poucos recursos de que dispõe este concelho, mas fácil de se obter se podermos contar com a protecção de poderes superiores.

Sobre este assunto tem o suplicante (José Augusto Pimenta) tido longas conferências com os seus particulares amigos o Ex.º Sr. Conselheiro D. João de Alarcão e D. Jorge de Mello, actuais Ministro das Obras Públicas e Governador Civil do Distrito, e por isso o suplicante pode afirmar peremptoriamente a esta Câmara que contando com a mais absoluta confiança em tão altos funcionários sobre todos os pontos de vista, eles lhes prometeram o seu incondicional apoio para tudo quanto puderem fazer dentro da lei, e de acordo com o suplicante, para o bem estar deste concelho, a que o signatário, por todos os motivos se honra de pertencer.

15 de Junho de 1905 – o Supremo Tribunal Administrativo suspender a deliberação do Conselho de Distrito, relativa ao acordo com os empreiteiros para a mudança de cantaria nos Paços do Concelho, para que fosse de Pero Pinheiro.

26 de Junho de 1905 – os empreiteiros das obras dos novos Paços do Concelho propõem a rescisão do contrato anulado, propondo o uso de cantaria em determinadas partes do edifício, diminuindo assim o valor proposto inicialmente.

13 de Julho de 1905 – Ofício do presidente da Câmara participando que não pode comparecer hoje à sessão da Câmara por motivos de serviços individuais e pedindo dispensa da sua comparência. Participa mais que não lhe sendo possível preocupar-se com o serviço da Câmara no tempo que decorre da presente data até 31 de Agosto próximo em consequência não só dos deveres paroquiais, como também por carecer de descanso e tomar alguns banhos, pede assim licença do cargo que lhe foi confiado.

A licença foi concedida tendo tomado posse no dia 20 de Junho, o vereador substituto, João António Alves.

Requerimento de Joaquim dos Santos Costa, pedindo licença para fazer obras na sua casa que dá para a Travessa do Amparo e Travessa de S. Francisco.

27 de Julho de 1905 – o Conselho de Distrito rejeitou o acordo entre a Câmara e os empreiteiros dos Paços do Concelho em relação às mudanças no projecto, por ir contra a memória descritiva entregue.

17 de Agosto de 1905 – os empreiteiros dos Paços do Concelho, mostram-se desiludidos com o facto do seu contrato estar a ser usado como uma guerra entre facções políticas.

14 de Setembro – adiconamentos à postura de 17 de Março de 1904 sobre a venda de carnes.

O presidente da Câmara informou a assembleia que está contra qualquer pagamento efectuado ao empreiteiro da obra dos Paços do Concelho enquanto não forem cumpridas todas as disposições do 2º contrato, ou seja, o uso da cantaria de primeira qualidade de Pero Pinheiro, em vez de segunda como o fiscal da Câmara informou.

2 de Novembro de 1905 – O Conselho de Distrito rejeitou outra alteração ao projecto de construção dos Paços do Concelho, desta vez, a colocação de vigas de ferro para o 1º andar. A Câmara estranha esta rejeição visto esta alteração não implicar o aumento da despesa. Em vista disto, o fiscal da Câmara pede a sua demissão.

9 de Novembro de 1905 – primeira referência em acta ao novo cemitério como «cemitério de Santa Bárbara».

4 de Janeiro de 1906 – **Constituição da Câmara eleita nas eleições de 6 de Novembro de 1904, para servir no triénio de 1905 a 1907.** Com a mesma equipe, os pelouros são alterados, até na sua denominação:

Padre Francisco António Quintão – presidente

Carlos Militão Pereira – serviços municipalizados das freguesias do Lavradio e Palhais.

Joaquim Lobato Quintino – Pelouro da iluminação, mercados e edifícios.

Joaquim Miguel dos Santos – Poços, bombas, obras, viação, incêndios e cemitérios.

Crispim José dos Santos Júnior – Instrução, calçadas, matadouro, limpeza (podendo despedir qualquer empregado da limpeza dando conhecimento à Câmara na precisa ocasião).

15 de Março de 1906 – pedido de autorização para a construção do coreto em Santo António da Charneca.

29 de Março de 1906 – o Governo Civil do distrito comunica à Câmara que João Dias Correia Pimenta servirá interinamente de Administrador deste concelho.

Nota: é preciso não esquecer que João Pimenta pertence ao partido político rival da que está à frente dos rumos camarários, facto que não é estranho à sua nomeação, feita pelo seu partido que está à frente do governo do país neste período.

Durante o período de construção dos Paços do Concelho (iniciado na sua presidência) João Dias Correia Pimenta, pediu por várias vezes à Câmara documentação (na qualidade de munícipe e depois como administrador de concelho substituto) relativa aos contratos com os empreiteiros e relatórios do fiscal da Câmara, pedidos estes sempre satisfeitos. Contudo, foram provavelmente as sua informações ao Conselho de Distrito que originaram a que este órgão boicotasse qualquer alteração ao projecto dos paços do Concelho, como até em algumas obras municipais de melhoramento, como a recuperação da estrada de S. Francisco à Maceda.

A actividade do ex-presidente agora administrador de concelho foi imensa. Devido ao cargo que ocupava interinamente assistia a todas as sessões camarárias, pelo que continua a estar a par de todas as deliberações camarárias e decisões. A 28 de Junho de 1906, entregava uma reclamação em seu nome, como cidadão e maior contribuinte, contra a aprovação das contas da

Câmara Municipal do Barreiro para o ano de 1905, acompanhado a reclamação com 6 documentos justificativos. A 26 de Julho, deixou de exercer essas funções, reocupando o seu lugar, Daniel Ferreira de Matos.

Contudo, a 30 de Outubro de 1906, entregava ao Conselho de Distrito uma reclamação contra o pagamento de 990 mil réis ao empreiteiro dos Paços do Concelho. As relações entre a edilidade e Correia Pimenta, nunca foram boas, como é expresso na acta (transcrita à frente) de 29 de Agosto de 1907, onde o presidente da Câmara, o Padre Quintão, lança em acta um voto contra a sua administração municipal, que foi aprovada por maioria.

20 de Setembro de 1906 – depois de efectuada uma vistoria ao novo edifício dos Paços dos Concelho, este foi considerado concluído, procedendo-se à entrega do mesmo à Câmara Municipal. Contudo, a escada de acesso pela fachada não estava ainda executada, sendo a entrada feita pelas traseiras.

18 de Outubro de 1906 – mudança para o novo edifício da documentação do arquivo e repartições técnicas.

6 de Dezembro de 1906 – Foi deliberada a mudança da secretaria para o novo edifício.

20 de Dezembro de 1906 – Realizou-se a primeira reunião camarária no novo edifício. O presidente disse que «realizando-se hoje a primeira reunião no novo edifício dos paços do Concelho, felicitava a Câmara por este facto e ao mesmo tempo lamentava que não se podido conseguir o acabamento das obras do edifício a fim de serem instaladas todas as repartições do concelho, para o mesmo ser inaugurado com toda a solenidade devida e usada em tais actos.

3 de Janeiro de 1907 - **Constituição da Câmara eleita nas eleições de 6 de Novembro de 1904, para servir no triénio de 1905 a 1907.** Com a mesma equipe, os pelouros são alterados, até na sua denominação:

Padre Francisco António Quintão – presidente

Carlos Militão Pereira – pelouro dos cemitérios e instrução.

Joaquim Lobato Quintino – Pelouro dos edifícios, iluminação e incêndios.

Joaquim Miguel dos Santos – Poços, bombas, obras, viação, mercados e arvoredos.

Crispim José dos Santos Júnior –pelouro das calçadas, matadouro, limpeza.

Na mesma sessão: «O Presidente disse que tendo falecido a Ex.^a Sr. D. Maria Joana Casal Pimenta, sogra do Ex.^o Sr. José Augusto Pimenta, chefe do Partido Progressista desta vila, propunha que se lançasse em acta um voto de profundo sentimento e que se encerrasse a reunião. Proposta que foi aprovada por maioria, estando contra o encerramento da reunião, o vereador Crispim José dos Santos e Miguel dos Santos.»

10 de Janeiro de 1907 – Já à alguns meses que o encarregado da manutenção do relógio municipal tem tido problemas no acesso à porta da Igreja que dá serventia à torre do relógio, afirmando que ou lhe dão a chave ou não lhe abrem a porta da Igreja. Nesta data, entregou um ofício pedindo para ser arranjada a porta (ser colocada uma nova porta, detendo ele uma das chaves) que dá acesso ao relógio a fim de poder tratar do mesmo, «de forma a não haver interrupção como tem sucedido, por isso que achando-se o relógio a trabalhar regularmente, de momento aparece avariado, não sabendo a quem atribuir tal facto». Na mesma sessão, foi entregue outro ofício do mesmo encarregado, participando que « o pároco da freguesia proibiu que ele e o seu empregado entrassem na Igreja para desempenhar o seu lugar dando corda ao relógio, a fim de a câmara tomar providências que julgar convenientes.» O presidente da Câmara disse que «no dia 28 do mês findo indo para celebrar a missa pelas 8 horas da manhã, notei que não obstante haver fiéis na Igreja

para assistir aos actos religiosos, o encarregado de dar corda ao relógio estava fazendo barulho na porta do relógio que dá para a Igreja e mandando que descesse, chegando à sacristia declarou ao empregado da Igreja que desconfiava que ele fosse mexer no relógio, por isso que andava muitas vezes avariado. Julgando este acto um insulto para os empregados da Igreja intervim com a minha autoridade não só de presidente da Câmara, como também de pároco, ordenando-lhe, que visto desconfiar dos empregados da Igreja, ele estava no mesmo direito de desconfiar do dito empregado do relógio, por consequência não voltasse à Igreja a dar corda ao relógio, que ele presidente se encarregava regularmente do relógio, propondo a demissão do funcionário. A proposta foi rejeitada. Na sessão de 24 de Janeiro, em vista do impasse, esta proposta foi aprovada por maioria, usando o Presidente do voto de desempate.

21 de Março de 1907 – O advogado contratado pela Câmara para contestar a reclamação de João Dias Correia Pimenta, apresenta um extenso historial de toda a polémica, começando em Novembro de 1904, com a memória descritiva dos Paços do Concelho até às reclamações feitas pelo ex-presidente junto do Conselho de Distrito.

2 de Maio de 1907 – Regulamento para o Cemitério Público Municipal da Vila do Barreiro:

Capitulo I

Capitulo II – atribuições do guarda.

Capitulo III – atribuições do coveiro.

Capitulo IV – Inumações.

Capitulo V – Exumações.

Capitulo VI – Nomeação dos empregados.

Disposições gerais.

Foi deliberado pedir autorização para vender a antiga casa dos Paços do Concelho

E o seu produto aplicado ao acabamento das obras dos novos Paços do Concelho, tendo sido nomeados José Guilherme Bravo e Manuel Lopes para avaliarem a casa.

6 de Junho de 1907 – o presidente apresentou e leu uma representação dirigida a Sua Majestade El-Rei, protestando contra a administração em ditadura que o Governo pretende assumir. «Senhor! A Câmara Municipal do Barreiro inspirando-se no sentimento que tão intensamente vibra na alma portuguesa, vem respeitosamente rogar a V. Majestade que no exercício das funções superiores do poder moderador que soberbamente lhe cabe, faça restabelecer a moralidade do nosso sistema constitucional. Senhor! Vão idos os tempos de absolutismo de odiosa memória, os povos modernos conquistaram com a vida e o sacrifício de muitos, o regime representativo, palácio das suas liberdades políticas e dos seus direitos individuais. Em Portugal, a Carta Constitucional que num gesto aniquilou toda uma epopeia de luta e esforços ingratos, que tornaram para sempre imortal o nome do bisavô de Vossa Majestade, o grande D. Pedro IV que para sempre uniu a monarquia à liberdade. A Vossa Majestade cabe hoje manter entre nós o regime que a nação portuguesa abraçou com efusão. É o que a Vossa Majestade vimos pedir. Senhor! A administração em ditadura que o Governo pretende assumir, nem é já dos nossos tempos, nem por incompatível com os nossos direitos pode ser aceite por um povo livre que firmou com o seu sangue as garantias que lhe foram outorgadas. Por isso Senhor temos fé consigo não apelarmos em vão para Vossa Majestade.»

25 de Junho de 1907 – tomada de posse do vereador substituto João António Alves, para exercer estas funções, durante o período de licença de Carlos Militão Pereira.

1 de Agosto de 1907 – Regulamento para o Cemitério Público, modificado em harmonia com a Resolução da Comissão Distrital de 4 de Julho.

29 de Agosto de 1907 – Ofício da Repartição Central do Governo Civil de Lisboa, remetendo cópia do ofício do Ministério do Reino de 16 do corrente da qual constam os fundamentos porque foi indeferida a representação desta Câmara pedindo autorização para suspender o pagamento das quotas em dívida ao Hospital de S. José a fim de aplicar a respectiva receita a obras em estradas e caminhos. O presidente disse: « não merece os meus aplausos, mas também não me revolto contra esta decisão porque a julgo conforme com lei; aos caloteiros retira-se-lhes o crédito e neste caso está a Câmara do Barreiro que desde 1893 deixou de pagar as respectivas quotas ao Hospital de S. José, não achando todavia justa que a actual vereação esteja pagando dividas até ao 3º trimestre de 1897, por querer cumprir com a lei e administrar os dinheiros do município em proveito dos que pagando as suas contribuições têm todo o direito a gozar das garantias que a lei lhes faculta. Se o ditador camarário que administrou o município desde 1893 a 1904 inclusive, não tivesse o cofre em casa, recebendo, pagando e fazendo o que bem lhe parecia sem ninguém o incomodasse, tivesse consciência, os munícipes do Concelho do Barreiro, teriam as suas comodidades e boas estradas sem terem de lamentar a falta que se nota na conservação das mesmas. Posto isto, protesto contra a péssima administração municipal nos referidos anos e requeiro que esta minha declaração seja exarada em acta, tornando-se público este protesto e o porquê de não se proceder à reparação das estradas». (...) Os vereadores Crispim dos Santos e Miguel dos Santos votaram contra.

Foi aprovado o Regulamento do Matadouro Municipal do Barreiro:

Capitulo I – da fiscalização sanitária.

Capitulo II – da entrada e matança de gado.

Capitulo III – da receita do matadouro.

Capitulo IV – das carnes secas e salgadas, ensacadas, fumada ou por qualquer forma preparada e das banhas.

Capitulo V – do pessoal de serviço, suas atribuições e penalidades.

Capitulo VI – disposições gerais.

19 de Setembro de 1907 – Ofício da Administração do Concelho remetendo uma cópia da reclamação dos donos e empresários dos moinhos referente ao descanso semanal, o qual é de teor seguinte: «Il.mo Sr. Governador Civil de Lisboa, os abaixo assinados são donos e empresários de moinhos movidos pelas águas das marés do Rio Tejo, no Concelho de Barreiro. O descanso semanal causa à indústria grandes prejuízos, por quanto os suplicantes só a podem exercer na ocasião das marés de águas vivas. Quando vêm os quebramentos das marés os moinhos não podem trabalhar, de forma que na realidade os operários dos suplicantes têm todos os quinze dias, três e quatro dias de completo e forçado descanso por falta de água. Nestas condições não tem na verdade aplicação à indústria dos suplicantes a lei do descanso semanal, pois que, pela própria natureza da indústria e pela força das circunstâncias, os operários dos suplicantes têm mais do que um dia de descanso em cada semana. Vêm pois os suplicantes requerer a V. Ex.^a que lhes seja permitido o trabalho, mesmo aos domingos durante as marés em que possam trabalhar, sob condição de que os operários dos suplicantes tenham um dia de descanso por semana ou dois dias em cada quinzena, podendo ser à escolha dos suplicantes esses dias de descanso. Orey Antunes & C.º, José Pedro Maria da Costa, Isidro Freire». A Câmara concordou com o pedido, autorizando o seu envio.

(...)

Requerimento da Companhia União Fabril. «A Companhia União Fabril é hoje proprietária tanto da chamada Quinta do Abreu, como da Quinta do Nicola. Acham-se estas duas propriedades separadas por uma estreita azinhaga unicamente destinada a dar serventia à duas propriedades. Não tendo a azinhaga trânsito público, presta-se ao despejo de todas as imundices a constituir verdadeira fossa pública e um verdadeiro foco de infecção. Além de importantes estabelecimentos fabris que esta companhia vai montar, cuja construção se acha apenas iniciada na parte norte nas

nossas propriedades chamada Lezíria e que em breve se vai estender a toda a Quinta do Nicola, torna-se-lhe indispensável construir um bairro operário na Quinta do Abreu, mas parece-nos indispensável por cobro a esse foco de infecção inutilizando desde já a referida azinhaga. (...) Oportunamente estabeleceremos os arruamentos para as serventias do novo bairro operário, cuja distribuição depende ainda dos estudos complementares das instalações fabris a que se está procedendo e a que aquele tem de ficar subordinado e assim pois, tratando-se de melhorar condições higiénicas de uma parte hoje abandonada, é certo, da povoação do Barreiro, mas que vai pela nossa iniciativa tornar-se em breve num importante centro fabril do país.»

24 de Outubro de 1907 – A Câmara autorizou a cedência da azinhaga à Companhia União Fabril, na condição de esta proceder a reparações e consertos na estrada da Maceda, obra orçada em cerca de 30.000 réis. O representante da Companhia, sr. João Silva que estava presente, concordou com a condição em nome da Companhia.

19 de Dezembro de 1907 – Foi arquivada por não ser provada a culpa da maioria camarária (padre Quintão, Carlos Militão Pereira e Joaquim Lobato Firmino), por não terem enviado os resumos das sessões camarárias e terem faltado a uma sessão (em que esteve o Administrador de Concelho). A queixa tinha sido apresentada pela autoridade administrativa (Administrador de Concelho).

31 de Dezembro de 1907 – Ofício da Administração de Concelho participando a nomeação dos vogais da comissão que tem de gerir os negócios municipais. O sr. Presidente disse «que em vista dos disposto no mesmo ofício apresentava o seguinte protesto em seu nome e dos vereadores: Na nossa qualidade de vereadores legalmente eleitos para este município, protestamos contra o facto de sermos compelidos a deixar-nos substituir nestes lugares, por indivíduos que não são escolhidos pelo povo, e por eles eleitos, como determina o Código Administrativo em vigor, lavrando o nosso protesto, reservando-nos o direito de proceder-mos como escolher julgar-mos de justiça para defesa dos nossos direitos, desde hoje declinamos toda a responsabilidade de quaisquer actos que sejam consequência de semelhante facto».

2 de Janeiro de 1908 – Com a presença do Administrador de Concelho, Daniel Ferreira de Matos, nos termos do decreto de 14 de Dezembro, **veio tomar posse a Comissão que tem de gerir os negócios deste município** a saber:

António Cardoso Tenente (presidente)

Crispim José dos Santos Júnior (vice-presidente), pelouro dos serviços municipais da freguesia do Barreiro e limpeza, calçadas, iluminação e cemitérios.

Manuel José de Carvalho, pelouro do mercado do peixe e incêndios.

Padre João Evangelista Hidalgo de Lacerda, serviços municipais das freguesias do Lavradio e Palhais e instrução.

Joaquim Miguel dos Santos, pelouro das estradas, matadouro e obras.

23 de Janeiro de 1908 – Requerimento de teor seguinte: «os abaixo assinados comissionados para levarem a efeito a festa escolar, conhecida vulgarmente por “festa da árvore”, necessitando de local próprio para a plantação de algumas árvores, vêm por este meio pedir a V. Ex.^a se digne a dispensar-lhes para esse fim o Largo do Casal desta vila do Barreiro, bem como o pessoal da Câmara para a abertura das necessárias covas na ocasião oportuna . Ricardo Rosa Alberty, Francisco Rodrigues, Francisco Braz Melício, J. Dupont e Sousa, José António Rodrigues, José Maria da Costa Mano Júnior, Manuel António de Faria, Júlio Velez Carçoço, José Luís da Costa, Joaquim Lobato Quintino, Joaquim Ferreira Alves, José Tavares Veloso, Wenceslau Duarte de Oliveira, Eduardo Mendes Belo, Francisco Rosa Alberty.» O pedido foi deferido.

30 de Janeiro de 1908 – Pelos srs. Francisco José Bravo e António Joaquim Martins, proprietários nesta vila que se achavam presentes, foi dito que tendo aberto uma nova rua na sua propriedade rústica que liga a Avenida D. Luís Filipe com a estrada que dá serventia ao Largo da Alegria e Rua Miguel Pais, vinham fazer a oferta da mesma rua à Comissão Municipal.

4 de Fevereiro de 1908 – Pelo presidente foi dito que tendo sido cobardemente assassinados no dia 1 do corrente Sua Majestade El-Rei D. Carlos I e o seu Augusto filho, o Príncipe Real D. Luís Filipe, julgava interpretar fielmente os sentimentos da comissão a que tem a honra de presidir e dos munícipes deste concelho propondo que nesta acta se lance um voto de profunda e sincera condolência por tão funesto acontecimento que enlutou a Família Real Portuguesa e o país.

20 de Fevereiro de 1908 – **Em vista do decreto de 15 do corrente, a antiga vereação retomou as suas funções**, sendo eleito presidente Joaquim Miguel dos Santos e vice-presidente, Crispim dos Santos (Nota: apesar de terem reocupado o seu lugar, o padre Quintão, não comparece às sessões até 2 de Abril quando é substituído por José Felismino da Costa e Joaquim Lobato Quintino, comparece apenas a 14 de Maio para pedir escusa por «motivos profissionais e de saúde» e ser substituído por José Guilherme Bravo.

18 de Março de 1908 – **Distribuição de pelouros:**

João António Alves – pelouro da iluminação, matadouro e edifícios.

Crispim José dos Santos – limpeza, calçadas, obras e cemitérios.

Padre Francisco Quintão (ausente) – incêndios, instrução e estradas.

Joaquim Lobato Quintino (ausente) – mercados e arvoredos.

Joaquim Miguel dos Santos – poços e bombas.

11 de Junho de 1908 – Escritura da entrega da nova rua por Joaquim Pereira e Francisco José Bravo. Esta confronta a norte com a azinhaga de S. Francisco, a Sul com a Avenida D. Luís Filipe; nascente, com António José Abreu, Domingos Marinho e Francisco José Bravo; a poente com terrenos dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste. A Câmara decide denominar esta rua como **Rua Nova da Recosta**.

23 de Julho de 1908 – por motivos de doença José Felismino da Costa é substituído por José Guilherme Bravo, que substituíra Joaquim Lobato Quintino, que entretanto reocupou o seu lugar, por ter terminado a licença.

15 de Novembro de 1908 – Faleceu o vereador João António Alves.

30 de Novembro de 1908 - **Constituição e distribuição dos pelouros da Câmara eleita nas eleições de 1 de Novembro de 1908, para servir no biénio de 1909 a 1910.**

João Dias Correia Pimenta – presidente, freguesia do Barreiro, limpeza, instrução, incêndios e cemitérios.

Cândido Manuel Pereira – serviços municipalizados da freguesia do Lavradio.

Valentim da Rosa Limpo – serviços municipalizados da freguesia de Palhais.

António Maria César Júnior – mercados, talho, matadouro e estradas.

Francisco Braz Melício – iluminação, poços, bombas (este vereador comunicou por ofício, que não estaria presente na tomada de posse, por a sua elegibilidade ter sido contestada. Decidira apenas estar presente depois da decisão do tribunal. Tomou posse como vereador a 7 de Janeiro de 1909).

7 de Janeiro de 1909 – Nova tomada de posse e constituição da Câmara Municipal do Barreiro.

A novidade da sessão foi a eleição do vice-presidente, Cândido Manuel Pereira, cargo cuja eleição tinha resultado num empate no dia 30 de Novembro. Os pelouros foram distribuídos da mesma forma.

28 de Janeiro de 1909 – Colocação em hasta pública da arrematação da obra de conclusão da ala direita (sul) do edifício dos Paços do Concelho.

5 de Agosto de 1909 – Pelo presidente foi dito que atendendo às exigências comerciais e á necessidade de defender esta vila da acção invasora das águas do Tejo, tinha esta Câmara em sessão de 12 de Dezembro de 1903, aprovado um projecto e orçamento para a construção de um cais na praia desta vila, projecto que ainda está pendente da aprovação superior porque a gerência municipal que substituiu aquela que terminou o seu mandato a 31 de Dezembro de 1904 nunca procurou obter a aprovação do referido projecto nem a sua execução. Hoje que a acção invasora das águas se torna cada vez mais sensível, mais se reconhece a necessidade da construção de uma muralha em toda a praia para a defender das águas do Tejo que em alguns pontos já chegou a poucos metros das construções mais próximas das marés. Este melhoramento que se torna necessário realizar é de grande importância pelo benefício que traz a esta vila, evitando a invasão das águas do Tejo e para saber satisfazer as exigências comerciais que não tem nesta vila um cais de carga e descarga de mercadorias. Reconhecendo porém que tal melhoramento, apesar de urgente e de grande utilidade, se torna impossível de realizar por uma vez, porque as receitas deste município não o permitem propunha: que se solicitasse a aprovação superior do projecto para a aprovação superior do projecto para a construção de um cais para carga e descarga de mercadorias nesta vila.

9 de Setembro de 1909 – Foi estabelecido o dia 30 de Setembro para a arrematação da construção do cais desta vila. O presidente recomenda que este seja construído «onde se encontra o actual, entre a Rua da Amoreira e a Travessa de Sta. Cruz».

8 de Dezembro de 1909 – Sessão solene de inauguração da sala das sessões dos Paços dos Concelho.

7 de Janeiro de 1910 - **Constituição e distribuição dos pelouros da Câmara eleita nas eleições de 1 de Novembro de 1908, para servir no biénio de 1909 a 1910.**

Foram todos reconduzidos nos seus cargos.

Na mesma sessão foi decidido publicar editais para o concurso de fornecimento de energia eléctrica para a vila.

7 de Abril de 1910 – Foi entregue pela Comissão Executiva do Centenário de Alexandre Herculano, da marcha triunfal para ser distribuída pelas sociedades musicais do concelho. Por proposta do presidente é lançado um voto de louvor pelo centenário de Alexandre Herculano e de dar o seu nome a uma das novas ruas da vila.

19 de Maio de 1910 – A Companhia União Fabril concorda em efectuar reparações no pavimento e passeio da rua que liga o Barreiro com a estrada do Lavradio que leva ao bairro operário. A Câmara em agradecimento a uma obra feita num caminho municipal, propõe que se passe a chamar **Rua União Fabril**.

2 de Junho de 1910 – O vereador Brás Melício propôs dar o nome do Dr. Manuel António Costa a uma das novas ruas do Barreiro. Foi deliberado pedir autorização à família.

28 de Julho de 1910 – Requerimento de Joaquim Ferreira Alves pedindo licença para vedar um terreno que possui no caminho municipal conhecido pela «Azinhaga do Casal».

12 de Outubro de 1910 – Primeira sessão com a Comissão Municipal Republicana do Barreiro, que tomou posse da administração municipal em virtude do decreto de 8 de Outubro.

Manuel Marques de Oliveira – pelouro dos talhos, mercados e matadouro.

Leandro Augusto de Castro – pelouro da iluminação, poços e bombas.

Franklin Marques Firmino – pelouro da limpeza.

João Gregório Ferreira – pelouro da instrução, estradas e obras.

Armando Azevedo e Silva - pelouros dos incêndios e cemitérios.

Foi proposto que a Avenida D. Luís Filipe passe a denominar-se Avenida da República e a Rua Conselheiro Serra e Moura passe a denominar-se Rua Almirante Carlos Cândido dos Reis.

14 de Outubro de 1910 – O vereador Firmino, propôs que a Rua Albers passe a denominar-se Rua Miguel Bombarda.

6 de Novembro de 1910 – Foi deliberado oficial o cidadão João Santos Pimenta para fazer a entrega da bandeira que o mesmo cidadão tem em seu poder que esteve içada nos Paços do Concelho durante o movimento revolucionário.

13 de Novembro de 1910 – Ofício do cidadão João dos Santos Pimenta devolvendo a bandeira que primeiramente se arvorou nos Paços do Concelho durante o movimento revolucionário e que o mesmo tinha em seu poder. Deliberou-se acusar a recepção e mandar colocar a bandeira numa moldura.

17 de Novembro de 1910 – **Compareceram nos Paços do Concelho os cidadãos nomeados pelo Governador Civil para administrarem a Câmara Municipal do Barreiro.**

José Pedro Gomes – presidente e pelouro do matadouro.

António Afonso Ribeiro – vice-presidente, pelouro das estradas e obras.

João Gregório Ferreira – pelouro dos cemitérios e incêndios.

Franklin Marques Firmino – pelouro da limpeza.

Armando Azevedo e Silva – pelouro da instrução.

Alfredo Figueiras – pelouro do talho e dos mercados.

João Maria Jordão – pelouro da iluminação, poços e bombas.

30 de Novembro de 1910 – Foi chamado à efectividade o vereador José Elias Ligorne, em substituição de outro vereador.

15 de Dezembro de 1910 – pelo vogal João Maria Jordão, foi apresentada uma proposta que foi aprovada por unanimidade para que sejam eliminados os nomes de diversas ruas e substituídos por outros. Assim:

Praça de Sta. Cruz, passará a denominar-se Praça da República.

Rua Serpa Pinto, passará a denominar-se Rua Ferrer.

Largo de S. Francisco, passará a denominar-se Largo de Luís de Camões.

Rua de S. Francisco, passará a denominar-se Rua 5 de Outubro.

Largo das Obras, passará a denominar-se Largo Alexandre Herculano.

Foi deliberado retirar do edifício pertencente à Câmara (antigos Paços do Concelho) por informação do cidadão José Bento Esteves Pança, um escudo que tem o símbolo da nefasta e extinta monarquia.

22 de Dezembro de 1910 – Por proposta do vogal João Gregório Ferreira foi aprovada por unanimidade que nos termos do art. 2º do Decreto de 12 de Outubro do corrente ano, o dia de feriado neste concelho, anualmente, seja no dia 1º de Maio.

29 de Dezembro de 1910 – o vice-presidente propõe que não seja eliminado o nome da Rua Serpa Pinto atendendo aos serviços prestados à Pátria pelo mesmo, podendo a Rua das Obras receber o nome de Rua Ferrer. Aprovado.

5 de Janeiro de 1911 – Ofício da Sociedade Filarmónica Lavradiense e da Sociedade Marcial capricho Barreirense, informado ter gostosamente dado o seu concurso à festa de inauguração da bandeira deste município no dia 1º deste ano.

Na mesma sessão o vogal João Maria Jordão propôs que fossem eliminadas as coroas das cadeiras da vereação.

16 de Fevereiro de 1911 – Entrega de duas ruas pelos cidadãos Adelino Antunes da Costa e Eduardo Pinheiro Machado no «Alto do José Ferreira», uma que liga para o palácio do Coimbra e outra que liga à Azinhaga do Moinho Pequeno. Foi deliberado que esta última rua passe a denominar-se Heliodoro Salgado, em homenagem à memória de um dos maiores propagandistas do livre pensamento e vítima da reacção.

30 de Março de 1911 – Pelo vogal João Maria Jordão foi apresentada a proposta, que em honra ao Regimento de Infantaria n.º 16, o primeiro que saiu para a rua por ocasião da revolução, batendo-se heroicamente pela causa da República seja dado o nome de «**Rua de Infantaria n.º 16**» à Rua da Recosta, desta vila.

Pelo mesmo vogal que à Azinhaga dos Penicheiros se dê o nome de «**Rua Dr, Eusébio Leão**», ilustre Governador Civil do Distrito de Lisboa, prestando assim justa homenagem ao mesmo cidadão, que relevantes serviços está prestando à Pátria.

Pelo Presidente foi proposto que fosse ajardinado dentro dos recursos possíveis, o Largo Luís de Camões desta vila, modificando-se convenientemente a fachada principal do cemitério desta vila, para melhor aspecto do citado largo.

27 de Abril de 1911 – o vogal Franklim Marques Firmino, pergunta porque não é utilizado o portão do cemitério velho para continuar servindo ao muro do mesmo cemitério, informando o presidente que é necessário afastar a ideia de que ali existe um cemitério, agora que se está estabelecendo o largo onde o mesmo existe, o que não conseguiria com o mesmo portão.

O vogal José Maria Jordão propõe e é aprovado que sejam vendidos os toros dos eucaliptos e de outras árvores arrancadas do Largo Luís de Camões.

8 de Junho de 1911 – O **Largo do Colégio** confronta:

Norte com praia

Sul com Rua António Aguiar

Nascente com escola Conde Ferreira

Poente com propriedade de João Miranda

27 de Julho de 1911 – Por motivo de não poder comparecer às sessões desta comissão o vogal José Elias Ligorne, foi chamado à efectividade o vogal suplente, Raimundo Ferreira.

Foi lançado um voto de pesar pelas mortes de bombeiros do Barreiro no incêndio de uma fragata dos caminhos de ferro.

Azinhaga das cocheiras – José Guilherme Bravo

26 de Outubro de 1911 – primeiras divisões na gerência republicana. O vogal Franklim Marques Firmino incompatibiliza-se com o resto da vereação, pedindo a sua demissão. Foi substituído por Raimundo Ferreira a 12 de Novembro de 1911.

28 de Dezembro de 1911 – Foi deliberado ceder mediante arrendamento ao Centro Radical Dr. Estevão de Vasconcelos, o prédio denominado «Antigos paços do Concelho», sito na Praça da República.

3 de Janeiro de 1913 – **A Comissão Administrativa era constituída por:**

Presidente – José Pedro Gomes

Vice-presidente – António Afonso Ribeiro

Vogais: Alfredo Figueiras

João Maria Jordão

Raimundo Ferreira

João Gregório Ferreira

Na mesma sessão o vogal João Maria Jordão apresentou a seguinte proposta: que o encarregado da fiscalização das obras municipais proceda ao alinhamento de mais uma nova rua que ligue a Rua Miguel Pais, atravessando a Rua Heliodoro Salgado, com a Rua 16 de Infantaria.

Pelo mesmo vogal foi proposto que o Largo denominado do Rosário, passe a denominar-se **Largo Buiça e Costa**. Aprovado.

13 de Março de 1913 – tomada de posse do vogal substituto José Marinho. Esta eleição esteve rodeada de grande polémica, por este vogal ser primo em primeiro grau do presidente da Câmara. O administrador do concelho esteve sempre contra esta nomeação e na sessão de 20 de Fevereiro onde se discutiu a sua nomeação, uma troca de palavras mais acesa entre ele e o presidente da Câmara, levam a alvoroço na assistência da sessão. A alteração da ordem foi tão grande, que acaba por ser dada ordem de prisão a Júlio Durand, por este ter gritado quando «se pedia a chamada de calma aos arruaceiros»: - «sou eu o arruaceiro!!».

13 de Março de 1913 – Ofício n.º 269, de 25 de Fevereiro último, da administração do concelho, pedindo providências no sentido de que sejam convenientemente iluminadas as casas de entrada dos Paços do Concelho, por ocasião das sessões camarárias (que se realizavam às 20.00 horas) afim de mais facilmente serem conhecidos os indivíduos que tentarem perturbar por qualquer forma, os trabalhos da Câmara.

20 de Março de 1913 – Requerimento do Fott-Ball Barreirense, antigo Sport Recreativo Operário Barreirense, pedindo para usar em exercícios, o terreno sito no Largo Buiça e Costa (Largo do Rosário).

3 de Abril de 1913 – O presidente declarou que em sua consciência sempre lhe pareceu que as actuais comissões administrativas, por serem de carácter transitório, não estavam sujeitos à nomeação anual de Presidente e Vice-presidente, como consignam os Códigos Administrativos de 1878 e 1896 e dessa opinião se têm servido os membros que compõem esta comissão administrativa, porquanto desde a sua nomeação que data de fins de 1910, até à presente data não houve oficialmente a mais pequena observação, por parte de ninguém sobre o assunto. Como porém, verificou que na secretaria da Câmara e dirigido ao secretário havia um ofício da autoridade administrativa local, pedindo por certificado cópia das actas das sessões de 1912 e 1913, na parte relativa às eleições de Presidente e Vice-presidente. (...) de seguida era proposto que se procedesse então à dita eleição. Aprovada por unanimidade e por escrutínio secreto nos

termos do disposto do §2º do artigo 25 do Código Administrativo de 1896, apurou-se a seguinte votação: José Pedro Gomes eleito Presidente; José Marinho, vice-presidente.

15 de Maio de 1913 – Novamente surge uma polémica com o Presidente da Câmara agora contra o vogal Alfredo Figueiras, que acusa o Presidente de ter abonado o secretário da Câmara com medicamentos pagos pelo município, verba que deveria ser destinada a pobres. O presidente defende que o indivíduo é pobre e a família passava necessidades no período em causa. A sessão de 17 de Abril já tinha terminado tumultuosamente, com parte dos vogais a abandonarem a sala.

5 de Junho de 1913 – Atendendo à grande quantidade de calcetamentos nos arruamentos do novo bairro denominado da Recosta, onde existem as Ruas Heliodoro Salgado, 16 de Infantaria e Eusébio Leão, assim como parte da antiga Azinhaga desde a Rua Miguel Pais até à frente da Rua 16 de Infantaria e novas ruas já entregues à Câmara Municipal do Barreiro pelo sr. Casimiro Freire; era proposto o estudo de um projecto para o calcetamento destas ruas à portuguesa com pedra de basalto e vidraça, para os passeios a última.

Na mesma sessão o vogal Alfredo Figueira conseguiu que fosse votada a sua proposta para a devolução da quantia subsidiada ao secretário, pelo Presidente da Comissão. O Presidente pretendeu votar, mas avisado que não o poderia em observância do art.º 28 do capítulo 1º do Código Administrativo, foi convidado a sair da sala. A proposta foi aprovada estando contra António Afonso Ribeiro e Raimundo Ferreira e o presidente.

Estes elementos faltariam às duas sessões seguintes, não se realizando as devidas reuniões por falta de número.

10 de Julho de 1913 – Longa reunião onde se deram andamento a inúmeros ofícios pendentes. No final o vogal Alfredo Figueiras exarou um protesto contra a atitude e palavras dos vogais Raimundo Ferreira e António Afonso Ribeiro.

17 de Julho de 1913 – Não houve sessão por falta de número.

24 de Julho de 1913 – Não houve sessão por falta de número.

31 de Julho de 1913 – Não houve sessão por falta de número.

7 de Agosto de 1913 – Não houve sessão por falta de número.

14 de Agosto de 1913 – Tomada de posse do vogal substituto José Mendes pela demissão do vice-presidente, José Marinho.

Na mesma sessão, requerimento de Anselmo Lopes pedindo para instalar no Largo Camões, uma barraca animatográfica denominada «Coliseu Imperial».

Nota: Não se fizeram referências às polémicas entre os vogais.

21 de Agosto de 1913 – Circular n.º354 de 7 do corrente, da Repartição Central do Governo Civil, transcrevendo a circular que se segue: Publicando o Diário do Governo de hoje (n.º183) a lei n.º 88 que contém as disposições regulando a organização, funcionamento, atribuições e competência dos corpos administrativos, convindo evitar dúvidas que podem surgir por se entender que aquela lei deve desde já ser aplicada pelas actuais comissões administrativas municipais e paroquiais; e, estando a decorrer as operações de recenseamento para por elas se proceder às eleições dos corpos administrativos que devem instalar-se em 2 de Janeiro de 1914, nos termos do art.º 20º da citada lei: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que os Governadores Cívicos façam saber imediatamente às Comissões acima mencionadas que as suas atribuições e

funcionamento, até que tomem posse os corpos administrativos que forem eleitos, se regulam pela legislação anterior à referida lei.

1 de Setembro de 1913 – Tomada de posse da Comissão Administrativa, nomeada por Decreto de 25 de Agosto de 1913 (publicada a 27 de Agosto).

Administrador de Concelho – José Luís da Costa

Caetano Francisco da Silva – Presidente, pelouro da viação e obras municipais.

Manuel António de Faria – Vice-presidente, pelouro dos serviços municipais da freguesia do Lavradio.

António Germano Bolina – vogal, pelouro do matadouro, mercado do peixe e cemitério.

Eduardo Rodrigues da Silva – vogal, pelouro da iluminação pública, poços e bombas.

Guilherme Nicola Covacich – vogal, pelouro da limpeza municipal.

António José Pires – vogal, pelouro da instrução.

António Pinto da Silva – vogal, pelouro dos serviços municipais da freguesia de Palhais.

17 de Setembro de 1913 – Proposta de Alfredo Azoiano: «Encontra-se construído como início de uma grande obra, que realmente é, um bocado de muralha na praia desta vila; o prolongamento da mesma muralha torna-se indispensável e mesmo urgente, não só pelo aformoseamento da mesma praia, de que tanto carece, como também e muito especial pela defesa da vila, que está sendo constantemente ameaçada de ser inundada pelo mar, principalmente em águas grandes.

Além destes factos, que bem devem merecer a atenção da Câmara, há a atender também que o prolongamento da muralha em questão, não é menos importante para a vila industrial e comercial desta laboriosa vila. Não ignora o suplicante que o estado financeiro do município, não permite, que a carga da mesma seja feita aquela grande obra, por ser de elevado orçamento; mas, a seu ver, parece que a Câmara, sem maiores sacrifícios poderá obter em toda a praia a necessária muralha, mediante umas concessões justas e aceitáveis, dispensadas a favor daqueles que se proponham a construir a mesma muralha, que nesta hipótese para facilitar a sua concorrência deverá esta construção ser dividida em talhões. Nesta conformidade e como início à referida obra, o suplicante apresenta desde já à apreciação da digna comissão a seguinte proposta: Proponho fazer o prolongamento da muralha da praia do lado poente, com a competente terraplanagem, até ao local que confina com a Travessa do Loureiro, fica a sua despesa a cargo da Câmara e do proponente em partes iguais, visto não haver necessidade de se fazer outra junto do actual cais ou muralha.

24 de Setembro de 1913 – pelo vice-presidente Manuel António de Faria foi apresentada a seguinte proposta que foi aprovada, citando-se o seu conteúdo à autoridade administrativa. «Constando que em Coina foi construído um cano e destruído um pelourinho que se achava na passagem do referido cano, proponho que se indague da veracidade deste facto e no caso de haver abuso, se proceda judicialmente contra o delinquente.

15 de Outubro de 1913 – Ofício n.º 781 de 13 do corrente, da Administração do Concelho, informando em resposta ao ofício desta Comissão, que o pelourinho existente em Coina e destruído por um cano que naquele lugar construíram, não tem nenhum valor histórico ou artístico, lembrando a conveniência em adjudicar as pedras do mesmo pelourinho que se encontram no referido local impedindo o trânsito.

22 de Outubro de 1913 – Postura sobre vendedores ambulantes.

2 de Janeiro de 1914 – Tomada de posse da Mesa as Câmara Municipal (Senado) eleita a 30 de Novembro de 1913, para servirem no biénio de 1914 a 1916.

Francisco Ramalho – Presidente.

José Monteiro Vinhais – vice-presidente.

Júlio Durand – secretário.

A Comissão Executiva, eleita segundo o n.º 28 do art. 94 do Código Administrativo:

Comissão Executiva (vereadores efectivos):

Joaquim Lopes Ferreira – presidente, pelouro do cemitério, instrução e beneficência.

Joaquim Lobato Quintino – vice-presidente, pelouro das obras, matadouro e mercados.

João da Luz – pelouro da iluminação, bombas, poços e serviços municipalizados da freguesia do Lavradio.

Júlio Durand – pelouro da limpeza.

Severo da Silva – pelouro dos serviços municipalizados da freguesia de Palhais.

Vereadores substitutos:

João Guilherme

Francisco Marinho

José Mendes

António Nunes Camarão

António João dos Santos

José Joaquim d'Almeida Ferreira

António Pinto da Silva

Por incompatibilidade entre Cândido João dos Santos (que havia sido eleito para vereador efectivo da Comissão Executiva) e António João dos Santos (vereador substituto) visto serem irmãos legítimos, o primeiro foi substituído por João Guilherme, o vereador substituto mais votado.

Também os vereadores João Luís da Silva e António Pinto da Silva, por terem pedido 90 dias de licença, foram substituídos por Manuel António dos Santos e Cristiano José. Estas substituições foram muito contestadas (originando um processo inclusive) por não terem sido substituídos por vereadores substitutos e sim por cidadãos mais votados, imediatamente depois de todos os citados (os 15 vereadores pertencentes à Mesa e Comissão foram os cidadãos mais votados no Concelho).

Nota: Às sessões da Mesa estão presentes todos os vereadores eleitos (15), incluindo os vereadores substitutos e efectivos. Às sessões da Comissão Executiva (da qual é lavrado um Livro de Actas próprio) comparecem apenas os vereadores efectivos da Comissão Executiva, aos quais foram atribuídos pelouros.

28 de Janeiro de 1914 – O vereador José Maria Alves foi chamado à efectividade, pela morte do vereador Severo da Silva (novamente foi chamado o cidadão mais votado a seguir a todos os outros nomeados).

C.E./ 12 de Fevereiro de 1914 – Foi deliberado que novamente fosse posta em arrematação verbal, uma porção de pedra e lajes, do antigo pelourinho, que existe em Coina, freguesia de Palhais, sendo a base de licitação de 2\$00, importância porque foram avaliadas.

C.E./ 26 de Março de 1914 - mandou oficiar ao sub-delegado de saúde Dr. Joaquim José Fernandes Costa, convidando-o a comparecer no próximo Domingo pelas onze horas, nos Paços do Concelho, para dar o seu parecer sobre o fumo de diversas chaminés da Companhia União Fabril, que se julga muito prejudicial para a saúde pública.

8 de Abril de 1914 – Proposta do vereador Manuel António dos Santos, que depois de expor o estado do trânsito na passagem de nível da Rua Miguel Pais, defende que se interceda junto do

Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado para a construção no local de uma ponte ou túnel sobre as linhas férreas.

17 de Abril de 1914 – Leitura do memorial a entregar aos Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, sobre a necessidade de construir um apeadeiro em Barreiro-A do lado Norte, e da construção de um túnel ou ponte na passagem de nível da Rua Miguel Pais.

22 de Abril de 1914 – O vereador Cristiano José foi chamado à efectividade para substituir o vereador António Pinto da Silva, que deu parte de doente.

Nota: Durante este período está decorrer uma grave crise no sector corticeiro (principal empregador da vila) com desemprego e fome entre os operários do Barreiro, como principal reflexo da contracção dos industriais e comerciantes face à guerra mundial que se iniciou na Europa.

18 de Junho de 1914 – Ofício n.º 448 do Governo Civil 2ª Repartição, remetendo, nos termos do art.º 116 do Código Eleitoral, uma relação dos nomes dos vogais definitivamente eleitos, para servirem na Câmara Municipal deste Concelho no corrente biénio de 1914-1916, que são os seguintes:

Efectivos: João da Luz, Joaquim Lobato Quintino, José Joaquim de Almeida Ferreira, Francisco Ramalho, Francisco Marinho; Júlio Durand, António Nunes Camarão, José Mendes, José Monteiro de Vinhais, António João dos Santos, Severo da Silva, António José Rodrigues Cavaco, João Luís da Silva, António Pinto da Silva e Cândido João dos Santos.

Substitutos: Manuel António dos Santos, José Maria Alves, Cristiano José, João Miranda, Inácio José, Júlio Martins, José Vicente Júnior, Martiniano Pereira, António Maria Lopes, Joaquim Eduardo Lourinho, António José Lopes, João Guilherme, Francisco António da Silva Paes, Francisco Rodrigues, Eleutério Tavares e Rodrigo Fragoso Amado.

CE / 30 de Julho de 1914 – Por proposta do presidente e em resposta a várias queixas, foi proibido o trânsito de ciclistas nos passeios da vila.

CE/ 6 de Agosto de 1914 – O vogal António Nunes Camarão pediu licença de 90 dias, sendo durante esse período substituído por José Maria Alves.

7 de Agosto de 1914 – Foi adquirido um «pesa-leites» para fiscalizar a qualidade deste e são estabelecidas coimas à adulteração.

O presidente declarou que «neste período de receios e incertezas, se tornava inadiável a nomeação de uma comissão para ir no próximo sábado a Lisboa conferenciar com o Governador Civil, Ministro do Interior e fabricantes de cortiças, a fim de se lhes solicitar medidas para atenuar o mais possível, ainda que com algum sacrifício, a crise que se vai esboçando nas diversas industrias, devido às consequências da guerra que se vais alastrando por toda a Europa, de um modo horroroso. E convindo que essa Comissão fosse o mais numerosa possível, propunha que ela fosse composta de todos os membros da Câmara, salvo os que, por motivo de serviços a seu cargo não possam comparecer. A Câmara propõe a reconstrução e construção de novas estradas com dinheiros camarários afim de empregar operários no desemprego e livrar da fome e miséria grande parte da população do Barreiro.

CE/ 8 de Agosto de 1914 – «O presidente apresentou e leu a cópia de uma representação que hoje enviou ao Ministro do Fomento, expondo o estado em que se acham as classes proletárias deste Concelho e pedindo para que se proceda à construção de um lanço de estrada compreendido entre a Igreja do Rosário, passando pela margem esquerda do Tejo, ao Norte da vila a ligar ao Largo

Alexandre Herculano, à estrada distrital n. 16, atenuando assim a crise que actualmente aflige muitos trabalhadores.

CE/ 10 de Setembro de 1914 – O presidente informou que tendo saído um decreto que concedeu por arrendamento a Igreja de S. Francisco e anexos, e tendo sido alterada a renda de 25\$00 para 50\$00, falara com um membro da Comissão Central a fim de se esclarecer sobre a diferença de valor.

CE/ 17 de Setembro de 1914 – Carta de José Luís da Costa, participando à Câmara a cedência de uma faixa de 10 metros de largura entre a Rua Miguel Pais e Elias Garcia, até encontrar a Avenida da República.

24 de Setembro de 1914 – Circular do Governo Civil, para obstar que às praças, ruas ou avenidas das povoações deste concelho, sejam dados nomes de individualidades que pela sua significação política, possam melindrar as nações estrangeiras.

- Posturas sobre a venda de leite e inspecção de vacas leiteiras.

13 de Novembro de 1914 – É proposto a entrega da Rua Miguel Pais à Câmara, pois trata-se de uma estrada distrital, que se encontra péssimas condições.

27 de Novembro de 1914 – O vogal Júlio Durand propôs que se desse à nova avenida (cujos terrenos foram gratuitamente cedidos pelos proprietários do Barreiro) o nome de **Avenida da Bélgica**. O vogal Manuel António dos Santos, disse que aprovava esta proposta por reconhecer que a Bélgica é uma nação heróica e digna da consideração de todos os povos cultos. Da Mesma opinião foi o presidente e mais vogais que também aprovaram incondicionalmente, excepto o vogal João Guilherme, que aprovou com a declaração feita anteriormente, deliberando, por proposta do dito vogal Durand, officiar o Ministro que em Lisboa representa aquela heróica nação, comunicando-lhe esta merecida homenagem.

CE/ 17 de Dezembro de 1914 – O Presidente disse que achando-se constituído um novo ministério, propunha que se oficiasse ao Ministério do Interior e Governador Civil do Distrito, que esta Câmara se congratulava pela subida ao poder do Partido Democrático e pedindo que no caso de ser nomeado novo administrador do Concelho, essa nomeação recaísse em pessoa estranha a este Concelho.

2 de Janeiro de 1915 – **Procedeu-se à eleição da Mesa que há de servir no corrente ano.** Deram entrada na urna 14 listas, estando uma inutilizada, número igual aos vogais presentes, verificando-se que obtiveram a seguinte votação:

Para Presidente, José Joaquim d'Almeida Ferreira, com 12 votos; para Vice-presidente, José Monteiro Vinhais, com 13 votos; para 1º Secretário, Júlio Durand, com 13 votos.

Em seguida procedeu-se à eleição da Comissão Executiva, verificando-se que deram entrada na urna 14 listas, entrando uma inutilizada, obtendo a seguinte votação para vogais efectivos: Francisco Ramalho, Joaquim Lobato Quintino, João da Luz, Júlio Durand, Francisco Marinho e Joaquim Lopes Ferreira. Suplentes: António João dos Santos, José Mendes, António Nunes Camarão, José Maria Alves e João Guilherme.

CE/ 14 de Janeiro de 1915 – **Eleição de presidente e vice-presidente da Comissão Executiva e distribuição dos pelouros:**

Francisco Ramalho – presidente, pelouro da instrução, beneficência e cemitérios.

Joaquim Lobato Quintino – vice-presidente, pelouro da viação, obras, mercado e matadouro.

Júlio Durand – pelouro da limpeza.

João da Luz – pelouro da Iluminação, poços, bombas e pelouro de Palhais.

Francisco Marinho – pelouro do Lavradio.

CE/ 4 de Fevereiro de 1915 – Ofício n.º 130 da Administração do Concelho, participando que em 30 de Janeiro, tomou posse do lugar de Administrador Interino, o cidadão Álvaro de Oliveira Paes. No dia 8, era deferida a exoneração do mesmo.

12 de Março de 1915 – É exposto um manifesto a enviar ao Governo contra a aprovação de um Governo de ditadura, recusando-se a acatar quaisquer deliberações deste, em particular decretos eleitorais.

13 de Abril de 1915 – Ofício do Administrador de Concelho, com exigência do Governador Civil do Distrito de Lisboa, para o envio no prazo máximo de 3 dias, a deliberação de não acatar ordem do ministério. A Câmara Municipal aprova uma moção que mantém a deliberação de 12 de Março, defendendo a sua publicidade junto dos municípios e nos jornais da capital.

CE/ 5 de Maio de 1915 – O vogal João da Luz, apresentou a seguinte proposta: «A Comissão Executiva da Câmara Municipal do Barreiro, tendo idealizado um projecto de melhoramentos nesta vila, na qual figura a construção de uma praça pública que entestará pelo sul com a Avenida da Bélgica e pelo norte com a Rua Eusébio Leão, e sendo provável que a Câmara a que esta Comissão pertence seja em breve dissolvida, é de supor que a Comissão Administrativa que será nomeada, tente anular todos os projectos que forem combinados, resolve, baseando-se nas deliberações que a Câmara deste Concelho tomou em sessões plenas, quando reassumir os seus lugares, não sustentar quaisquer modificações ou alienações aos seus projectos, devendo já fazer público que em tempo oportuno procederá com toda a energia para que os seus projectos de melhoramentos subsistam, procedendo para isso a quaisquer expropriações de que se necessitem, quer por meios conciliatórios ou judiciais.»

7 de Maio de 1915 – A Câmara Municipal do Barreiro é dissolvida por decreto de 5 de Maio, publicado no Diário do Governo de 7 de maio de 1915, n.º 105, II série. Além da edilidade Barreirense foram dissolvidas várias outras, como, Castelo Branco, Santarém, Aldeia Galega, etc., assim como, várias juntas de paróquia, que no Concelho do Barreiro foram todas, ou seja, Barreiro, Palhais e Lavradio.

Apenas reuniu uma vez esta Comissão Administrativa nomeada pelo Governo em ditadura. A 14 de Maio eclode um golpe militar que revoga estes decretos e restabelece as Câmaras anteriores. A 4 de Junho, a vereação reposta saudava o golpe exarando um voto de louvor pelas vítimas da revolução.

CE/ 10 de Maio de 1915 – Tomada de posse da Comissão Administrativa nomeada por decreto de 5 de Maio, que gerirá os negócios do município dissolvida por alvará de 30 de Abril do Governador Civil.

Joaquim Miguel dos Santos, presidente (e não João Miguel dos Santos, como vem erradamente no Diário do Governo).

Álvaro de Carvalho Miranda

Ruy Galvão Telles Mexia

Albuquerque Manuel Marques de Oliveira.

José Maria Alves

CE/ 15 de Maio de 1915 – Tomada de posse dos vogais da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Barreiro, «que arbitrariamente tinha sido destituída».

O vogal Júlio Durand, propôs e viu aprovado que se telegrafasse ao Directório do Partido Republicano Português e Dr. Afonso Costa, felicitando-os pela vitória da revolução contra a ditadura.

Foi apresentado um bilhete de António dos Anjos Nogueira de Araújo, participando que era de sua conta a despesa que fizeram os marinheiros na Casa de Pasto, no dia 15.

CE/ 16 de Junho de 1915 – Foi deliberado oficialiar aos proprietários dos terrenos compreendidos na projectada Avenida da Bélgica e terrenos contíguos, necessários para o novo mercado e rossio.

23 de Julho de 1915 - É proposto pela Comissão de Melhoramentos (constituída por vogais da Câmara) que o novo mercado das hortaliças, frutas, peixe, etc., se construa na Quinta de S. Francisco. O vogal Quintino propôs que se construísse na nova Avenida da Bélgica. Foi aprovado o primeiro local, apesar de vários dos vogais preferirem que fosse construído junto à praia (Recosta).

14 de Junho de 1915 – O presidente José Joaquim d’Almeida Ferreira, pede a sua demissão. Contudo, a 3 de Agosto ainda não tinha sido discutida, nem aceite.

As razões para as divergências com alguns dos vogais e as palavras de agravo que recebeu do Comité Revolucionário do Barreiro por ocasião da Revolução de 14 de Maio. A discussão entre o presidente demissionário e o vice-presidente, levou a que a sessão fosse interrompida por duas vezes, devido ao acalorado debate.

Na sessão de 6 de Agosto, o vice-presidente propõe que uma comissão de vogais converse que o presidente para este desistir da sua demissão. Interrompida a sessão para se resolver este assunto, na volta, a Comissão anunciou o sucesso da sua missão.

10 de Agosto de 1915 – A localização do Mercado é mudada para a Recosta. Alguns vogais defendem que há obras mais importantes, como os esgotos (para acabar com o sistema de vasilhas nas portas das casas).

A Associação Comercial e Industrial do Barreiro, pedindo para que seja feita a ligação directa entre a Avenida da Bélgica e a Rua 5 de Outubro. A Câmara informa que não tem o dinheiro para as expropriações, recomendando o ajardinamento da antiga Quinta de S. Francisco.

CE/ 12 de Agosto de 1915 – **Os pelouros foram redistribuídos da seguinte forma:**

Joaquim Lobato Quintino – presidente, pelouro da viação e obras.

Júlio Durand – limpeza e instrução.

João da Luz – bombas, iluminação, mercado e pelouros de Palhais.

Francisco Marinho – Matadouro e cemitérios.

António João dos Santos – pelouros do Lavradio.

13 de Agosto de 1915 – Tomada de posse do vogal substituto Francisco António Rosa Paes.

4 de Janeiro de 1916 – **Eleição da Mesa da Câmara Municipal do Barreiro:**

José Joaquim d’Almeida Ferreira – presidente

José Monteiro de Vinhais – Vice-presidente

1º Secretário – António José Rodrigues Cavaco

2º Secretário – Francisco Ramalho

Membros efectivos da Comissão Executiva: João da Luz; Júlio Durand; Francisco Marinho; António João dos Santos; Joaquim Lopes Ferreira.

Membros suplentes da Comissão Executiva: João Miranda; José Mendes; António Nunes Camarão; João Guilherme; Manuel António dos Santos.

No entanto, os vereadores Francisco Ramalho e Joaquim Lopes Ferreira, haviam por declaração recusado qualquer nomeação. Procedeu-se a nova eleição para os lugares vagos, saindo eleitos para 2º Secretário Manuel António dos Santos e vogal efectivo da Comissão Executiva, António José Rodrigues Cavaco.

CE/ 13 de Janeiro de 1916 – Procedeu-se à eleição de presidente e vice-presidente da Comissão Executiva para o corrente ano de 1916:

João da Luz – presidente

Júlio Durand – vice-presidente.

O vogal António José Rodrigues Cavaco, apesar de nomeado pelo Senado Municipal, para substituir o vogal Joaquim Lobato Quintino, não aceita a sua nomeação alegando que o seu estado de saúde não lhe permite tomar parte activa na administração do município. Foi chamado para o substituir o vogal suplente João Miranda.

Os pelouros só foram distribuídos na sessão de 3 de Fevereiro:

João da Luz – obras, viação, mercados.

Júlio Durand – limpeza, instrução e iluminação.

Francisco Marinho – matadouro, cemitérios, bombas e poços.

António João dos Santos – pelouro do Lavradio.

João Miranda – pelouro de Palhais.

CE/ 3 de Agosto de 1916 – Tendo-se realizado no dia 30 de Julho findo com toda a solenidade e prazos legais, o lançamento da primeira pedra para a inauguração dos trabalhos, na Avenida da Bélgica, do novo mercado municipal, para a venda de peixes, fruta, hortaliças e diversas mercadorias, acto a que assistiram vogais da Câmara, autoridade administrativa, diversas colectividades e muito povo, cerimónia de que se lavrou um auto em triplicado, cujo original foi conjuntamente com as quatro moedas de prata da República Portuguesa, actualmente em circulação: uma de um escudo; uma de cinquenta centavos; uma de vinte centavos, e uma de dez centavos, encerradas num cofre metálico revestido de madeira e colocado na parede da fachada Sul, sendo o duplicado enviado para o Arquivo Nacional e o triplicado guardado no Arquivo Municipal.

CE/ 16 de Novembro de 1916 – Postura Municipal.

CE/ 11 de Janeiro de 1917 - Procedeu-se à eleição de presidente e vice-presidente da Comissão Executiva para o corrente ano de 1917:

Foram reeleitos presidente e vice-presidente, João da Luz e Júlio Durand. Os restantes vogais são António João dos Santos, Francisco Marinho e João Miranda.

25 de Abril de 1916 – O vogal Manuel António dos Santos apresentou as seguintes propostas: «Considerando que os decretos n.º 2350 e 2355 de 20 e 23 do corrente mandam proceder ao arrolamento dos bens dos súbditos alemães e seus aliados. Considerando que a Fábrica Herold é atingida por estes decretos e por isso lhe vai ser feito o arrolamento respectivo. Considerando que nesta fábrica trabalham mais de 400 operários que sustentam cerca de 1500 pessoas. Considerando que a mesma fábrica foi hoje encerrada pelo motivo dos seus proprietários não poderem continuar com a sua laboração em virtude de tais decretos. Considerando que o arrolamento pode demorar muitos dias e que sem a sua conclusão não pode recomeçar a laboração da fábrica o que ocasionará a entrada da fome em muitos lares. Assim para atenuar os males que atinjam os seus

munícipes, propunha a nomeação de uma comissão de vereadores para visitar o Ministério das Finanças, para que seja dado andamento a este caso rapidamente».

- Postura sobre a venda de hortaliças e frutas.

19 de Dezembro de 1916 – O presidente informou o Senado do Decreto n.º 2721 de 2 de Novembro de 1916 e a lei n.º 641 de 29 de Novembro do mesmo ano, prorrogando o mandato dos actuais corpos administrativos, até que os futuros corpos sejam eleitos e tomem posse.

O vogal João Guilherme, apresentou a seguinte moção, que foi aprovada por aclamação: «A Câmara Municipal do Barreiro, reunida em sessão extraordinária no dia 19 de Dezembro de 1916, resolve lavar o seu mais veemente protesto contra o último movimento revolucionário que teve como cabecilha Machado dos Santos e dar todo o seu apoio ao Governo para que com severidade castigue os responsáveis desse movimento e bem assim seja dado conhecimento desta resolução ao Ex.mo Sr. Presidente da República».

9 de Janeiro de 1917 – Eleição da Mesa e da Comissão Executiva, verificando-se a reeleição da Mesa.

A Comissão ficou constituída pelos seguintes vogais efectivos:

João da Luz, Júlio Durand, Francisco Marinho, António João dos Santos, João Miranda, José Monteiro Vinhais e António José Rodrigues Cavaco.

E pelos seguintes vogais suplentes:

José Mendes, Manuel António dos Santos, Inácio José Torres, João Guilherme, José Maria Alves, Joaquim Lobato Quintino, Joaquim Lopes Ferreira.

Em resultado da votação ficou reeleito a mesma Comissão de 1916 à excepção do vogal Cavaco, que ficou substituído pelo vogal António João dos Santos, que no ano findo foi eleito vogal suplente.

1 de Maio de 1917 (feriado municipal) – por proposta do vogal António José Rodrigues Cavaco, já apresentada a 24 de Abril, é pedida a demissão da Comissão Executiva por não ter feito as convenientes providências contra a alteração da ordem pública aquando do assalto ao mercado de hortaliças e padarias da vila. Foi aprovada a proposta, sendo na mesma sessão eleitos:

Joaquim Lopes Ferreira – presidente

Manuel António dos Santos – vice-presidente

2º secretário – Júlio Durand

CE/ 4 de Maio de 1917 – Tomada de posse dos vogais nomeados a 1 de Maio, para constituírem a nova Comissão Executiva:

José Joaquim de Almeida – presidente e pelouro das obras municipais, receituário e instrução.

Joaquim Lobato Quintino – vice-presidente, pelouro da limpeza, iluminação e viação.

João Guilherme – pelouro das bombas e outros aparelhos hidráulicos e matadouro.

José Monteiro Vinhais – pelouros de Palhais e Santo António.

António José Rodrigues Cavaco – pelouros do Lavradio, mercado, cemitério e fiscalização do leite.

CE/ 24 de Maio de 1917 – Foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta: «Proponho que nesta acta desta sessão se lavre o veemente protesto contra os actos altamente criminosos que na noite de 21 para 22 do corrente mês se cometeram no Barreiro, contra as propriedades e pessoas de alguns lojistas estabelecidos nesta vila (...) e espera que o presidente do Conselho de Ministros envide os esforços para que os salteadores dos estabelecimentos sejam severamente punidos, a fim de que os castigos que sofrerem lhes sirvam de exemplo para não repetirem o execrando acto que cometeram, nem a animarem outros a imitá-los.»

29 de Maio de 1917 – Postura sobre os pesos e medidas na venda de géneros.

CE/ 26 de Julho de 1917 – O vogal Vinhais pediu a sua demissão, sendo substituído por José Mendes, que ficará com os pelouros da freguesia de Palhais.

CE/ 16 de Agosto de 1917 – Foram distribuídos provisoriamente os pelouros:
Martiniano Pereira - os pelouros do Lavradio;
José Vicente Júnior – mercados, matadouro e cemitério;
Quintino – bombas e aparelhos hidráulicos do Barreiro;
José Mendes – todos os pelouros de Palhais.

CE/ 23 de Agosto de 1917 – Foi deliberado que a inauguração do novo mercado municipal seja feita no próximo dia 5 de Outubro.

11 de Setembro de 1917 – É criada a Comissão de Subsistência, com um empréstimo de 30.000\$00. Fazem parte desta Comissão os seguintes cidadãos:
José Marinho (presidente); Joaquim Lopes Ferreira (secretário); Francisco António Rosa Paes (tesoureiro) e Miguel António Lopes, Alfredo José Azoiano, Bento dos Santos e João Miranda (vogais).

Esta Comissão tem como objectivos poder fazer a aquisição de diversos géneros para abastecimento no Concelho, principalmente trigo, em conformidade com o determinado na lei n.º 3216 de 1917.

15 de Outubro de 1917 – Foi editado no Jornal «Século» na secção «Local», uma notícia sobre o esbanjamento de dinheiro por parte da Câmara do Barreiro.

16 de Outubro de 1917 – É recebido um ofício do Presidente da Comissão Executiva, Almeida Ferreira, pedindo a sua demissão. Foi aprovado o regulamento do novo mercado municipal.

2 de Janeiro de 1918 – **Tomada de posse da Câmara Municipal do Barreiro.**

Vogais eleitos para o triénio de 1918 a 1920:

Albino Maria Figueiredo, Júlio José de Macedo, Caetano Francisco da Silva, José Maria Vivo, José João dos Santos, Constantino Borges Pedrosa, José Luís da Costa, Alfredo Figueiras, Francisco António da Silva Paes, José Monteiro Vinhais, José Pedro Gomes e Francisco de Paula Bastos.

Constituição da Mesa:

Presidente: José João dos Santos

Vice-presidente: Caetano Francisco da Silva

1º secretário: Alfredo Figueiras

2º secretário: Júlio José Macedo

Procederam-se de seguida à confecção das listas para a Comissão Executiva, para vogais efectivos e suplentes:

Efectivos: José Luís da Costa, Júlio José Macedo, Alfredo Figueiras, José Maria Vivo, Albino Maria Figueiredo.

Suplentes: Constantino Borges Pedrosa, José Monteiro Vinhais, Francisco António da Rosa Paes, José Pedro Gomes e Francisco Paula Bastos.

CE/ 2 de Janeiro de 1918 – **Tomada de posse da Comissão Executiva que irá servir o triénio de 1918 a 1920:**

José Luís da Costa – presidente, pelouro da viação, instrução, obras municipais e mercados.

Júlio José de Macedo – vice-presidente e pelouros da beneficência, cemitérios e matadouro.

Alfredo Figueiras – pelouro da limpeza, iluminação e aparelhos hidráulicos.

Albino Maria Figueiredo – pelouro do Lavradio.

José Maria Vivo – pelouro de Palhais.

CE/ 18 de Janeiro de 1918 – Tomada de posse da Comissão Administrativa nomeada por alvará do Governador Civil:

Manuel Marques de Oliveira (presidente) e os vogais Joaquim da Silva Simplício; António Oliveira Padrão, Joaquim José de Faria e João da Rosa Limpo.

Não estivera presentes, nenhum dos vogais da Câmara transacta. A Comissão foi nomeada em virtude do decreto n.º 3738 de 10 de Janeiro de 1918.

Os pelouros foram distribuídos da seguinte forma:

Joaquim da Silva Simplício – pelouro da viação, instrução, obras municipais, mercado e beneficência.

António Oliveira Padrão – Cemitério e matadouro.

Manuel Marques de Oliveira – Limpeza, iluminação e aparelhos hidráulicos.

Joaquim José de Faria – pelouros da freguesia do Lavradio.

João da Rosa Limpo – pelouros da freguesia de Palhais.

CE/ 7 de Março de 1918 – Por proposta do presidente, aprovada por unanimidade, foi deliberado que se oficiasse ao Governador Civil do Distrito de Lisboa, pedindo a demissão desta Comissão.

NOTA: Não se realizaram sessões nos dias 14, 21 e 28 de Março.

CE/11 de Abril de 1918 – Tomada de posse da Comissão Administrativa, nomeada por alvará do Governador Civil de 5 de Abril:

Joaquim José Fernandes – presidente e pelouros da freguesia de Palhais.

Joaquim José de Faria – pelouros da freguesia do Lavradio.

Joaquim Ferreira Alves – pelouros da viação, instrução e beneficência.

António Rodrigues da Silva – pelouros do mercado, iluminação e aparelhos hidráulicos.

António Marques – pelouros da limpeza, cemitério e matadouros.

Nota: Joaquim Ferreira Alves, foi eleito vice-presidente a 12 de Junho de 1918.

CE/ 31 de Junho de 1918 - « O presidente informou esta Comissão de que o Sr. Administrador do Concelho o ameaçara de morte e fizera comentários desagradáveis para ele, a propósito de solicitar do sr. Governador Civil que uma porção de açúcar que fora apreendida fosse distribuída pelo Celeiro Municipal a quem cabia esta atribuição, que pela Câmara fora regulada. Além disso a mesma autoridade confirmara publicamente os boatos que corriam, de que os padeiros gratificavam o administrador pelo facto de lhes obter guias de trânsito para as farinhas. Nestes termos entendia que não podia continuar à frente da Comissão Administrativa da Câmara. Os demais vogais declararam-se solidários com o presidente e que portanto, pediam também a sua demissão».

A demissão foi aceite a 14 de Agosto.

CE/ 15 de Agosto de 1918 – Tomada de posse da Comissão Administrativa, nomeada por alvará do Governo Civil de 12 de Agosto.

José Manuel Afonso – presidente e pelouro da subsistência.

Raul Estevão do Pinho – vice-presidente e pelouro da beneficência e limpeza pública

Francisco Vicente de Almeida – pelouro do mercado e matadouro.

João Resende – pelouro da viação e aparelhos hidráulicos.

Estevão José Veiga – pelouro da instrução, iluminação e cemitério.

14 de Agosto de 1918 – Roubo de objectos do arquivo municipal, pelo Regimento de Infantaria n.º 11, que estava aquartelado nos Paços do Concelho. Desapareceram documentos antigos, roupas e pesos do Padrão Municipal.

CE/ 27 de Novembro de 1918 – Tomada de posse da Comissão Administrativa Municipal, nomeada por alvará do Governo Civil de 11 de Novembro, por exoneração da anterior:

Joaquim José Fernandes – presidente e pelouros da freguesia de Palhais.

Joaquim José de Faria – pelouros da freguesia do Lavradio.

Joaquim Ferreira Alves – vice-presidente e pelouros da viação, mercado municipal e instrução.

António Rodrigues da Silva – pelouros do cemitério, bombas e aparelhos hidráulicos.

António Marques – pelouros da limpeza, iluminação e matadouros.

Nota: nesta sessão o presidente propôs e foi aprovado por unanimidade que o «Largo Buiça e Costa» passasse a ser denominado «Largo dos Aliados».

CE/ 4 de Dezembro de 1918 – Circular da Comissão 1º de Dezembro de 1640 de Lisboa, pedindo para se dar o nome de «1º de Dezembro de 1640» a uma rua desta vila e para incutir no ânimo do povo o valor de tão notável facto histórico, para a afirmação da independência da nossa nacionalidade.

Deliberou dar o nome «1º de Dezembro de 1640» à rua que fica em prolongamento para o lado norte da Rua Heliodoro Salgado.

CE/12 de Fevereiro de 1919 - «Tendo esta Comissão Administrativa conhecimento de que é intenção do Governo substituir as Comissões Administrativas de acordo com os dirigentes políticos dos vários concelhos, tirando assim a essas comissões o carácter exclusivamente administrativo com que foram encarados quando esta Comissão aceitou a sua nomeação visto que de modo nenhum aceitaria o encargo se lhe atribuíssem o carácter de corporação com política partidária, resolveu solicitar ao Sr. Governador Civil a demissão dos seus lugares e a sua substituição com a possível brevidade».

CE/10 de Março de 1919 – Tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro, nomeada por alvará de 6 de Março:

Caetano Francisco da Silva – presidente e pelouros da beneficência, viação e Lavradio.

Francisco António da Rosa Paes – pelouro do mercado municipal, iluminação e Palhais.

Tomás Campos – pelouro do cemitério e instrução.

Manuel da Silva Simplício – pelouro da limpeza, bombas e aparelhos hidráulicos.

José Ribeiro do Couto Júnior – pelouro do matadouro.

CE/ 6 de Novembro de 1919 – Tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro, nomeada por alvará de 3 de Novembro e exonerando a anterior.

Não tendo estado presentes nenhum dos anteriores vogais, tomaram posse:

José Marinho – presidente e pelouro da beneficência e aparelhos hidráulicos.

Alfredo Figueiras – vice-presidente, pelouro de Palhais, instrução e limpeza.

António Antunes Guerra – pelouro dos mercados e iluminação.

José António do Carmo – pelouro do cemitério e do Lavradio.

Raul Xavier Lopes – pelouro do matadouro e viação.

CE/ 26 de Novembro de 1919 – Tomada de posse da Comissão Executiva:

Presidente – José Marinho

Vice-presidente – Alfredo Figueiras

Vogais – António Nunes Guerra

Raul Xavier Lopes
João António do Carmo

14 de Dezembro de 1919 – **Tomada de posse da Câmara Municipal do Barreiro, para servir no triénio de 1920 a 1922.**

Nota: Nesta sessão, assim como na de 2 de Janeiro, não se chegou a acordo para a eleição da Mesa do Senado. Servindo de presidente (como vereador mais votado) Ludgero Conceição Cigarrito, afirma «que para evitar a repetição de factos que todos devem esquecer, se devia anular por completo o que até então está feito». Contudo, nada mais está descrito em relação a esses acontecimentos.

A Mesa tomaria posse em sessão de 27 de Fevereiro de 1920:

Vogais eleitos: Ludgero Conceição Cigarrito, José Pedro Gomes, José Luís da Costa, Alfredo Figueiras, João António do Carmo, João Maria Jordão, Francisco António da Silva Paes, António Antunes Guerra, João Henrique José da Costa, Amândio dos Santos Ferreira, João Anacleto da Silva e Caetano Francisco da Silva.

Constituição da Mesa:

João António do Carmo – presidente
Caetano Francisco da Silva – vice-presidente
Alfredo Figueiras – secretário
Armando dos Santos Ferreira – vice-secretário.

De seguida, foram eleitos os membros da Comissão Executiva: Ludgero Conceição Cigarrito, José Pedro Gomes, João Maria Jordão, João Henrique José da Costa e António Antunes Guerra.

CE/ 27 de Fevereiro de 1920 – Tomada de posse da Comissão Executiva:

Presidente – José Pedro Gomes, pelouro da limpeza, viação e beneficência.

Vice-presidente – António Nunes Guerra, pelouro do mercado e cemitérios.

Vogais: Ludgero Conceição Cigarrito, pelouro dos serviços da freguesia do Lavradio.

João Maria Jordão, pelouro das obras, iluminação, poços, bombas e aparelhos hidráulicos.

João Henrique José da Costa, pelouro dos serviços da freguesia de Palhais.

25 de Março de 1920 – Ofício do Governador Civil de Lisboa, com os nomes dos vereadores definitivamente eleitos:

Efectivos: Ludgero Conceição Cigarrito, José Pedro Gomes, Alfredo Figueiras, Francisco António da Silva Paes, João Henrique José da Costa, João António do Carmo, João Maria Jordão, António Antunes Guerra, Amândio dos Santos Ferreira, João Anacleto da Silva, Deodoro Lis de Castro.

Suplentes: José Vaz Atalaia, José Joaquim Fernandes de Carvalho, José Jorge, José Bento Esteves, Albino da Costa Almeida, Cassiano Augusto Gaspar, José Félix Ferreira, Miguel dos Santos, António Martins, Dr.º Luís Cabrera, João dos Santos Firmo e Manuel Tavares Rodrigues.

8 de Abril de 1920 – O Senado aprova uma proposta a ser entregue ao Governador Civil para que a Comissão Executiva fosse substituída, alegando a sua falta de presença nas sessões do Senado, o abandono a que deixou o governo do Concelho e deliberou contra a vontade do Senado.

28 de Maio de 1920 – **Tomada de posse da Câmara Municipal do Barreiro, tendo a anterior sido dissolvida por acórdão do auditor administrativo do Distrito.**

Foram chamados à efectividade os vereadores substitutos:

José Bento Esteves – presidente
Albino da Costa Almeida – vice-presidente
Luís Cabrera – 1º secretário
José Félix Ferreira – 2º secretário.

De seguida procedeu-se à eleição da Comissão Executiva: João dos Santos Firmo, Manuel Tavares Rodrigues, Miguel dos Santos, José Jorge e Cassiano Augusto Gaspar.

31 de Maio de 1920 – Tomada de posse da Comissão Executiva:

Presidente: João dos Santos Firmo, pelouro da beneficência, poços, fontes, bombas e aparelhos hidráulicos.

Vice-presidente: Manuel Tavares Rodrigues, pelouro da limpeza, iluminação e mercado.

Vogais: Cassiano Augusto Gaspar, pelouro do cemitério, matadouro, viação e obras.

Miguel dos Santos, pelouro dos serviços da freguesia do Lavradio.

José Jorge, pelouro dos serviços da freguesia de Palhais.

3 de Julho de 1920 – **Tomada de posse da Câmara Municipal do Barreiro, eleita a 13 de Junho de 1920:**

Júlio Caetano Veríssimo, Joaquim Figueiredo, Manuel José Bravo, Celestino Baptista, Augusto António Penedo, António Germano Bolina, Leonel António Cordeiro, Henrique José Bravo, Manuel da Silva Simplício, Jorge Sobral Romeiro, João Francisco, José Monteiro Vinhais.

Mesa do Senado:

João Ferreira – presidente

António Germano Bolina – vice-presidente

Augusto António Penedo – 1º secretário

Manuel José Bravo – 2º secretário

De seguida, procedeu-se à eleição da Comissão Executiva: Júlio Caetano Veríssimo, Joaquim Figueiredo, Jorge Sobral Romeiro, Manuel José Bravo, Manuel da Silva Simplício.

Na tomada de posse, as diversas facções políticas fizeram discursos de conteúdo eleitoral bastante interessantes para conhecer a política local à época:

«O vogal Joaquim Figueiredo pedindo a palavra, apresentou a seguinte moção em agradecimento: A maioria socialista ao tomar posse da Câmara, agradece aos dignos vereadores da Câmara Municipal do Concelho do Seixal as sua saudações, fazendo votos para que ela sirva de incitamento para a propagação do belo ideal porque lutamos, desejando aos nossos colegas socialistas energia e tenacidade no prosseguimento da luta, em favor das classes trabalhadoras» Votaram contra esta moção, os vogais Henrique José Bravo e Manuel da Silva Simplício.

O vogal Joaquim Figueiredo, pedindo a palavra, diz entender que a minoria liberal, seguindo o exemplo da maioria democrática da Câmara Municipal do Seixal, que votou a moção da minoria socialista, devia votar aquela moção que representa simplesmente um agradecimento às saudações enviadas a esta Câmara.

Seguindo no uso da palavra o vogal Júlio Caetano Veríssimo, apresenta a seguinte moção: Considerando que é ao povo trabalhador do barreiro, que se deve a vitória que alcançamos; Considerando que a Câmara agora eleita representa a vontade firme do povo; Considerando que ao mesmo povo trabalhador mais do que a ninguém compete auxiliar-nos nesta árdua tarefa de ressurgimento; Considerando que é para o povo que irá todo o nosso esforço dando ao mesmo povo, tudo quanto dentro das nossas forças caiba; O Senado Municipal, reunido pela primeira vez após a sua eleição, envia ao povo trabalhador do concelho de Barreiro, em especial as suas saudações e um abraço de confraternização aos socialistas de todo o mundo.

É aprovada por unanimidade a primeira parte que se refere às saudações do povo trabalhador deste Concelho e por maioria a segunda parte, votando contra os vogais Henrique José Bravo e Manuel da Silva Simplício.

Em seguida, é dada a palavra ao vogal Manuel da Silva Simplício lê programa do que o seu partido faria se tivesse ficado com a maioria e que assim apresentava para ser aproveitado no que a Câmara entender.

CE/ 6 de Julho de 1920 – **Tomada de posse da Comissão Executiva:**

Presidente: Júlio Caetano Veríssimo, pelouro da beneficência e instrução.

Vice-presidente: Joaquim Figueiredo, pelouro dos poços, fontes, bombas e aparelhos hidráulicas e matadouro.

Vogais: Manuel José Bravo, pelouro da viação, obras e serviços das freguesias de Palhais e Lavradio.

Manuel da Silva Simplício, pelouro da limpeza e iluminação.

Jorge Sobral Romeiro, pelouro dos mercados e cemitério.

CE/ 29 de Julho de 1920 – É aprovada a proposta para que a Travessa que vai da Rua Serpa Pinto ao Largo Camões, seja denominada «Travessa de Camões».

CE/ 9 de Dezembro de 1920 – Requerimento dos moradores de uma nova rua do bairro Matilde, pedindo para que fosse dado o nome à mesma. Resolveu que se denominasse «João de Deus».

CE/ 24 de Fevereiro de 1921 – Criticas a um artigo difamatório publicado o jornal «Imprensa de Lisboa».

6 de Abril de 1921 – Contrato de concessão de fornecimento de energia eléctrica à Vila do Barreiro e aldeia do Lavradio.

12 de Abril de 1921 – Por ocasião do dia 1º de Maio, é aprovado que ao Mercado Municipal se dê o nome de «Mercado Municipal 1º de Maio».

CE/ 26 de Maio de 1921 – Ofício n.º 215 do presidente da câmara comunicando terem sido eleitos para a Comissão Executiva em substituição dos vogais Henrique José Bravo, a quem foi concedida a demissão da Comissão Executiva e Joaquim Figueiredo (vice-presidente) a quem foram concedidos 60 dias de licença, respectivamente Leonel António Cardeira e Evaristo José da Costa.

CE/ 28 de Maio de 1921 – Foi deliberado dar o nome à nova rua municipal, o nome de «Vasco da Gama».

16 de Junho de 1921 – Projecto para a transformação do Poço dos Dezasseis.

CE/1 de Agosto de 1921 – O vogal José Augusto dos Santos informa que a casa onde está instalada a sede do Futebol Clube Barreirense, propriedade de um indivíduo de apelido Pimenta, se encontra ameaçado de ruína, achando por isso conveniente que se officie ao proprietário para mandar fazer a respectiva reparação com toda a urgência.

15 de Setembro de 1921 – Por demissão do presidente, por pedido de escusa, e do vice-presidente por falta de assiduidade, foi eleito presidente o vogal Manuel da Silva Simplício e para vice-presidente Celestino Baptista.

CE/ 26 de Setembro de 1921 – O vereador suspenso Jorge Sobral Romeiro insultou e ameaçou de morte o presidente da câmara no seu gabinete.

CE/ 24 de Outubro de 1921 – É feita referência ao Lavradio como Vila.

30 de Novembro de 1921 – caderno de encargos para a concessão do exclusivo de fornecimento de energia eléctrica para as vilas do Barreiro e Lavradio.

7 de Março de 1922 – Postura sobre o Poço dos Dezasseis.

Postura sobre o art.º2 da lei 999 (todos os agentes de bancos, comissários e empresas industriais, estabelecimentos comerciais e industriais, companhias, sucursais, filiais, agências, delegações e correspondentes, que exerçam a sua actividade na área deste concelho, pagarão a taxa correspondente à sua classificação e categoria, segundo uma tabela descrita em acta).

CE/ 20 de Março de 1922 – Ofício da Comissão Angariadora de donativos para a construção de um coreto na vila, fazendo entrega a esta câmara da parte do referido coreto já construído, acompanhando o ofício o balancete geral das referidas obras e pedindo a esta câmara o conclua. Resolveu aceitar as obras iniciadas e levar o assunto à apreciação do Senado para autorizar a Comissão executiva a concluí-las.

1 de Abril de 1922 – Entrega por parte da Comissão Organizadora da subscrição para a construção de um coreto, da parte já construída (palco), devido à impossibilidade de concluírem a obra, visto a população não ter correspondido ao apelo.

Foi aprovado o regulamento do descanso semanal para as diversas profissões e ofícios do Concelho.

CE/ 8 de Maio de 1922 – Foi resolvido dar o nome do heróicos aviadores ao Largo da Alegria, que passará a denominar-se «Praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral».

CE/ 26 de Junho de 1922 – O presidente dá conhecimento à Comissão Executiva de que o administrador do concelho, por espirito de vingança e para vexar o prestígio da autoridade desta câmara, passou buscas a diversas dependências desta câmara, sem que desse previamente conhecimento ou pedido para tal licença, tendo ainda efectuado uma busca na sua residência. Diz que não pode permitir-se mais a continuação de tais desacatos e não pode esta câmara sem quebra de prestígio da sua autoridade deixar de protestar veementemente junto de instâncias superiores, contra as prepotências do administrador de concelho que está tornando impossível a missão da câmara com a sua maneira de proceder. Deliberou pedir uma conferência com o presidente do ministério para lhe apresentar o protesto desta câmara pela atitude do administrador e interceder junto do governador civil e deputados pelos círculos, para que seja substituído sem demora.

CE/ 15 de Agosto de 1922 – ofício n.º 71 do Governador Civil de Lisboa, comunicando que por despacho de 12 do corrente exonerou o cidadão João Henrique José da Costa do cargo de administrador interino deste concelho e nomeou para o mesmo, também interinamente o cidadão Deodoro Liz de Castro.

22 de Setembro de 1922 – Postura sobre o gado em rebanhos ou manadas; postura sobre cães; postura sobre a venda de leite.

Eleição da Comissão Executiva, em conformidade com o art.º 2º da lei n.º1328 de 26 de Agosto de 1922 (passaram a ser apenas três os membros da Comissão Executiva): Júlio Caetano Veríssimo, Henrique José Bravo, António Germano Bolina.

CE/ 25 de Setembro de 1922 – **Tomada de posse da Comissão Executiva eleita pelo Senado:**

Júlio Caetano Veríssimo – Presidente e pelouros da beneficência, mercado, instrução, poços, fontes, bombas e aparelhos hidráulicos.

Henrique José Bravo – vice-presidente e pelouros da viação, obras, cemitério, Palhais e Lavradio.

António Germano Bolina – vogal e pelouros da limpeza, matadouro e iluminação.

2 de Novembro de 1922 – A Câmara é questionada por ter sido única que elegeu nova Comissão Executiva, de entre todas as outras do país. O presidente responde que apenas se queria cumprir a

lei, pois lhe parecia que esta era de execução imediata. É então proposto e aprovado por unanimidade, dar como não subsequente a eleição da Comissão Executiva, feita em sessão de 22 de Setembro.

CE/ 6 de Novembro de 1922 – A eleição da Comissão Executiva de 25 de Setembro foi considerada sem efeito, voltando aos seus lugares os vogais José Augusto dos Santos e Evaristo José da Costa a ocupar os pelouros que detinham antes desta decisão.

22 de Novembro de 1922 – Pagamento de terrenos para a nova Rua Vasco da Gama.

2 de Janeiro de 1923 – Tomada de posse da Câmara eleita a 12 de Novembro de 1922, para servir no triénio de 1923 a 1925.

José Francisco Morato – presidente.

José Baptista Lauchinha – vice-presidente.

Domingos José da Costa – 1º secretário

Alexandre Lopes Quintino – 2º secretário.

Vogais: Eduardo Rodrigues Cavaco

António José (da Loura)

Valentim de Oliveira

José Joaquim d'Almeida Ferreira

Manuel Tavares Rodrigues

Júlio Caetano Veríssimo

Francisco Vieira

Henrique José Bravo

De seguida procedeu-se à eleição da Comissão Executiva:

Efectivos: Eduardo Rodrigues Cavaco, António José da Loura, Domingos José da Costa.

Suplentes: Domingos José da Costa, Valentim de Oliveira e Alexandre Lopes Quintino.

CE/ 6 de Janeiro de 1923 – Instalação da Comissão Executiva:

José Joaquim d'Almeida Ferreira – presidente e pelouros do matadouro, beneficência, instrução pública e freguesias rurais.

António José da Loura (mais votado) – vice-presidente e pelouros dos cemitérios, jardins, mercado e obras públicas municipais.

Eduardo Rodrigues cavaco – Vogal e pelouros da limpeza pública, viação, lavadouro, poços, fontes e bombas.

29 de Janeiro de 1923 – Revisão de facturas.

9 de Fevereiro de 1923 – Contrato do serviço de limpeza pública.

CE/ 28 de Fevereiro de 1923 – Regulamento do matadouro.

Substituição do vice-presidente António José da Loura, por doença, pelo vogal suplente Alexandre Lopes Quintino.

26 de Março de 1923 – O presidente informou que recebera a lista dos vereadores considerados definitivamente eleitos pela auditoria administrativa, onde constava o nome do senhos Manuel da Silva Simplício, que convidou a tomar o seu lugar e a quem deferiu o termo de compromisso de honra, depois do que disse que lamentava o facto sucedido nas sessões anteriores* em que aquele vereador pretendia tomar posse a qual não lhe podia ser dada por não haver sido recebida a nota que acaba de ler. Diz que não houve o fim manifesto de melindrar o vereador Manuel da Silva Simplício e sim o desejo de bem cumprir a lei, visto ter na maior consideração o mesmo senhor.

Associa-se a estas palavras o vogal Domingos José da Costa. O vogal Manuel da Silva Simplício, agradece as palavras proferidas pelo presidente e pelo vogal Costa, que diz tomar na devida consideração, felicitando o presidente pela sua eleição e todos os restantes membros da câmara. Afirma que vem disposto a trabalhar pelo bem da terra e que não fará oposição sistemática, mas uma fiscalização imparcial e justa.

* este vogal tentara tomar posse na sessão anterior, mas a sua eleição não fora reconhecida pelos restantes membros do senado municipal, que o convidaram a retirar-se. Contudo, o jornal «A Acção», n.º 47 de 1 de Abril de 1923, relata o que não vem transcrito em acta. A saída de Manuel da Silva Simplício não foi pacífica.

CE/ 11 de Abril de 1923 – Ofício n.º 26 da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, solicitando a cedência do brasão de armas e varas que serviam aos vereadores de câmara do extinto concelho de Alhos Vedros.

CE/ 16 de Maio de 1923 – É tomado conhecimento pelo vice-presidente do falecimento do presidente da Comissão Executiva, José Joaquim d’Almeida Ferreira. Foi substituído pelo vogal José Francisco de Alegria Morato, que em eleição por voto secreto foi eleito presidente da Comissão Executiva.

19 de Maio de 1923 – Por falecimento do Presidente da Comissão Executiva, José Joaquim d’Almeida Ferreira, foi eleito para o substituir o vogal Amândio dos Santos Ferreira.

6 de Julho de 1923 – Regulamento para o Mercado Público da Vila do Barreiro.

CE/ 11 de Julho de 1923 – Circular da Câmara Municipal do Seixal convidando esta câmara a assistir à inauguração da linha férrea Barreiro-Seixal, que se realiza no dia 15 do corrente, pedindo a comparência na estação daquela vila às treze horas do dia indicado.

Circular da Comissão Central de Execução da Lei de Separação, informando que deliberou em sessão de 7 do corrente emitir parecer favorável à cedência da Igreja de S. Francisco a esta câmara pela renda anual de seiscentos escudos ou no caso de cedência definitiva doze mil escudos. Deliberou propor ao Senado a aquisição daquela Igreja, intentando porém diligências junto daquela comissão para que a cedência se faça por um preço inferior.

CE/ 15 de Agosto de 1923 – Ofício da Comissão Central de Execução da Lei de Separação, Processo n.º 9061, Livro 12º, folhas 216, 1ª secção, de catorze do corrente, comunicando que emitirá parecer favorável à cedência definitiva da antiga Igreja de S. Francisco, a esta câmara por dez mil escudos. A câmara deliberou em adquirir.

CE/ 22 de Agosto de 1923 – Foi deliberado fazer uma nova distribuição de pelouros, pela forma seguinte:

Presidente: pelouros da instrução, beneficência, lavadouro, limpeza e viação.

Vice-presidente: pelouros do cemitério, jardins, mercados e obras públicas municipais.

Vogal: pelouros da iluminação, poços, fontes e bombas, e freguesias rurais.

11 de Novembro de 1923 – Rectificação da escritura celebrada com a Companhia Industrial de Vila Franca e Bonfim.

29 de Novembro de 1923 – Postura Municipal sobre cães.

24 de Dezembro de 1923 – Alteração do regulamento do Mercado Municipal. Postura sobre jardins e arvoredos.

Expropriação de terrenos para a ampliação da Abegoaria Municipal: negociações para a expropriação de uma parcela da Quinta de Elvira Duarte, acordando a Câmara dar a esta a frente para a Rua 5 de Outubro que constitui o quintal e antigo cemitério da Igreja de S. Francisco, à pouco tempo adquiridas pela Câmara.

2 de Janeiro de 1924 – **Eleição da Mesa do Senado.**

Presidente: Amândio dos Santos Ferreira

Vice-presidente: José Baptista Lauchinha

Secretário: Valentim d'Oliveira

Vice-secretário: Alexandre Lopes Quintino

Eleição da Comissão Executiva:

Efectivos: José Francisco d'Alegria Morato; Alexandre Lopes Quintino; Domingos José da Costa.

CE/ 2 de Janeiro de 1924- **Tomada de posse da Comissão Executiva:**

José Francisco d'Alegria Morato- Presidente, pelouros da instrução, beneficência, matadouro, limpeza, iluminação e viação.

Alexandre Lopes Quintino- Vice-presidente, pelouros dos cemitérios, jardins, mercado, obras públicas municipais, lavadouro, poços, fontes e bombas.

Domingos José da Costa – vogal, pelouros das freguesias rurais.

CE/ 9 de Abril de 1924 – Postura sobre algerozes.

CE/ 23 de Abril de 1924 – Postura que regula a forma de exposição de artigos às portas dos estabelecimentos comerciais.

Postura sobre quiosques.

CE/ 9 de Julho de 1924 – Regulamento da «taça Câmara Municipal do Barreiro» para um torneio de futebol a disputar entre os clubes de futebol da Vila. A verba recolhida reverterá a favor da Misericórdia.

10 de Julho de 1924 – Realização de um torneio de futebol no Barreiro organizado pela câmara municipal, com o fim de angariar fundos para a Misericórdia.

O vereador José Francisco d'Alegria Morato, apresentou a seguinte proposta sobre a mudança do feriado municipal: «Tendo o decreto de 12 de Outubro de 1910 conferido às câmaras municipais a faculdade de poderem considerar feriado municipal um dia por ano à sua escolha, o estipulado que a escolha deverá recair entre os que representem as festas tradicionais e características do município; considerando que o dia tradicional de festa neste concelho é o dia 15 de Agosto, que é guardado desde tempos imemoriais sobretudo pela classe marítima e de trabalhadores rurais, descendentes dos primitivos habitantes do concelho; considerando que é nesse dia que se realizam as festas anuais nesta vila, propomos que o dia de feriado municipal passe a ser dia 15 de Agosto de cada ano.»

Contudo, e após alguma discussão, foi deliberado que se mantivesse o actual feriado no dia primeiro de Maio.

Postura sobre a concessão de licenças de construção.

6 de Agosto de 1924 – Devido à recusa do Luso Futebol Clube e do União Futebol Clube em participar no torneio, foi decidido continuar com o projecto da taça, mas num jogo entre o Barreirense Futebol Clube e um clube da 1ª Divisão da Associação de Futebol de Lisboa.

2 de Janeiro de 1925 – **Eleição do Senado:**

Presidente – Amândio dos Santos Ferreira

Vice-presidente – José Baptista Lauchinha

Secretário – Valentim de Oliveira

Vice-secretário – Alexandre Lopes Quintino

Vogais: Domingos José da Costa

João Fernandes

Eduardo Rodrigues Cavaco

José Francisco d'Alegria Morato

Manuel Tavares Rodrigues

Eleição da Comissão Executiva:

Efectivos: José Francisco d'Alegria Morato; Alexandre Lopes Quintino; Domingos José da Costa.

2 de Janeiro de 1925 - Tomada de posse da Comissão Executiva:

José Francisco d'Alegria Morato- Presidente, pelouros da instrução, beneficência, matadouro, limpeza, iluminação e viação.

Alexandre Lopes Quintino- Vice-presidente, pelouros dos cemitérios, jardins, mercado, obras públicas municipais, lavadouro, poços, fontes e bombas.

Domingos José da Costa – vogal, pelouros das freguesias rurais.

13 de Maio de 1925 – Faleceu o antigo vereador da Câmara Municipal, José Felismino da Costa, pai do vogal Domingos José da Costa.

26 de Agosto de 1925 – O presidente disse que tendo-se nos últimos anos procedido à abertura de novas ruas na Vila do Barreiro, as quais não têm nome o que causa grande transtorno para todos os serviços públicos, propunha que a Comissão Executiva escolhe-se os nomes que lhes deviam ser dados; escolhendo-se nomes célebres, nas ciências, artes, política, guerreiros, etc.; a Comissão tomando na sua devida consideração a proposta passou a escolher os seguintes nomes: Afonso de Albuquerque, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão, D. João de Castro, D. Nuno Álvares Pereira, Egas Moniz, Fernão de Magalhães, D. Afonso Henriques, Teófilo Braga, Júlio Dinis, Eça de Queiróz, Passos Manuel, Fialho d'Almeida, Oliveira Martins, Dr. Sousa Martins, Dr. Manuel Bento Sousa, Bulhão Pato, Guilherme Gomes Fernandes, Camara Pestana, Pinheiro Chagas, D. Henriqueta de Araújo, João Chagas, Manuel de Arriaga, Guerra Junqueiro, Estevão de Vasconcelos.

5 de Novembro de 1925 – Tomada de posse dos vereadores substitutos João Azevedo do Carmo e Martiniano Pereira, que entram em exercício no impedimento dos vereadores Manuel da Silva Simplício e Júlio Caetano Veríssimo.

Na mesma sessão e no seguimento de desentendimentos entre o presidente e os vereadores Tavares Rodrigues e Valentim d'Oliveira, que tinham originado a falta do presidente a algumas sessões. Depois de se ter iniciado a discussão entre vereadores, propondo uns a destituição da Comissão Executiva (Tavares Rodrigues) e a eleição de novo presidente e vice-presidente (Valentim d'Oliveira).

Depois de aprovado a última proposta por unanimidade, foi eleito presidente, José Baptista Lauchinha e vice-presidente o vereador Martiniano Pereira.

2 de Janeiro de 1926 – Tomada de posse da vereação eleita a 23 de Novembro de 1925, para servir no triénio de 1926 a 1928.

Presidente – Vicente dos Santos Bolina

Vice-presidente – José Baptista Lauchinha

Secretário – Domingos José da Costa

Vice-secretário – Joaquim do Carmo Cigarrito

Eleição da Comissão Executiva:

Efectivos: José Francisco Alegria Morato; João da Luz; Alexandre Lopes Quintino.

Suplentes: José Ferreira; Valentim d'Oliveira; Joaquim do Carmo Cigarrito.

18 de Janeiro de 1926 – Tomada de posse da Câmara Municipal que serviu no triénio de 1923 a 1925, para reassumirem as suas funções em virtude do despacho do auditor administrativo de Lisboa de 20 de Janeiro, que anulou a proclamação de vereadores feita em Novembro último:

Eleição da Mesa do Senado:

Presidente: Amândio dos Santos Ferreira.

Vice-presidente: António José (da Loura)

Secretário: Abílio Augusto dos Santos.

Vice-secretário: Eduardo José d'Almeida

Vogais: Júlio Caetano Veríssimo

José Francisco d'Alegria Morato

José Baptista Lauchinha

Domingos José da Costa

Valentim d'Oliveira

Eleição da Comissão Executiva:

Eduardo Rodrigues Cavaco

Manuel da Silva Simplício

Manuel Tavares Rodrigues

CE/ 6 de Janeiro de 1926 – João da Luz, exerce as funções de vice-presidente, por substituição.

CE/ 20 de Janeiro de 1926 – Ofício n.º3 da Freguesia de Alhos Vedros, pedindo a cedência de um escudo de madeira com o brasão de armas daquela Vila e das varas dos vereadores do extinto concelho de Alhos Vedros. Deferido.

CE/ 17 de Fevereiro de 1926 – Despacho do Governador Civil de Lisboa, comunicando a anulação da eleição de vereadores para esta Câmara.

CE/ 24 de Fevereiro de 1926 – Extensa declaração da Comissão Executiva contra uma reunião do Senado realizada nos Paços do Concelho, para onde não foram convidados.

A Comissão Executiva encarregou o Presidente de promover em nome do município os competentes processos crime, administrativos ou outros, contra quaisquer pessoas que intervieram na sessão do Senado Municipal de 18 do corrente, intitulado-se vereadores e bem assim, processos para anular as deliberações tomadas na mesma sessão, outorgando para tanto os necessários poderes ao advogado da Câmara, Doutor Adolfo Bravo. (última acta desta Comissão Executiva e deste livro).

CE/ 25 de Fevereiro de 1926 – Com a presença do Presidente Eduardo Rodrigues Cavaco, vice-presidente, Manuel da Silva Simplício e vogal Manuel Tavares Rodrigues.

Nesta sessão faltam os livros de actas e o selo branco da Câmara, tendo por isso sido suspenso o chefe da secretaria, João Ramalho Gaspar. Este último, estava nesse momento com o ex-presidente da Comissão Executiva em Lisboa, reunidos com o advogado Adolfo Bravo).

CE/ 20 de Maio de 1926 – O vogal Manuel Tavares Rodrigues, apresentou a seguinte proposta: «Constituindo um verdadeiro insulto o facto de duas travessas sem importância notória,

terem sido dados os nomes de Travessa Dr. Joaquim Teófilo Braga e Travessa Pinheiro Chagas, individualidades estas a que a História Pátria muito devem, os seus nomes serem substituídos a primeira por «Travessa da Cadeia» e a segunda por «Travessa dos Quintais». Foi aprovado.

COMISSÕES ADMINISTRATIVAS

24 de Julho de 1926 – **Tomada de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro:**

Joaquim Vicente França – presidente e pelouros da instrução, beneficência e freguesias rurais.

João Ferreira – Vogal e pelouros da iluminação, cemitérios e matadouro.

Francisco António Rosa Paes – vogal e pelouros dos poços, fontes e bombas, mercados, limpeza pública, obras municipais, viação e fiscalização de impostos.

27 de Outubro de 1926 – Ofício da delegação local da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (...) pedindo para se lhe indicar qual a rua a que a Câmara pensa dar o nome de «Rua dos Combatentes da Grande Guerra». Foi decidido dar o nome de «Rua dos Combatentes da Grande Guerra – 1914-1918» à actual Rua da Liberdade.

Na mesma sessão foi deliberado dar os nomes de «Travessa da Cadeia», à travessa por detrás dos Paços do Concelho e «Travessa do Município», à travessa entre a rua Elias Garcia e Rua Miguel Bombarda, ao norte do Paços do Concelho.

10 de Novembro de 1926 – Por motivo de doença do presidente da Comissão Administrativa, tomou o seu lugar o vogal Francisco António Rosa Paes, tendo sido chamado o vogal substituto Luís António Durães Trindade (durante 30 dias).

2 de Dezembro de 1926 – A pedido do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste, foi decidido dar à travessa que corta a Rua Heliodoro Salgado em frente do moinho Pequeno o nome de «Travessa do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste».

15 de Dezembro de 1926 – Ofício do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste a pedir para se mudar o nome de Travessa, para «Rua do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste».

29 de Dezembro de 1926 – Francisco António Rosa Paes, assume novamente a presidência, por morte da sogra do presidente, sendo chamado o vogal substituto António Cabrita (por uma sessão).

13 de Abril de 1927 – Que o largo conhecido por «de João Esteves» seja dado o nome de «Largo 1º de Maio» e às travessas conhecidas por «da Lúcia» o nome de «Travessa 1º de Dezembro», e por «de José Ferreira» o nome de «Travessa 9 de Abril», por proposta do vogal Rosa Paes.

18 de Maio de 1927 – O presidente apresentou a seguinte proposta que foi aprovada por unanimidade, sem discussão: «Considerando que a autoridade administrativa encerrou por motivos políticos, que tiveram relação com o movimento reaccionário de Fevereiro último, o Centro Doutor Estevão de Vasconcelos, desta Vila; (...) exige nos termos da lei, que se officie ao Administrador de Concelho, para fazer a entrega à Câmara com a maior urgência da chave do edifício onde esteve instalado o referido Centro.»

23 de Novembro de 1927 – Ofício n.º 449 da Câmara Municipal da Moita pedindo a cedência de um quadro com o brasão de armas da Vila de Alhos Vedros e as varas da vereação do extinto concelho do mesmo nome, que se acham no arquivo desta câmara. Deliberou fazer a entrega dos objectos pedidos.

Na mesma sessão, por proposta do vogal Rosa Paes deliberou pedir ao Governo a entrega a esta Câmara da Rua Miguel Pais, que faz parte da estrada nacional n.º 13.

Por proposta do presidente foi deliberada a expropriação por utilidade pública de terrenos entre o Mercado Municipal e o Instituto dos Ferroviários, para a construção do futuro parque da Vila.

25 de Janeiro de 1928 – **Procedeu-se a uma nova distribuição de pelouros, pela forma seguinte:**

Presidente – instrução, beneficência e freguesias rurais.

Vogal João Ferreira – cemitérios, matadouro, mercados, obras públicas municipais e viação.

Vogal António Cabrita – limpeza pública, iluminação, fiscalização, jardins e arvoredos, poços, fontes e bombas.

5 de Dezembro de 1928 – Ofício n.º 1161 do Governo Civil de Setúbal, enviando um alvará de exoneração de Administrador de Concelho o cidadão Joaquim Vicente França, e outro de nomeação para o mesmo lugar, do tenente da G.N.R. sr. Bento da Silva Fernandes (que passará a assistir às sessões). Nota: O prof. Joaquim Vicente França continuou a exercer as funções de presidente da Câmara, já que era um cargo diferente do de Administrador de Concelho.

Na mesma sessão, foi aprovado um novo Código de Posturas para construção, reconstrução, reparação, etc. de edifícios. É bastante extenso, contendo 385 artigos.

16 de Janeiro de 1929 – Pedido de licença do vogal António Cabrita por três meses. É substituído pelo vogal, Joaquim Duarte Ferreira.

13 de Março de 1929 – Por proposta do vogal João Ferreira deliberou intimar os proprietários das casas existentes nos bairros novos do Seixalinho, Silveiros, Palmeiras a colocarem sobre as portas das mesmas casas as iniciais dos seus nomes, para facilidade de serem encontrados em vista das ruas não estarem ainda completas, dando-lhes o prazo de 60 dias para esse efeito; e que à rua do bairro das Palmeiras, fronteira à linha férrea seja dado o nome de «Rua das Palmeiras»; à que fica paralela, ao lado norte o nome de «Rua 31 de Janeiro» e à que fica nas suas traseiras desta, também para norte de, «Rua 1º de Maio».

20 de Março de 1929 – Pelo vogal João Ferreira foi proposto, no seguimento da sua proposta da sessão anterior, que à rua que parte do Bairro Operário da Companhia União Fabril até ao princípio da Rua 31 de Janeiro, seja dado o nome de «Rua 9 de Abril».

3 de Abril de 1929 – Alterações ao Código de Posturas.

22 de Maio de 1929 - Alterações ao Código de Posturas.

19 de Junho de 1929 – Por proposta do vogal João Ferreira aprovada por unanimidade deliberou oficial a Associação de Arqueólogos para indicarem qual o símbolo do brasão de armas do concelho, em virtude de não haver conhecimento oficial da sua existência, exemplificando-se no ofício que se lhes dirigir que existe uma versão de que este se compõe de um escudo com uma muleta, navegando a todo o pano entre dois morros de areia, donde faz supor vir o nome de Barreiro.

10 de Julho de 1929 – **Os pelouros foram distribuídos da seguinte forma:**

Presidente: secretaria, contencioso, instrução, beneficência e freguesias rurais.

Vice-presidente: cemitério, obras públicas, viação, jardim, mercados e limpeza pública.

Vogal Joaquim Duarte Ferreira: fiscalização, poços e bombas, iluminação e matadouro.

7 de Setembro de 1929 – Sessão da instalação da Comissão Administrativa, por demissão da transacta concedida por alvará do Governador Civil de Setúbal de 26 de Julho. Nomeados por despacho do Governador Civil de Setúbal de 6 de Setembro: Bento da Silva Fernandes, António Marques e Manuel da Silva Figueira.

Na sessão os cargos e pelouros foram distribuídos da seguinte forma:

Bento da Silva Fernandes- Presidente e pelouros da secretaria, contencioso, instrução, incêndios, beneficência, mercados, fiscalização e freguesias rurais.

Manuel da Silva Figueira – Vice-presidente e pelouros das obras públicas, viação, jardins, águas, poços e bombas.

António Marques – vogal e pelouros da iluminação, higiene, limpeza pública, cemitério, matadouro.

12 de Novembro de 1929 – Pelo presidente Bento da Silva Fernandes, foi apresentada a seguinte proposta: a morte ceifou à poucos dias e num curto espaço de tempo dois vultos dos mais prestigiosos da República Portuguesa – um o Ex.mo Sr. Dr. António José de Almeida, outro, o Ex.mo Sr. José Relvas. Republicanos de velha data que à República prestaram valiosíssimo serviço, ambos de grande inteireza de carácter, o seu desaparecimento constitui perda nacional. O Barreiro, terra de tradições essencialmente republicanas, não deve ficar indiferente às manifestações de respeito e homenagem que por todo o país se estão prestando aos dois cidadãos a quem a República tanto deve. E assim julgando interpretar o sentir de todos os munícipes, proponho que à «Rua dezasseis de Infantaria» e à «Rua Direita de S. Francisco» desta Vila sejam dados os nomes, respectivamente de «Rua Doutor António José de Almeida» e «Rua José Relvas».

26 de Novembro de 1929 – Por proposta do Presidente, Bento da Silva Fernandes, foi apresentada a seguinte proposta: “A grande maioria dos municípios (...) qual o desenho e cores do novo estandarte, bandeira e desenho do brasão que deve servir este município.»

3 de Dezembro de 1929 – Por proposta do Presidente, foi mudado o nome de «Travessa do Palhaço» para «Travessa do Bocage».

5 de Agosto de 1930 – Tomou posse o vogal João Inácio Nunes, para servir de substituto durante o impedimento do presidente.

19 de Agosto de 1930 – Ofício do Arqueólogo Afonso de «Ornellas» dando o seu parecer sobre a forma como deve ser o selo, as armas e a bandeira desta Vila. Tomou conhecimento e resolveu estudar o assunto para se manifestar oportunamente.

30 de Setembro de 1930 – O Presidente da Câmara pede a sua exoneração ao Governador Civil do Distrito, no que foi seguido pelos outros vogais, por ter sido oficialmente colocado em orçamento pelo Ministério do Comércio a quantia para a construção da muralha marginal, e esta quantia não ter sido ainda entregue. Como tinha dado a sua palavra à população do Barreiro da execução desta obra, por uma questão de dignidade pedia assim a sua demissão.

28 de Outubro de 1930 – O Governador Civil do distrito, depois de ter falado pessoalmente com o Ministro do Comércio e Interior, vem pessoalmente ao Barreiro pedir para a Comissão Administrativa voltar a ocupar os seus lugares, tendo prestado esclarecimentos sobre o que se passou com a verba. A Comissão Administrativa aceitou as explicações, tendo desistido das demissões (Nota: as obras começariam de facto no ano seguinte).

16 de Junho de 1931 – Relatório da sindicância à Câmara Municipal do Barreiro.

30 de Junho de 1931 – pedido de exoneração do vogal António Marques, que foi substituído por Manuel dos Anjos Xavier.

22 de Março de 1932 – António de Assunção Palhas, tomou assento como vogal em substituição de Manuel dos Anjos Xavier.

29 de Março de 1932 – Ofício da Inspeção Escolar de Setúbal, informando que a sua opinião pessoal é absoluta e francamente contrária à adaptação da velha Igreja de Palhais a escola primária. A Comissão Administrativa deliberou informar superiormente que, em virtude do que expõe o inspector da região escolar a Câmara desiste do seu propósito. Nota: Contudo, na mesma sessão foi lido outro ofício da mesma inspeção, que no interesse da população deveria-se fazer a adaptação.

12 de Abril de 1932 – Ofício da União Nacional, deste concelho solicitando que sejam admitidos de preferência nas obras a efectuar os aderentes da União Nacional.

5 de Julho de 1932 – Ofício do Sindicato do Ferroviários do Sul e Sueste, informando que foram constituídas duas comissões para a construção de um Dispensário Anti-Tuberculoso.

18 de Outubro de 1932 – Pelo Vice-presidente, João Inácio Nunes foi proposto e aprovada a proposta para que a travessa que tem começo na Rua Vasco da Gama e vai desembocar na Rua Dr. António José de Almeida, passe a denominar-se «Travessa Vasco da Gama».

8 de Novembro de 1932 – O presidente Bento da Silva Fernandes propôs que se chamasse «Rua da Escola Primária» à rua onde está sendo edificada a nova escola (em terrenos da Quinta Grande, propriedade cedida gratuitamente pela Dona Cristina Bastos Reynolds).

7 de Março de 1933 – A pedido de Maria Duarte Fragata, foi mudado o nome da travessa denominada Pátio de Adelina Duarte, para «Travessa dos Combatentes da Grande Guerra».

21 de Março de 1933 – referência à Rua 20 de Abril.

2 de Maio de 1933 – Ofício da Sociedade Filarmónica União Agrícola Primeiro de Dezembro, de Santo António da Charneca, pedindo autorização para inaugurar no próximo dia 7, o coreto que ultimamente foi construído naquela localidade, convidando ao mesmo tempo a Comissão Administrativa a assistir à sessão solene no mesmo dia.

30 de Maio de 1933 – Chamado à efectividade para substituir o vereador Inácio Nunes, o vereador António de Assunção Palhas.

20 de Junho de 1933 – Major António dos Santos Pedroso.

4 de Julho de 1933 – o vogal Manuel dos Anjos Xavier, pediu a sua exoneração por falta de saúde e afazeres comerciais.

25 de Julho de 1933 – **A Comissão Administrativa resolveu fazer uma nova distribuição de pelouros:**

Presidente: secretaria, contencioso, finanças, instrução, incêndios, beneficência, mercados, fiscalização e freguesias rurais.

Vogal Júlio Caetano Veríssimo – Poços, viaturas, oficinas, abegoaria, higiene e sanidade, águas, saúde pública, fontes e chafarizes. Nesta sessão foi nomeado vice-presidente, devido à impossibilidade do vereador Inácio Nunes.

Vogal António de Assunção Palhas – jardins, obras, cemitério, iluminação, matadouro e lavadouros.

A «Travessa das Cordoarias» situava-se no espaço correspondente ao final da actual Avenida Alfredo da Silva na zona do campo do Barreirense.

15 de Agosto de 1933 – Foi nomeado vogal substituto, o cidadão Manuel Preto Chagas, pelo alvará de nomeação n.º 575. Este cidadão desempenhava à data o cargo de Administrador de Concelho interino.

24 de Outubro de 1933 – Foi proposto pelo presidente e aprovado que à chamada estrada do Lavradio seja o dado o nome de «Rua do Industrial Alfredo da Silva» como homenagem simples, mas profundamente sincera, que ficará a lembrar às gerações futuras o esforço, a tenacidade e a inteligência de um português que toda a sua vida, de um intenso labor, ter sido dedicada ao desenvolvimento das indústrias em Portugal.

12 de Dezembro de 1933 – A Câmara Municipal do Barreiro passa a contar com 5 vereadores, em vez de três. São nomeados vereadores efectivos, em virtude do decreto lei n.º 23290, os cidadãos António da Assunção Palha e Miguel António Correia.

Foi aprovada a seguinte distribuição dos pelouros:

Presidente: secretaria, contencioso, finanças, instrução, incêndios, beneficência, fiscalização e freguesias rurais.

Vice-presidente: poços, viaturas e materiais, oficinas, bombas e motores, águas, fontes e chafarizes.

Vogal João Inácio Nunes: lavadouros, matadouros, cemitérios, jardins e mercados.

Vogal António da Assunção Palha: obras, iluminação, arruamentos e mobiliário.

Vogal Miguel António Correia: Abegoaria, limpeza pública, saúde público e higiene e sanidade.

19 de Dezembro de 1933 – Nomeação dos cidadãos Adelino Martins, Jerónimo António dos Santos, Mateus Gregório da Luz e Aníbal Augusto da Silva, por alvará n.º619 para vereadores substitutos.

5 de Junho de 1934 – Foram aceites pedidos de exoneração do cargo de vereadores, devido aos seus afazeres profissionais, os cidadãos Júlio Caetano Veríssimo, António da Assunção Palhas, tendo sido substituídos pelos cidadãos José Joaquim Fernandes de Carvalho e Adelino Martins.

Procedeu-se então a uma nova distribuição dos pelouros:

Presidente: secretaria, contencioso, finanças, instrução, incêndios, beneficência, jardins, cemitérios, fiscalização e viaturas mecânicas.

Vice-presidente, João Inácio Nunes: Lavadouros, matadouros, mercados, iluminação, águas, bombas e motores, fontes e chafarizes e oficinas.

Vogal Miguel António Correia: Abegoaria, limpeza pública, saúde pública e salubridade e viaturas hipomóveis.

Vogal José Joaquim Fernandes: obras, materiais e arruamentos.

Vogal Adelino Martins: Freguesias rurais.

26 de Dezembro de 1934 – referência à rua Marechal Gomes da Costa.

29 de Janeiro de 1935 – Relato sobre a demolição da Igreja de Santo António da Charneca e a construção no local de uma escola.

20 de Agosto de 1935 – O presidente participa que depois de ter sido chamado pelo Governador Civil do Distrito no dia 6 de Agosto, lhe foi transmitido que deveria pedir a sua demissão de presidente da Comissão Administrativa. A Câmara deliberou recusar este pedido, visto estarem em andamento grandes melhoramentos para o Barreiro (muralha marginal, estação elevatória de Coina, etc.) cujo grande responsável é o actual presidente e vereação, pelo que não vêm motivos para abandonarem o seu posto.

27 de Agosto de 1935 – Por alvará de 23 de Agosto o Governador Civil exonerou o presidente da Comissão Administrativa, Tenente Bento da Silva Fernandes. Em solidariedade com ele, foi deliberado que o resto da Comissão apresentasse a sua demissão.

24 de Setembro de 1935 – **Tomada de posse e distribuição de pelouros da Comissão Administrativa:**

Presidente Joaquim José Fernandes – secretaria, contencioso, finanças, instrução, incêndios, beneficência, fiscalização, higiene, salubridade e saúde pública.

Vice-presidente João Inácio Nunes – lavadouros, jardins, matadouro, mercados, abegoaria, cemitérios, limpeza pública e viaturas hipomóveis.

Vogal José Joaquim Fernandes de Carvalho – obras materiais e arruamentos.

Vogal Adelino Martins – freguesias.

Vogal João da Luz – viaturas mecânicas, distribuição de águas, bombas e motores, oficinas e iluminação.

21 de Janeiro de 1936 – O presidente Joaquim José Fernandes propôs e viu aprovada: «Tendo deixado de gerir a pasta das Obras Públicas e Comunicações, o Eng. Duarte Pacheco, que durante a sua estada no referido Ministério sempre atendeu carinhosamente as pretensões deste concelho, que lhe fica devendo o poderem realizar-se grandes melhoramentos, que durante muitos anos não passaram de aspirações do Barreiro, tais como as novas oficinas dos Caminhos de Ferro, a muralha e aterro marginais, as águas de Coina, a cobertura do Mercado, etc., que hoje são obras concluídas ou em vias de conclusão, não pode a população desta terra e com ela a sua Câmara Municipal deixar de manifestar a grande gratidão a quem tanto a beneficiou. Proponho (...) que se solicite permissão para dar à avenida ao logo da praia norte o nome de «Avenida Eng. Duarte Pacheco».

19 de Fevereiro de 1936 – Foi deliberado dar o nome «Travessa do Palácio do Coimbra» à antiga rua particular do Alto do José Ferreira, ultimamente oferecida à Câmara.

5 de Maio de 1936 – Locais onde se joga futebol no Barreiro: terrenos próximos do campo do Barreirense; os do largo de N. S. do Rosário; os da escavadeira, próximos do bairro dos Silveiros; os anexos à Cordoaria de Guilherme Nicola.

14 de Julho de 1936 – Abaixo assinado dos proprietários de casas sita na Rua Particular do bairro Miranda, oferecendo à Câmara e pedindo que em homenagem a Manuel António de Miranda, a rua continuasse a ter o seu nome. Deferido.

11 de Agosto de 1936 – Requerimento de Adelina Duarte e seu marido Augusto Duarte, em que declaram oferecer à Câmara Municipal do Barreiro a «Travessa Adelina Duarte» com a condição de a Câmara manter esse nome. Resolvido aceitar.

29 de Setembro de 1936 – Proposta de Joaquim José Fernandes: «Em virtude da falta de nomes nas ruas desta vila fazer grande diferença a todos os serviços e considerando que dessa falta

resulta um mau conceito para a câmara, proponho que sejam dados os nomes a seguir indicados a diferentes ruas do Alto do Seixalinho, Silveiros e Bairro das Palmeiras, que ainda não têm denominação e que vão abaixo indicadas:

Bairro das Palmeiras: À primeira travessa entre as ruas 31 de Janeiro e 1º de Maio, passará a chamar-se «Travessa 31 de Janeiro»; à segunda travessa entre as duas ruas citadas, passará a ser «Travessa das Palmeiras»; e a rua próximo da linha, passa a ser «Rua das Palmeiras».

Alto do Seixalinho e Silveiros:

Rua n.º 1 – Rua 28 de Maio

Rua n.º 2 até à Rua Braz – Rua do Lavradio.

Rua n.º 3 – Rua da Voz do Operário.

Rua n.º 11 – Rua do Brasil.

Rua n.º 12 – Rua do Rio de Janeiro.

Rua n.º 13 – Rua de Angola.

Rua n.º 13-A – Rua de Cabo Verde.

Rua n.º 14 – Rua dos Açores.

Rua n.º 15 – Rua Pedro Nunes.

Rua n.º 16 – Rua Pedro Álvares Cabral.

Rua n.º 17 – Rua Bartolomeu Dias.

13 de Outubro de 1936 – A Comissão Administrativa tendo reconhecido haver erro na denominação de uma travessa sita nas Palmeiras, conforme deliberação de 29 de Setembro, porquanto essa travessa foi deliberado denominá-la «Travessa do Barreiro-terra» em vez de «31 de Janeiro», tanto mais que já existe outra com a mesma denominação.

Na mesma sessão foi feita a oferta por Artur Resende e dos herdeiros de João Resende, do beco conhecido pelo «Beco dos Resendes».

24 de Novembro de 1936 – Por proposta do Presidente, foi deliberado que a Rua Particular Ryder Costa, passe a denominar-se «Travessa do Instituto Ferroviários».

Janeiro de 1937 – Início das obras do Parque da Vila. Surge a denominação de «Rua Nova do Parque».

12 de Janeiro de 1937 – Requerimento da CUF , pedindo autorização para mudar a «Rua da Companhia União Fabril» para outro terreno um pouco mais para nascente. Resolvido deferir sendo feita a troca da rua actual pela nova rua; visto terem valor igual, ficando a nova rua sendo propriedade municipal.

26 de Janeiro de 1937 – A Comissão Administrativa, por proposta do Presidente, deliberou dar o nome de «travessa do Rio de Janeiro» a uma travessa sem nome, sita no Alto do Seixalinho, entre as ruas de Angola e rua Rio de Janeiro, próximo da Rua do Lavradio.

9 de Março de 1937 – **entrada em funções de nova Comissão Administrativa e distribuição de pelouros:**

Presidente, Augusto Lima de Albuquerque – serviços municipais, incluindo águas, oficinas, abegoaria, electricidade, finanças e polícia.

Vice-presidente, Júlio Caetano Veríssimo – saúde pública, higiene e salubridade, assistência, bombas e motores, mercados, lavadouros e matadouro.

Vogal Firmino Lopes Moreira – obras municipais e sua fiscalização, pavimentações, jardins, cemitério e viaturas hipomóveis.

Vogal Jacinto Nicola Cocacich – Fomento, urbanismo, cultura e turismo.

Vogal Adelino Martins – freguesias.

24 de Agosto de 1937 – Entra ao serviço como vogal, Aníbal Augusto da Silva Pereira, em substituição de Jacinto Nicola Covacich. Foi mais tarde, em sessão de 7 de Setembro do mesmo ano, substituído por Pedro Lopes Santos.

14 de Setembro de 1937 – Entra ao serviço como vogal em substituição de Firmino Lopes Moreira, o cidadão Porfírio Soares Ferreira. Deixa o cargo a 6 de Outubro do mesmo ano.

21 de Setembro de 1937 – pedido de demissão do vice-presidente, Júlio Caetano Veríssimo.

19 de Outubro de 1937 – **Distribuição de pelouros:**

Presidente, Dr. Augusto Lima Albuquerque – serviços municipais, polícia e assistência.

Vice-presidente, Jacinto Nicola Covacich – matadouro, mercados e lavadouro.

Vogal Firmino Lopes Moreira – obras municipais e sua fiscalização, pavimentações, cemitério, higiene e salubridade, jardins e viaturas hipomóveis.

Vogal Aníbal Augusto Moreira – Fomento, sendo: abertura de novas ruas e poços, nas povoações, construção e reparação de pontes e viadutos de interesse municipal, estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo, estabelecimento de barcas de passagem nas vias que atravessam o concelho, sobre o inventário das riquezas naturais do concelho, experiência e introdução de novas culturas, realização de exposições agrícolas, pecuárias e industriais de interesse para o concelho, saúde pública e turismo.

Vogal Adelino Martins – Freguesias.

16 de Novembro de 1937 – Pedido de demissão do vogal Adelino Martins.

23 de Novembro de 1937 – Em substituição do vogal Adelino Martins, foi nomeado Benjamim Simões Protásio. Na mesma sessão pediu dispensa de vogal efectivo, por ter sido nomeado Provedor da Misericórdia do Barreiro. Foi aceite.

21 de Dezembro de 1937 – Entra ao serviço o vogal António Ferro Gomes, em substituição de Benjamim Simões Protásio, assim como Pedro Lopes Santos.

4 de Janeiro de 1938 – **Tomada de posse e distribuição de pelouros da Comissão Administrativa:**

Presidente, Augusto Lima Albuquerque – serviços municipais, incluindo: águas, oficinas, finanças, bombas e motores, abegoaria, electricidade, polícia, assistência e casas económicas.

Vogal Jacinto Nicola Covacich – Matadouro, mercados e lavadouro.

Vogal Firmino Lopes Moreira – obras municipais e a sua fiscalização, cemitério, jardins e viaturas hipomóveis.

Vogal Joaquim Vicente França - Fomento, sendo: abertura de novas ruas e poços, nas povoações, construção e reparação de pontes e viadutos de interesse municipal, estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo, estabelecimento de barcas de passagem nas vias que atravessam o concelho, sobre o inventário das riquezas naturais do concelho, experiência e introdução de novas culturas, realização de exposições agrícolas, pecuárias e industriais de interesse para o concelho, saúde pública e turismo.

Fomento, sendo: abertura de novas ruas e poços, nas povoações, construção e reparação de pontes e viadutos de interesse municipal, estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo, estabelecimento de barcas de passagem nas vias que atravessam o concelho, sobre o inventário das riquezas naturais do concelho, experiência e introdução de novas culturas, realização de exposições agrícolas, pecuárias e industriais de interesse para o concelho, saúde pública e turismo.

Vogal Joaquim da Silva Simplício Júnior – Higiene e limpeza, pavimentos e saúde pública.

22 de Agosto de 1938 – António de Assunção Palhas, entra ao serviço como vogal, em substituição do presidente, de licença.

3 de Outubro de 1938 – O presidente lançou para a Mesa a seguinte proposta: «É do conhecimento de todos que recentemente pairou sobre o mundo a sombra negra da guerra. Homens de Estado, chefes responsáveis das nações mais fortes faziam esforços sobrehumanos para que nem tal cataclismo fosse evitado. Tudo em vão. À campanha do ódio e mentira de certa imprensa e política que pregando a paz, pregava a guerra, como único meio de atingir os seus fins, impedia que as negociações se fizessem num ambiente amigável. Surgiu então um homem que cômico da sua vontade forte e sincera, lutando contra a mentira e os falsos pacifistas, foi de Inglaterra à Alemanha em busca de paz. Esse símbolo, duma época e duma civilização, conseguiu a paz e em circunstâncias que tornam o tráfico e o que há de mais humano. Mas a paz conseguiu-se, com sacrifícios é certo, mas salvando milhões de vidas e uma civilização. Não nos compete a nós julgar o preço dessa paz, porque esse facto pertencerá ao futuro, o que devemos reconhecer como cidadãos pacíficos, como portugueses, como amantes da ordem, como pais, e que esse homem Néville Chamberlain, é hoje credor de milhões de vidas. Por esse mundo fora e em Portugal, tem-se sempre glorificado o nome daqueles, que pelos seus feitos, acções ou exemplos, possam merecer o respeito e carinho dos povos e o respeito das gerações futuras. Pelos factos expostos e pelo reconhecimento de que eu estou crente, a maioria da população deste concelho tem para com este paladino da paz, se ponha o nome de «Rua Néville Chamberlain»; segundo, que no dia em que for colocada a placa nessa rua, se convidem representações das escolas, sindicatos e outros organismos, que se queiram representar no acto inaugural; que a data escolhida para esse efeito seja o dia 1º de Dezembro do corrente ano.

10 de Outubro de 1938 – Foi presente um exemplar de auto de delimitação da área da vila deste concelho, que confirmando a resolução tomada em sessão de 29 de Junho do ano findo, a transcreve a parte do referido auto assinado pelo Presidente como representante da Câmara e fazendo parte da Comissão oficial do Ministério das Obras Públicas para delimitação da área urbanizável da Vila do Barreiro, em que se descrevem detalhadamente os limites dessa área, definida pelos seguintes pontos: Cais Ferreira Filipe, junto ao rio (primeiro ponto); daqui seguindo a Azinhaga da Paiva, até ao Alto da Paiva (segundo ponto); deste, seguindo a Azinhaga da Estação do Lavradio, até à passagem de nível desta estação (terceiro ponto); deste, e em recta, até à Boca do Rego, no rio (quarto ponto). O rio Tejo constitui a linha de ligação do primeiro com o último ponto.

17 de Outubro de 1938 – O vereador Jacinto Nicola Covacich enviou para a Mesa a seguinte proposta: «Proponho que se oficie às Câmaras do Seixal e da Moita, pedindo para secundar esta Câmara no pedido de fazer, ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações para que a ponte sobre o Rio Coina e que liga o Barreiro ao Seixal por Caminho de Ferro, seja adaptada ao transporte de peões e veículos.»

24 de Outubro de 1938 – Pedido de medidas urgentes contra a construção de um bairro, a que foi posto o nome de Bairro Changai, em homenagem aos bairros imundos e miseráveis daquela cidade, e que está sendo construído a dois quilómetros da sede de concelho, mas no vizinho concelho da Moita.

13 de Março de 1939 – Carta da Irmandade do Santíssimo Sacramento com data do 10 do corrente, da Igreja de Santa Cruz, pedindo o alargamento da rua para onde deita a sacristia da referida Igreja, embora reconheçam prejuízo para o templo, oferecem os seus bons ofícios para que este caso seja resolvido em definitivo.

11 de Setembro de 1939 – Ofício n.º 1404 de 31 de Agosto, da Comissão da Exposição Histórica do Mundo Português, expondo que desejando aquele comissariado colocar na Exposição do Mundo Português que se realiza em 1940, a bandeira dos diferentes concelhos de Portugal e tendo dificuldade ou antes a impossibilidade de adquirir as bandeiras, toma a liberdade de pedir a esta câmara se poderá ceder a bandeira deste concelho, em filete de lã. Deliberado informar que esta câmara não tem bandeira do concelho.

30 de Outubro de 1939 – Tomada de posse de Joaquim José Fernandes como presidente da C.M.B. em substituição de Augusto Lima de Albuquerque, que pediu a sua exoneração.

7 de Novembro de 1939 – Extenso relatório da instalação da água canalizada no Barreiro, com história, orçamentos e despesas com essa obra, propondo-se na final a municipalização desse serviço.

Na mesma sessão foram distribuídos os pelouros:

Joaquim José Fernandes, Presidente: serviços municipais, incluindo águas, electricidade, finanças, abegoaria, polícia e assistência e casas económicas..

Vogal Jacinto Nicola Covacich – matadouro, lavadouro, oficinas, viaturas automóveis e bombas e motores.

Vogal Firmino Lopes Moreira – cemitério, jardins, mercados, viaturas hipomóveis, obras municipais e sua fiscalização.

Vogal Joaquim Vicente França – Fomento, sendo: abertura de novas ruas e poços, nas povoações, construção e reparação de pontes e viadutos de interesse municipal, estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo, estabelecimento de barcas de passagem nas vias que atravessam o concelho, sobre o inventário das riquezas naturais do concelho, experiência e introdução de novas culturas, realização de exposições agrícolas, pecuárias e industriais de interesse para o concelho, saúde pública e turismo.

Vogal Joaquim da Silva Simplício Júnior – higiene, limpeza, pavimentos e saúde pública.

16 de Janeiro de 1940 – Sendo necessário dar denominações a várias ruas e avenidas que, por serem de recente construção ainda a não possuem, dificultando conhecer-se a sua localização, a indicação em documentos oficiais e, em breve, o censo da população a realizar-se no fim do corrente ano, proponho que as avenidas e ruas a seguir designadas passem a denominar-se:

- 1) a rua situada a norte do Parque, entre a avenida Chamberlain e a travessa da Creche: «Rua Dr. Câmara Pestana», em homenagem ao grande bacteriologista português.
- 2) A avenida a poente dos mercados agrícolas e de peixe, entre a rua acima e a avenida da Bélgica, «Avenida 1640», em memória do glorioso ano da independência.
- 3) A avenida que, através das quintas Grande e Pequena, vai desde a entrada da Verderena à passagem de nível Miguel Pais, até ao caminho de ferro, segunda a contar da rua da Escola Primária. «Avenida D. Afonso Henriques».
- 4) A rua entre esta avenida e a escola primária «Rua Júlio Dinis», o notável escritor cujo primeiro centenário foi há pouco celebrado.
- 5) À rua que de nascente para poente segue a directriz da antiga estrada da Quinta Grande «Rua D. Nuno Álvares Pereira»
- 6) À rua paralela a esta última, a norte da Quinta Pequena, «Rua Mouzinho de Albuquerque» o glorioso colonialista e valente militar de África.

Todas estas propostas são da autoria de Joaquim José Fernandes.

4 de Março de 1940 – Regulamento do matadouro municipal.

25 de Março de 1940 – Por proposta do presidente foi deliberado por unanimidade exarar nesta acta um voto de agradecimento ao sr. Afonso de Dornelas pela forma como tratou o assunto relativo às armas e selo desta Câmara e pelo espírito de isenção que pôs na mesma tarefa.

1 de Abril de 1940 – Pelo presidente foi enviada para a mesa a seguinte proposta: duas travessas que ligam a rua João de Deus com a rua Doutor Manuel de Arriaga, não têm denominação, não obstante haverem neles várias portas de casas de habitação e de quintais. Convindo remediar os inconvenientes dessa falta proponho:

- 1) Que á travessa mais a poente entre aquelas duas ruas, passe a denominar-se «Travessa Doutor Manuel de Arriaga».
- 2) Que a travessa mais a nascente entre aquelas duas ruas, passe a denominar-se «Travessa João de Deus»

8 de Abril de 1940- Portaria com a descrição das armas do brasão do Barreiro.

15 de Abril de 1940 – Projecto de regulamento privativo dos serviços municipalizados das águas.

29 de Abril de 1940 – ofício n.º 3228 de 25 de Abril do Director da Procuradoria Geral do Municípios, agradecendo a requisição da bandeira para a Exposição Histórica, para que solicita cópia do parecer aprovado pela Associação dos Arqueólogos. Quanto ao estandarte tomou já a liberdade de executar o desenho. Deliberado encomendar o estandarte do município pela quantia de quatro mil e duzentos escudos.

20 de Maio de 1940 – minuta para a escritura dos terrenos anexos ao moinho do Jim. Nota: Este terreno destinava-se a um colector, no entanto, já tinham sido feitas à alguns anos consultas e propostas à proprietária para a venda do moinho, para aí ser construído um museu para a Vila, com espólio doado pelo pintor Augusto Madureira.

3 de Junho de 1940 – Não tendo sido dado ainda denominação ao troço da antiga estrada da Quinta Grande, compreendida entre a rua Miguel Bombarda e o início da rua D. Nuno Álvares Pereira, e estando aquele troço destinado a ser alargado à custa do terreno triangular em que termina o campo de jogos do Luso Futebol Clube, constituindo assim um largo, proponho que seja dado ao mesmo o nome de «Largo da Quinta Grande».

Verificando-se que por ter sido baseada sobre uma planta antiga, já modificada, a denominação de rua Júlio Dinis, que foi indicada como pertencente a uma rua entre a da «Escola Primária» e a «Avenida D. Afonso Henriques», quando essa rua não existe, proponho que se rectifique o edital de 15 de Março para que essa denominação seja dada à rua imediata à mesma avenida para o lado poente.

22 de Junho de 1940 – Transcrição da escritura de compra dos terrenos do moinho do Jim.

13 de Janeiro de 1941 – A «avenida Duarte Pacheco», é referida como «Avenida da Praia» (nome da rua que aí existia antes do aterro marginal). Esta denominação deve-se ao facto de, por ter sido dado o primeiro dos nomes quando este engenheiro deixou de exercer as funções de ministro, acontece que agora estava outra vez a ocupar a pasta de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, pelo que se optava por não usar o seu nome.

8 de Setembro de 1941 – Requerimento de Abílio da Silva Mendes, pároco da freguesia do Barreiro e encarregado do culto católico na freguesia do Lavradio necessitando em consequência da concordata, de preencher novas formalidades no pedido feito ao senhor ministro, para entrega da Igreja matriz do Lavradio à competente autoridade paroquial do culto católico com destino ao

exercício do fim primitivo daquele templo, pretende que lhe seja declarado, por escrito, baseado no arquivo da Câmara, o seguinte: 1º - Que a Câmara Municipal do Barreiro é favorável ao regresso da Igreja paroquial do Lavradio ao exercício do culto católico, prescindindo a Câmara de quaisquer direitos adquiridos ou cedidos sobre o mesmo templo; 2º - Que por documentação em sua posse dá testemunho de que a junta de paróquia do Lavradio fez idêntica declaração, favoráveis portanto, ao desembaraço do exercício católico na dita Igreja. A Câmara resolveu deferir o pedido e passar o documento requerido por ser a expressão da verdade.

13 de Setembro de 1941 – Quanto à proposta do vereador Jacinto Nicola Covacich respeitante à venda por esta Câmara de um talhão de terreno (aprovada em dezoito de Março de 1940) para a construção de um edifício destinado ao ensino de ginástica, ringue de patinagem, a Câmara resolveu localizar o talhão a que se refere esta proposta entre a rua do Instituto dos Ferroviários, uma rua em projecto e a Avenida Chamberlain, o qual mede 1512 metros quadrados.

22 de Setembro de 1941 – requerimento do Padre Abílio Mendes, de teor igual à de 8 de Setembro, mas desta vez para a Igreja de Palhais.

6 de Outubro de 1941 – Arrematação em hasta pública do talhão de terreno ao norte da rua dos Ferroviários, pelo Futebol Clube Barreirense.

2 de Dezembro de 1941 – Pedido feito pelo Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para que a Câmara fornecesse a relação dos seus documentos mais antigos, para inventariação dos arquivos municipais.

5 de Janeiro de 1942 – **Distribuição dos pelouros, de acordo com o parágrafo 3º do art.º58 do Código Administrativo:**

Joaquim José Fernandes, Presidente – serviços municipais incluindo: águas, electricidade, finanças, polícia e assistência.

Vogal Jacinto Nicola Covacich – matadouro, lavadouro, oficinas e viaturas automóveis.

Vogal Firmino Lopes Moreira – cemitério, jardins, mercados, viaturas hipomóveis e abegoaria e obras municipais e sua fiscalização.

Vogal Joaquim Vicente França - Fomento, sendo: abertura de novas ruas e poços, nas povoações, construção e reparação de pontes e viadutos de interesse municipal, estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo, estabelecimento de barcas de passagem nas vias que atravessam o concelho, sobre o inventário das riquezas naturais do concelho, experiência e introdução de novas culturas, realização de exposições agrícolas, pecuárias e industriais de interesse para o concelho, saúde pública e turismo. Instrução e freguesias.

Vogal Joaquim da Silva Simplício Júnior – Higiene, limpeza, pavimentos e saúde pública.

16 de Março de 1942 – Chamado à efectividade em substituição do vereador Joaquim Vicente França, o cidadão António Gomes Júnior.

29 de Junho de 1942 – Pelo presidente Joaquim José Fernandes foi apresentada a seguinte proposta: «Existe no Lavradio um largo com o nome de «Largo 14 de Maio», esta denominação comemorativa de uma data sangrenta em que se cometeram vários crimes políticos, sob o domínio da demagogia que então imperava no país, não deve subsistir. Proponho por isso que a sua denominação passe a ser «Largo 28 de Maio», data em que aquele domínio terminou.

21 de Setembro de 1942 – Pagamento de notícia de propaganda sobre o Barreiro, no jornal «Diário da Manhã» de 9 de Setembro.

30 de Novembro de 1942 – Compra a Cristina Bastos Reynolds dos terrenos da Quinta Grande para a construção de uma escola feminina, por nove escudos e dez centavos o metro quadrado, compreendendo o terreno 1695 m².

1944 – Referência a «Rua da Mocidade Portuguesa»

7 de Agosto de 1944 – Proposta e louvor a Alfredo da Silva pela transladação deste industrial para o cemitério de Santa Bárbara.

4 de Setembro de 1944 – Postura sobre o racionamento.

18 de Setembro de 1944 – Extenso relatório do Ministério do Interior sobre o diferendo entre a C.M.B. e a C.U.F. em relação ao abastecimento de água ao bairro operário.

23 de Dezembro de 1944 – Depois de a 4 do mesmo mês ter sido recebido o pedido de exoneração do vereador Vicente França, e de este ter recusado voltar atrás na sua decisão, foi decidido chamar à efectividade o vereador substituto, José Vasconcelos Matias.

20 de Fevereiro de 1945 – Foi presente uma carta do vereador José de Vasconcelos Matias, informando que por afazeres profissionais não pode comparecer às reuniões da Câmara, pelo que pede 90 dias de licença. Resolvido conceder e chamar à efectividade o vogal substituto Armando da Silva Pais.

17 de Março de 1945 – Licença de 45 dias ao vereador Firmino Lopes Moreira, chamando para o substituir nesse período o vogal Leonel Guiomar dos Santos.

28 de Abril de 1945 – Anúncio pelo presidente da câmara que no final do mandato (Dezembro) iria pedir a sua exoneração por não ter condições físicas para continuar a exercer o cargo.

28 de Maio de 1945 – Foi resolvido dar à rua transversal entre a avenida Chamberlain e a Travessa do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste o nome de «Rua Álvaro Velho», cronista da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e natural desta Vila.

10 de Dezembro de 1945 – Escola de ensino técnico – colaboração da CUF na Escola Industrial Alfredo da Silva.

Esta escola viria a ser criada por decreto-lei n.º 35402 de 27 de Dezembro de 1945.

2 de Janeiro de 1946 – **Constituição da Câmara Municipal do Barreiro:**

Joaquim José Fernandes – Presidente, serviços de água, electricidade, finanças, polícia e assistência e secretaria.

João Nicola Covacich – Matadouro, mercados, viatura hipomóveis, abegoaria, obras municipais e sua fiscalização.

José de Oliveira Raposo (professor) – Fomento, abrangendo: abertura de novas ruas e praças nas povoações, construção e reparação de fontes e viaturas de interesse público, estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo, jardins, cultura e turismo, instrução e freguesias.

José Pereira Gonçalves (funcionário da CUF) – Higiene e limpeza, pavimentos e saúde pública, armazém.

Vitor Rodrigues Adragão – cemitério, oficinas e viaturas automóveis.

1946 – Referência à Rua Direita (à que ainda hoje existe entre a rua Elias Garcia e início da Miguel Bombarda) resultado do alinhamento e prolongamento da avenida da Bélgica.

3 de Junho de 1946 – Projecto do Bairro das Cem Casas (futuro bairro eng. Ulrich).

12 de Agosto de 1946 – Requerimento da Sociedade Agrária Portuguesa, pedindo que em virtude de estar interessada em adquirir o terreno sobrance que resultar da demolição do conhecido «Poço dos Dezasseis», que confina com a sua propriedade denominada «Quinta da Cerca», seja o mesmo terreno colocado em hasta pública.

Setembro de 1946 – Referência à rua João Roberto Pereira, no Lavradio.

2 de Dezembro de 1946 – Os vereadores da Câmara Municipal deliberaram conceder ao Presidente Joaquim José Fernandes a medalha de ouro da Vila do Barreiro, atendendo aos relevantes serviços prestados em prol do concelho.

31 de Março de 1947 – por proposta do presidente da Câmara, foi enviado ao Ministério do Interior a proposta de elevação do Barreiro a Cidade.

28 de Julho de 1947 – Concedida licença ao vereador José Pereira Gonçalves por 30 dias, tendo sido chamado para o substituir Dagoberto António Leal Branco.

4 de Agosto de 1947 – Reclamação contra o perigo de incêndio na fábrica de cortiça «Firma Cantinhos e Marques»

27 de Outubro de 1947 – Entrada ao serviço como fiel de armazém em concurso público, Vicente Augusto Bolina.

15 de Dezembro de 1947 – Agradecimento à notícia publicada no jornal o «Século» sobre o Ginásio do F. C. Barreirense.

31 de Março de 1948 – Atribuição da medalha de ouro da Câmara Municipal ao F. C. Barreirense.

5 de Julho de 1948 – A Junta de Freguesia do Lavradio, propôs que à avenida a inaugurar no mês seguinte, fosse dado o nome de «Avenida J. J. Fernandes». Para a deliberação o presidente retirou-se da sala, tendo sido aprovado por maioria, votando contra o vereador Adragão, que considerou que se devia dar um nome de maior evidência.

27 de Setembro de 1948 – Por proposta do Presidente, foi deliberado:

- Dar o nome de «Rua Salvador Correia» à nova rua transversal (tinha acabado de ser feita a urbanização da «Quinta da Cerca») entre a rua da Mocidade Portuguesa e a rua Eusébio Leão;
- Dar o nome de «Praça Dr. Caeiro Mata» ao largo delimitado pelo prolongamento da Rua Miguel Pais até à de Marquês de Pombal, ao largo compreendido pela estrada do matadouro e escola industrial;
- Dar o nome de «Largo Nossa Senhora o Rosário» ao pequeno largo limitado pela Igreja do Rosário, troço poente da Rua Marquês de Pombal e prolongamento da de Miguel Pais, desde o cruzamento com a Almirante Reis.

25 de Outubro de 1948 – Foi protelada a proposta do vereador Adragão para denominar a rua Heliodoro Salgado, como «Rua Papa Leão XIII», devido à dúvida de se darem nomes de individualidades estrangeiras a vias públicas.

14 de Fevereiro de 1949 – Abaixo assinado dos moradores da Quinta Grande, para a construção de um mercado hortícola e agrícola, na sua área de residência.

14 de Março de 1949 – Foi resolvido dar ao bairro das Cem Casas de renda reduzida o nome do ilustre Ministro das Obras Públicas, eng. José Frederico Ulrich.

4 de Abril de 1949 – Bairro da CUF – Constando nesta Vila que a CUF pretende dar novo aspecto arquitectónico ao bairro de setecentas e cinquenta moradias que vai construir para alojar o seu pessoal operário e trabalhador, aproveitando a orientação arquitectónica dos bairros operários construídos antes da última guerra, na Alemanha e dos que ultimamente estão ainda a ser construídos na Rússia, isto é, com a utilização de cozinhas e refeitórios comuns, em edifícios de oito e mais andares; Considerando que a população portuguesa, especialmente à do Barreiro, não interessa, por falta de preparação cívica, tal género de moradia; Considerando que há todo o interesse em que as casas dos operários seja do tipo de moradia individual como é tradicional com um pequeno logradouro que o prende à habitação, isto sob o ponto de vista social, pois assim se evitará a reunião de operários pelas tabernas com todos os inconvenientes, não exceptuando o político.

25 de Abril de 1949 – Resposta do Governo Civil à questão do Bairro da CUF, levantada pela câmara municipal, informando que nunca foi pensada pela Companhia fazer casas daquela forma e se mostra interessada na maior independência na vida de cada uma das famílias dos seus operários.

1 de Agosto de 1949 – Foi resolvido conceder 2 meses de licença ao vereador José de Oliveira Raposo e chamar à efectividade o vereador substituto Dagoberto António Leal Branco.

8 de Agosto de 1949 – Foi resolvido conceder 30 dias de licença ao vereador efectivo José Pereira Gonçalves e chamar durante este período o vereador substituto Carlos Augusto Garcia.

29 de Agosto de 1949 – Abertura de uma rua transversal entre a rua João de Deus e a Rua Braz Foi presente o processo relativo à aquisição de 190 metros quadrados de terreno, a fazer aos herdeiros de João dos Santos Costa, para a abertura da citada rua.

12 de Setembro de 1949 – Retomou as suas funções o vereador José Pereira Gonçalves, que se encontrava de licença, não deixando de exercer a actividade o vereador substituto Carlos Augusto Garcia, por ter entrada do licença o vereador substituto Dagoberto António Leal Branco.

2 de Janeiro de 1951 – Tomada de posse e distribuição dos pelouros da vereação que irá servir no quadriénio de 1951 a 1954:

José de Oliveira Raposo – Presidência, secretaria, tesouraria e polícia; mercados e matadouro;

João da Silva Júnior – Oficinas, armazéns e viaturas automóveis;

José Francisco Sabino – viaturas hipomóveis, abegoaria, higiene e limpeza e cemitério;

Carlos do Nascimento Ramildes – saúde pública, parques, jardins e arborização;

Manuel da Costa Figueira – Obras e sua fiscalização, iluminação e fomento, abrangendo: abertura de novas ruas e poços nas povoações, conservação e reparação de pontes e viadutos, estabelecimento de serviços públicos e transportes colectivos.

18 de janeiro de 1951 – Concessão de medalha de ouro da Câmara Municipal do Barreiro ao Luso Futebol Clube.

25 de Janeiro de 1951 – Poço dos Dezasseis – O vereador Hipácio Dias Alves referindo-se aos inconvenientes da existência do Poço dos 16, na rua Almirante Reis desta Vila, que na situação em que se encontra, constitui um atentado à higiene e à moral públicas, visto ser um foco de imundices, dando lugar a cenas desagradáveis e indecorosas, que justamente escandalizam os habitantes daquele local. Propôs a demolição do referido poço e a sua substituição por um bebedouro, sem pias, no Largo do Rompana, que não tem grande trânsito e dispõe de espaço suficiente. O presidente disse que a vereação anterior deliberou conservar o Poço do 16, atendendo ao seu valor tradicional e mostrou desejo de que o assunto fosse encarado sob este aspecto. Em sentido contrário pronunciou-se o vereador Manuel da Costa Figueira, dizendo que embora se tratasse de uma opinião digna de respeito a ela não deveria obedecer a orientação da Câmara, mas antes cumpria encarar o problema nos seus aspectos de ordem estética e higiénica. Declarou que votava sem reticências à demolição do poço e concordava com a sua transferência para o Largo do Rompana. Também o vereador João da Silva Júnior afirmou dar a sua aprovação à demolição proposta, mas lembrava a conveniência de isso ser feito sem provocar protestos no público e que no edifício a erguer naquele local se colocasse uma lápide ou memória apropriada.

19 de Abril de 1951 – Falecimento do presidente da República Marechal Oscar Carmona. Foi deliberado dar o nome de «Avenida Marechal Carmona» à avenida Chamberlain.

14 de Junho de 1951 – Primeira sessão em que tomou a presidência Manuel da Costa Figueira. Para vice-presidência fora nomeado Joaquim Simplício. Tinha exercido interinamente as funções de presidente o professor Oliveira Raposo.

26 de Julho de 1951 – Pelo presidente foi afirmado que em sessão de 25 de Janeiro de 1951, foi aprovado por maioria uma proposta que visava a transferência para local mais apropriado do marco fontanário existente na rua Almirante Reis, conhecido como o Poço dos 16, a fim de poder ser demolido o alpendre de alvenaria ali existente. Em reunião de 22 de Fevereiro foi deliberado colocar no Pátio do Morgado, entre aquela artéria e a rua Aguiar, um local de fácil acesso o novo marco fontanário, que teria a mesma designação tradicional de Poço dos 16. O novo marco fontanário estava já pronto vindo de Estremoz onde foi construído.

2 de Agosto de 1951 – Tomada de posse do vereador substituto Narciso António Pereira.

13 de Setembro de 1951 – Tomada de posse do vereador substituto, Joaquim Antunes da Silva (que serviu durante mais de um ano).

20 de Setembro de 1951 – O presidente informou a Câmara que o sr. Luís Cunha de Oliveira, residente em Lisboa, tinha feito a oferta para a Biblioteca Municipal de um exemplar encadernado do livro «Memória Histórica e Descritiva da Vila do Barreiro» da autoria de J. A. Pimenta.

22 de Novembro de 1951 – a edilidade ligou-se à campanha lançada pelo «Jornal do Barreiro» para a elevação do Barreiro a Cidade.

10 de Julho de 1952 – Primeira sessão a que assistiu o vereador substituto Francisco Simões Branco.

21 de Agosto de 1952 – Inserido nas comemorações do 10º aniversário da morte de Alfredo da Silva e no centenário do Ministério das Obras Públicas (arranjos da avenida Duarte Pacheco), é proposta a construção de um monumento à sua memória nessa avenida.

Na mesma sessão foi aprovada a denominação de rua no Lavradio:

- 1) O local onde se encontrava o antigo cemitério e a Igreja de Santa Margarida e onde foi construído o novo miradouro, que se destina a ser ajardinado e arborizado, receba o nome de «Miradouro de Santa Margarida», que é orago da mesma freguesia.
- 2) Ao largo que fica no extremo Norte da rua Dom Luís Furtado de Albuquerque, em terrenos recentemente urbanizados, seja dado o nome de «Largo de Marechal Carmona», e homenagem ao ilustre português, que foi Presidente da República.
- 3) Ao caminho que conduz a Barra-a-Barra e era conhecido por «Estrada do Lavradio à Praia», seja dado o nome de «Rua Dom José Carcamo Lobo», fundador da Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense, passando esta rua ser considerada, desde o ponto de confluência da rua da Bélgica com o miradouro de Santa Margarida.
- 4) A artéria que partindo a rua Dom José Carcamo Lobo, passa por detrás da escola primária, confinando com o miradouro e terminando a Norte, na rua conhecida por «da Quinta do Prazo», seja dado o nome de «Rua D. Pedro II», em memória do Rei que concedeu carta de Vila ao Lavradio.
- 5) À rua que fica a Nascente da rua Cândido Manuel Pereira e corta perpendicularmente a Avenida Joaquim José Fernandes, seja dado o nome de «Rua dos Combatentes da Grande Guerra».
- 6) A rua até agora conhecida como «Rua da Quinta do Prazo» e que vai da rua 6 de Janeiro ao largo Marechal Carmona e que delimita a nova zona industrial do Lavradio das zonas habitacionais, receba o nome de «Rua do Industrial Alfredo da Silva».

26 de Fevereiro de 1953 – Morte e funeral do padre Abílio Mendes. O vereador José Francisco Sabino, propôs que à travessa larga junto da Igreja de Santa Cruz, fosse dado o nome do Reverendo Padre Abílio da Silva Mendes. O presidente lembrou a justiça desta proposta, pois foi nesta artéria que sempre residiu o homenageado.

8 de Outubro de 1953 – Em sessão extraordinária de 28 de Setembro de 1953, foi deliberado que pela importância histórica e artística seria restituída a Igreja de S. Francisco ao Patriarcado de Lisboa.

12 Novembro de 1953 – Nomenclatura de ruas- A Câmara deliberou dar a denominação de «Rua dos Silveiros» ao arruamento para peão estabelecido de acordo com o ante-plano de urbanização a sul da Rua do Lavradio e que partindo da rua denominada «Vila Manso» torneja para sul servindo um bloco de habitações de Manuel Maria Lourenço.

7 de Janeiro de 1954 – **Redistribuição de pelouros:**

Manuel da Costa Figueira – Presidente (além dos pelouros inerentes ao cargo (secretaria, tesouraria e polícia), obras e sua fiscalização, conservação e reparação de pavimentos nas povoações, estradas e caminhos, e urbanização.

João da Silva Júnior – Oficinas, armazém e viaturas automóveis.

José de Oliveira Raposo – Mercados e matadouro.

Carlos do Nascimento Ramildes – parques, jardins e arborização, saúde pública.

Hipácio Dias Alves – Instrução, bibliotecas e cultura, propaganda e turismo.

Joaquim Antunes da Silva – Iluminação, estabelecimento de serviços públicos e transportes colectivos.

18 de Março de 1954 – Foi dado à «Rua A da Quinta da Cerca» o nome de «Rua Henriqueta Gomes de Araújo» e à «rua 20 de Abril», o nome de «Rua de Nossa Senhora da Conceição».

25 de Março de 1954 – Foi tomado conhecimento da exoneração do Presidente da Câmara, que a havia solicitado ao Ministério do Interior. A vice-presidência é também exonerada.

Tomam a presidência o Major Décio Pito da Silveira Freitas e substitui nos pelouros do vice-presidente o vereador substituto, Francisco Simões Branco.

13 de Agosto de 1954 – Regulamento dos fardamentos no município.

5 de Dezembro de 1954 – Acta de verificação de poderes dos vereadores da Câmara Municipal do Barreiro eleitos para o quadriénio de 1955 a 1958.

3 de Janeiro de 1955 – **Tomada de posse e distribuição dos pelouros:**

António Augusto Pessoa Monteiro – Presidente (secretaria, tesouraria e polícia); obras e sua fiscalização, conservação e reparação de pavimentos nas povoações, de estradas e caminhos, urbanizações.

José Alfredo Garcia – Vice-presidente.

Agostinho Martins Nunes – Saúde pública, propaganda e turismo.

Carlos do Nascimento Ramildes – Parque, jardins, arborizações, transportes colectivos e iluminação.

Eduardo Inácio Nunes – Mercados, feiras e matadouro.

Gilberto Tavares dos Santos – Oficinas, armazéns e viaturas automóveis.

José Francisco Sabino – higiene e limpeza, cemitérios, abegoarias e viaturas hipoméveis.

Ana Natália Tavares de Castro – Cultura, instrução e biblioteca.

22 de Abril de 1955 – Regulamento do cemitério.

6 de Maio de 1955 – Regulamento do horário e descanso semanal do Concelho do Barreiro.

3 de Junho de 1955 – Posturas sobre pesos e medidas.

2 de Setembro de 1955 – **Foi nomeado para a Presidência da Câmara o engenheiro José Alfredo Garcia**, que ocupava a vice-presidência.

9 de Outubro de 1955 –É chamado à efectividade o vereador substituto Luís César da Silva, pela licença do vereador Carlos do Nascimento Ramildes.

21 de Outubro de 1955 – **Nomeação do Dr. Agostinho Martins Nunes para o cargo de vice-presidente da Câmara.**

21 de Outubro de 1955 – Foi deliberado conceder 90 dias de licença ao vereador Luís César da Silva, chamando à efectividade o vereador substituto Alberto da Costa Mano Teixeira.

22 de Novembro de 1955 – Foram dadas as seguintes denominações de ruas, na Quinta da Lomba:

Rua B – Rua D. Francisco de Almeida.

Rua C – Rua Nagar Aveli

Rua D – Rua de Damão

Rua E – Rua de Diu

Rua F – Rua de D. João de Castro

Rua G – Rua de Goa

Rua H – Rua de D. Afonso de Albuquerque

Rua J – Rua de Dadrá

15 de Dezembro de 1955 – Regulamento do aluguer de máquinas.

29 de Dezembro de 1955 – Projecto para a construção de um novo matadouro.

12 de Janeiro de 1956 – Regulamento para a liquidação e cobrança de licenças para aparelhos de rádio, alto-falantes e outros aparelhos sonoros.

26 de Janeiro de 1956 – Regulamento para a cobrança de licenças de estabelecimento comercial ou industrial.

Regulamento de licenças para tabuletas, letreiros e outros reclames.

2 de Fevereiro de 1956 – Regulamento para as licenças de condução de velocípedes.

9 de Fevereiro de 1956 – Postura sobre a divagação de animais.

Postura sobre as estradas e servidões públicas.

Postura sobre árvores, parques e jardins.

22 de Março de 1956 – Postura sobre a ocupação e conservação da via pública.

28 de Março de 1956 – Postura sobre a segurança e comodidade do trânsito.

5 de Abril de 1956 – Postura sobre a denominação das ruas e numeração de edifícios.

12 de Abril de 1956 – Postura sobre bens do logradouro comum.

19 de Abril de 1956 – Postura sobre a iluminação pública.

Postura sobre ruídos incómodos.

26 de Abril de 1956 – Regulamento municipal sobre a rede de esgotos.

14 de Junho de 1956 – Regulamento da Secretaria.

9 de Agosto de 1956 – Tomam posse os vereadores substitutos, engenheiro Carlos Augusto Ferreira Rosmaninho e Eduardo Rodrigues Xavier.

8 de Novembro de 1956 – Regulamento do imposto para o serviço de incêndios.

5 de Dezembro de 1956 – Referência a uma artigo no jornal «O Século», que enaltece a localidade.

19 de Dezembro de 1956 –Homenagem a Dom Manuel de Mello, nomeando com o título de «cidadão honorário do Barreiro» e concedendo-lhe a medalha de ouro da Vila.

1 de Maio de 1957 – A matriz predial dos antigos paços do concelho na Praça de Sta. Cruz (da República) está registada na Conservatória do Registo Predial da extinta comarca do Seixal, sob o n.º 4187, a folha 94 verso do livro B.

O Lavradio foi incluído como parte urbana da Vila do Barreiro, deixando de ter existência como localidade distinta da sede de concelho pelo Decreto n.º 41158 de 18 de Junho de 1957. Nota: Para efeitos legais, perdeu o estatuto de Vila.

17 de Julho de 1957 – Postura sobre a higiene e limpeza de ruas e largos.

Postura sobre águas e fontes.

Postura sobre lixos, detritos e imundícies domésticas.

2 de Janeiro de 1958 – **Redistribuição dos pelouros:**

Eng. José Alfredo Garcia – Presidência (secretaria, tesouraria e polícia); urbanização e obras.

Dr. Agostinho Martins Nunes – Saúde pública, propaganda e turismo.

Carlos do Nascimento Ramildes – trânsito e iluminação.

Eduardo Inácio Nunes – mercados e feiras; matadouro.

Gilberto Tavares dos Santos – Oficinas, armazém e viaturas automóveis.

José Francisco Sabino – Higiene e limpeza, cemitério, parque e jardins.

Dr.^a Natália Tavares de Castro – cultura, instrução e biblioteca.

29 de Outubro de 1959 – Denominação de arruamentos:

Rua 5 de Outubro e Miguel Bombarda – Rua D. Manuel I, que elevou o Barreiro a Vila.

Rua Almirante Reis – Rua Conselheiro Serra e Moura, como homenagem a quem pela primeira vez lutou pela criação de uma circunscrição judicial no concelho do Barreiro.

Praça da República – Praça de Santa Cruz.

Rua dos Combatentes da Grande Guerra – Rua Carvalho de Araújo.

Rua Industrial Alfredo da Silva (Barreiro) – Rua da União

Rua Industrial Alfredo da Silva (Lavrado) – Rua da Indústria.

Avenida da Bélgica – Avenida Alfredo da Silva.

26 de Novembro de 1958 – Posturas de trânsito (9 capítulos)

18 de Março de 1959 – Acordo escrito entre a Câmara e a Caixa de Previdência para a construção de casas de renda económica na Quinta dos Arcos.

8 de Abril de 1959 – Posturas de trânsito.

6 de Maio de 1959 – Autorização e concessão de subsídio à construção de um monumento ao Padre Abílio Mendes.

4 de Novembro de 1959 – Regulamento de abertura, encerramento e descanso semanal dos estabelecimentos comerciais.

30 de Dezembro de 1959 – Relatório da actividade municipal durante o mandato da vereação de 1955 a 1959.

2 de Janeiro de 1960 – **Tomada de posse e distribuição de pelouros da vereação para o quadriénio de 1960 a 1963:**

José Alfredo Garcia – Presidência (secretaria e tesouraria); urbanização e obras; matadouro.

Victor Rodrigues Adragão – Vice-presidência.

Domingos Henrique da Silva – Propaganda e turismo.

João dos Santos Gaiteiro – Mercados e feiras.

Francisco José Manzoni Sequeira Cabrita – oficinas e armazém.

José Francisco Sabino – higiene e limpeza, cemitérios.

José de Oliveira Raposo – jardins e instrução.

Dr. António Manuel Ribeiro – cultura e biblioteca.

20 de Janeiro de 1960 – Foi chamado à efectividade o vereador substituto Balbino Soares Vieira.

21 de Setembro de 1960 – Voto de pesar pela morte de João Nicola Covacich.

18 de Janeiro de 1961 – Proposta para a construção de um monumento a Alfredo da Silva.

26 de Janeiro de 1961 – Condenação do assalto ao paquete «Santa Maria».

22 de Fevereiro de 1961 – Denominação de arruamentos.

25 de Fevereiro de 1961 – Faleceu o antigo vereador da Câmara, João da Silva Júnior.

Durante os meses de Fevereiro a Maio, a Câmara patrocinou artigos de propaganda ao Concelho do Barreiro, nos jornais «O Século», o «Mundo Português», «A Voz» (28 de Maio), «Revista Defesa Nacional».

12 de Julho de 1961 – Denominação de ruas: Foi deliberado atribuir aos arruamentos dos novos blocos de casas de operários da CUF, os nomes das fazendas que ultimamente foram atacadas na Província Ultramarina de Angola e propriedade da CUF, onde trabalhadores Barreirenses contribuíram na sua construção.

Rua Mavoio – rua a sul dos blocos de habitação do Bairro Novo da CUF.

Rua Medbrigde – rua a sul dos blocos de habitação superior da CUF e que separa a via férrea.

Rua do Ilhéu do Reili – a rua a norte dos blocos de habitação superior da CUF.

26 de Julho de 1961 – Foi concedida licença ao vereador Dr. António Manuel Ribeiro, sendo chamado à efectividade o vereador substituto José de Sousa Gonçalves Júnior.

2 de Agosto de 1961 – Foi concedida licença ao vereador José de Oliveira Raposo e chamado à efectividade o vereador substituto José Pereira Gonçalves.

17 de Janeiro de 1962 – Atribuição da medalha de ouro da Câmara do Barreiro ao Grupo Desportivo da CUF.

31 de Janeiro de 1962 – Regulamento das Edificações Urbanas (59 artigos).

Abril de 1962 – Artigos de propaganda sobre o concelho do Barreiro no jornal «O Mundo Português».

21 de Março de 1962 – Regulamento para a liquidação e cobrança de licenças de estabelecimento comercial ou industrial.

Regulamento para a liquidação e cobrança das licenças de vendedores ambulantes.

28 de Março de 1962 – Discussão de novas instalações para a Biblioteca Municipal (que está instalada numa sala dos edifícios dos paços do Concelho) para a Avenida Alfredo da Silva.

9 de Maio de 1962 – Contrato para fornecimento de energia eléctrica para o concelho do Barreiro.

28 de Maio de 1962 – Foi inserida propaganda do concelho no numero especial do «Jornal da Manhã» e «A Voz».

4 de Julho de 1962 – Concedida licença António Manuel Ribeiro, sendo chamado à efectividade o vereador substituto Balbino Soares Vieira.

29 de Agosto de 1962 – Concedida licença ao vereador José Francisco Sabino, sendo chamado à efectividade o vereador substituto Firmino Antunes Barata.

14 de Janeiro de 1963 – Faleceu o antigo presidente da Câmara, Eduardo Rodrigues Cavaco.

6 de Fevereiro de 1963 – Propaganda do concelho no números especiais do «Jornal do Comércio» e «O Lobito».

13 de Março de 1963 – Discussão sobre a localização e verba a pagar ao escultor Barata Feio, do monumento a Alfredo da Silva.

28 de Maio de 1963 – Propaganda ao concelho no numero especial do «Diário da Manhã» e no jornal «A Voz».

8 de Maio de 1963 – Projecto para a nova biblioteca municipal.

3 de Julho de 1963 – 1ª sessão depois da criação da comarca do Barreiro, com um pequeno historial das «démarches» feitas no sentido da sua obtenção.

9 de Agosto de 1963 – Propaganda ao concelho no «Jornal da Manhã».

21 de Agosto de 1963 – Adaptação do Instituto dos Ferroviários a Tribunal Judicial.

2 de Janeiro de 1964 – **Tomada de posse da vereação para o quadriénio de 1964 a 1967.**

Eng. Bento José Viegas Louro – Presidente

Victor Rodrigues Adragão – Vice-presidente

Vereadores efectivos:

Dr. António Manuel Ribeiro – empregado da CUF.

Balbino Soares Vieira – ferroviário.

Carlos Fernandes Pereira – industrial (renunciou ao cargo a 6 de Julho de 1966).

José Francisco Sabino – ferroviário.

José de Oliveira Raposo – professor primário.

José Ferreira Gonçalves – empregado da CUF.

Vereadores substitutos:

Aureliano da Silva Mota – empregado da CUF

Gilberto Tavares dos Santos – ferroviário

Jaime Gil Guerreiro Pinto – empregado da CUF

José Alves Trindade – industrial

José Francisco Venâncio – industrial

Dr. Manuel Francisco Vaz do Carmo – empregado da UFA.

4 de Março de 1964 – Denominação de arruamentos.

21 de Outubro de 1964 – Regulamento de fardamentos.

Regulamento do imposto municipal sobre espectáculos.

Regulamento do imposto de comércio e indústria.

20 de Janeiro de 1965 – **Nova classificação do Concelho:** Diário do Governo, I série, n.º 305 de 31 de Dezembro de 1964. Decreto lei n.º 46139 – Concelho urbano de primeira classe.

2 de Junho de 1965 – Foi decidido que a inauguração do monumento a Alfredo da Silva se proceda a 30 de Junho.

1 de Julho de 1965 – Balanço da visita do Presidente da República ao Barreiro para a inauguração do monumento a Alfredo da Silva.

6 de Outubro de 1965 – Regulamento da secretaria.

27 de Fevereiro de 1966 – Faleceu o antigo presidente da câmara, José Francisco Alegria Morato.

25 de Maio de 1966 – Foi deliberado voltar a interceder por todos os meios, superiormente, para a elevação do Barreiro a cidade.

20 de Julho de 1966 – Resposta do vereador Carlos Fernandes Pereira, cuja renúncia ao cargo foi recusada, tendo as suas faltas sido consideradas não justificadas. A determinada altura do seu discurso foi-lhe retirada a palavra por o presidente achar que as suas palavras estavam a ofender a Câmara.

30 de Novembro de 1966 – Contribuiu-se para a publicação de uma reportagem desenvolvida sobre o concelho na revista «Flama».

29 de Março de 1967 – Faleceu no dia 23 de Março, o antigo vogal da Câmara, Manuel dos Anjos Xavier.

21 de Junho de 1967 – Memória a erguer na Praça de Santa Maria, evocadora da presença do Papa em Fátima.

2 de Janeiro de 1968 – **Tomada de posse da vereação que irá servir no quadriénio de 1968 a 1971 e distribuição de pelouros:**

Eng. Bento José Viegas Louro – Presidência, secretaria e tesouraria; urbanização e obras.

Armando da Silva Pais – Vice-presidente.

José Francisco Sabino – Higiene e limpeza; cemitérios.

José de Oliveira Raposo – jardins e arborização; instrução.

Dr. António Manuel Ribeiro – oficinas.

Luís Raimundo dos Santos – matadouro e mercados.

António Alberto Claro – assuntos culturais e biblioteca.

Manuel Simões Pereira – assuntos ligados à freguesia de Palhais.

5 de Junho de 1968 – Foi chamado à efectividade por licença do vereador António Alberto Claro, o vereador substituto Capitolino Ferreira Filipe.

12 de Junho de 1968 - Foi chamado à efectividade por licença do vereador Dr. António Manuel Ribeiro, o vereador substituto Dagoberto António Leal Branco.

17 de Julho de 1968 – Biografia de João de Luz, presidente da Comissão Administrativa do Barreiro em 1917, por ocasião de dar o seu nome a uma rua.

3 de Janeiro de 1969 – **Redistribuição dos pelouros:**

Eng. Bento José Viegas Louro – Presidência, secretaria e tesouraria; matadouro e mercados

José Francisco Sabino – Higiene e limpeza; cemitérios.

José de Oliveira Raposo – jardins e arborização; instrução.

Dr. António Manuel Ribeiro – oficinas.

Luís Raimundo dos Santos – urbanização e obras.

António Alberto Claro – assuntos culturais e biblioteca.

Manuel Simões Pereira – assuntos ligados à freguesia de Palhais.

Nota: foram trocados apenas os pelouros entre o presidente e Luís Raimundo dos Santos.

19 de Fevereiro de 1969 – Assume a presidência, o vice-presidente Armando da Silva Pais.

2 de Abril de 1969 – Assume a presidência, o Dr. Carlos José da Cruz e França.

30 de Maio de 1969 – Atribuição de medalhas de ouro, prata e cobre a colectividades e personalidades do Barreiro.

- Regulamento dos cemitérios municipais (65 artigos).

13 de Junho de 1969 – Estatutos dos serviços sociais da câmara (41 artigos).

25 de Julho de 1969 – Foi chamado à efectividade por licença do vereador António Alberto Claro, o vereador substituto Capitolino Ferreira Filipe.

29 de Agosto de 1969 - Foi chamado à efectividade por licença do vereador José Francisco Sabino o vereador substituto Lopo de Aguiar Viana.

31 de Outubro de 1969 – Biografias de Eduardo do Couto, Vital Pereira e José Inocêncio Pereira (músicos amadores) que passam a denominar ruas no Lavradio.

26 de Dezembro de 1969 – Biografia de Joaquim da Silva Simplício Júnior, por o seu nome ter sido atribuído a uma rua.

2 de Janeiro de 1970 – Faleceu o industrial Jacinto Nicola Covacich.

- tabela de taxas e licenças (61 artigos).

20 de Março de 1970 – primeira sessão a que assiste o novo vice-presidente, eng. José as Trindade Alcarve Calado.

31 de Julho de 1970 – Foi chamado o vereador substituto Graciano Pereira Marques.

2 de Abril de 1971 – Alterações do dia do feriado municipal de 15 de Agosto para 7 de Outubro (dia litúrgico). Esta alteração foi aprovada em sessão de Câmara, mas necessitava ainda de confirmação do Governo.

25 de Junho de 1971 – Postura sobre o trânsito (97 artigos, mais anexos com os sentidos de trânsito para todas as ruas da Vila).

8 de Outubro de 1971 – Tomou-se conhecimento do decreto n.º 425-71, de 4 de Outubro, que autoriza a Câmara a considerar feriado municipal o dia 7 de Outubro, por virtude das festas de Nossa Senhora do Rosário.

17 de Dezembro de 1971 – apresentação do projecto para a construção de uma piscina municipal na Avenida Duarte Pacheco.

2 de Janeiro de 1972 – **Tomada de posse da vereação que vai servir no quadriénio de 1972 a 1975 e distribuição do pelouros.**

Dr. Carlos José da Cruz e França – presidência, secretaria, tesouraria; urbanização e obras; higiene e limpeza; matadouro.

Manuel Simões Pereira – cemitérios.

José de Oliveira Raposo – jardins e arborização; instrução.

Joaquim Ferreira Rossio – mercados.

Dr. António João Cisneiro Sardinha – biblioteca; actividade cultural.

3 de Março de 1972 – Proposta para a criação de um Museu Municipal no Convento da Verderena, salvando-o assim da ruína.

28 de Julho de 1972 – Vereadores substitutos: Henrique Santos Teimoso; Manuel dos Santos Martins; Luís Carlos Vasconcelos Matias de Mascarenhas Galvão Mexia; António Ferreira Nogueira.

20 de Dezembro de 1972 – Pedidos de exoneração do presidente e vice-presidente da Câmara.

29 de Dezembro de 1972 – Primeira sessão com o novo presidente, Victor Rodrigues Adragão.

5 de Janeiro de 1973 – **Redistribuição de pelouros:**

Victor Rodrigues Adragão – presidência, secretaria, tesouraria; urbanização e obras; higiene e limpeza; matadouro.

Manuel Simões Pereira – cemitérios.

José de Oliveira Raposo – jardins e arborização; instrução (nível primário).

Joaquim Ferreira Rossio – mercados.

António Sardinha – biblioteca e actividades culturais.

António Ferreira Nogueira – instrução (nível secundário).

22 de Março de 1973 – Proposta para a criação da freguesia de Santo André.

24 de Maio de 1973 – Proposta para apresentar oficialmente o pedido de elevação do Barreiro a cidade.

Agosto de 1973 – Vereadores substitutos: Martinho Galante, Manuel da Silva Rodrigues, Jaime Gil Guerreiro Pinto, Manuel dos Santos Martins, Luís Carlos Galvão Mexia.

25 de Outubro de 1973 – Criação da freguesia de Santo André, pelo decreto-lei n.º 547-23 de 25 de Outubro.

27 de Dezembro de 1973 – Manuel da Costa Figueira, barreirense e antigo vereador e presidente da Câmara Municipal, é nomeado director do jornal «O Século».

14 de Fevereiro de 1974 – Regulamento da concessão de benefícios instituídos aos sócios e seus familiares – Serviços Sociais do Pessoal (43 artigos).

6 de Maio de 1974 – **Com a presença do tenente-coronel André do Nascimento Infante, foi dada a posse à Comissão Administrativa:**

José Manuel Silveiro Lopes, licenciado em História

Albino da Silva Ramos, agente técnico de engenharia civil

Álvaro Ribeiro Monteiro, agente técnico de electrotecnia e mecânica

Alfredo Rodrigues Matos, empregado de escritório
Joaquim Caetano Ramos de Carvalho, empregado bancário
Helder da Silva Nobre Madeira, empregado de escritório
Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes, engenheiro electrotécnico
Joaquim Manuel da Fonseca Matias, estudante de engenharia
Manuel Bucho da Trindade, engenheiro electrotécnico
José Duarte Varagão Alves Pereira, advogado
Raul António Nunes Malacão, empregado de escritório
José António Neves de Ramalho, empregado bancário
Nuno Bernardo Nobre Soares, empregado bancário
José Júlio Ferreira Amado, economista
José Lopes Milheiro, operário metalúrgico
Maria Manuela da Conceição da Silva Covas Monteiro, químico - farmacêutica
José Frederico Antunes, ferroviário
Helder da Silva Fráguas, licenciado em matemática
Júlio Pilar Militão, comerciante

Ficou a exercer as funções de presidente, Dr. Hélder da Silva Fráguas

10 de Maio de 1974 – Distribuição dos pelouros por grupos de trabalho:

Grupo coordenador: formado por Helder da Silva Fráguas, José Duarte Varagão Alves Pereira, Helder Nobre da Silva Madeira e Alfredo Rodrigues Matos.

Grupo 1 - José Duarte Varagão Alves Pereira, Albino da Silva Ramos, Alfredo Rodrigues Matos, José Júlio Ferreira Amado, José Manuel Silveiro Lopes, encarregados dos serviços de secretaria, repartição técnica, tesouraria, fiscalização de impostos, mercados e feiras e aferições, e ainda dos serviços sociais de pessoal.

Grupo 2 - Nuno Bernardo Nobre Soares, Maria Manuela da Conceição da Silva Covas Monteiro, José António Neves de Ramalho, Júlio Pilar Militão, encarregados dos serviços de saúde, higiene e limpeza, sanidade pecuária e matadouro e ainda, fiscalização do meio ambiente (poluição)

Grupo 3 - Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes, José Lopes Milheiro, Hélder da Silva Fráguas, que se encarrega dos serviços de obras, jardins e arborização, cemitérios, instrução e biblioteca.

Grupo 4 - Hélder da Silva Nobre Madeira, Joaquim Caetano Ramos de Carvalho que se encarregará dos serviços municipalizados e tesouraria.

Grupo 5 - Joaquim Manuel da Fonseca Matias e Raul António Nunes Malacão, que se encarregará dos serviços das águas e saneamento dos serviços municipalizados.

Grupo 6 – José Ferreira Antunes, Manuel Bucho da Trindade e Álvaro Ribeiro Monteiro, que se encarregará do serviço de transportes colectivos e oficinas nos serviços municipalizados.

25 de Março de 1975 – Substituição do vogal Helder Madeira (em campanha eleitoral) pelo vogal Nuno Bernardo Nobre Soares.

12/12/1976 – Primeiras eleições democráticas para as autarquias locais.

Helder da Silva Nobre Madeira – Presidente/ 1º mandato (2 de Janeiro de 1977 – Tomada de posse e distribuição dos pelouros da Câmara Municipal do Barreiro eleita para servir no **triénio de 1977 a 1979.**

José António Cabrita Baptista – obras particulares
António Joaquim Nunes – Higiene; limpeza e mercados.
Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes e
Fernando Jorge Camacho Fagundes – obras municipais

Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes – Planeamento
Victor Hugo Lopes Nunes e
Jesuíno de Sousa Matoso – serviços administrativos
Joaquim Manuel Mendes Serralheiro – águas e saneamento
Joaquim Manuel da Fonseca Matias – transportes

18 de Maio de 1977 . O vereador Jesuíno Sousa Matoso renunciou ao mandato.

1 de Junho de 1977 – Substituição do vereador Jesuíno Sousa matoso (PS) pela vereadora Maria Fernanda Tavares.

11 de Outubro de 1978 – A vereadora Maria Fernanda Tavares, formula o pedido de renúncia ao mandato.

9 de Novembro de 1978 – Os vereadores Fernando Jorge Camacho Fagundes, António Joaquim Nunes e Helder Ribeiro da Silva, eleitos pelo PS, depois da entrada em vigor da Lei das Competências das Autarquias, não aceitavam a responsabilidade de qualquer pelouro.

4 de Janeiro de 1979 – Deliberado fazer as «démarches» junto das autoridades competentes, a elevação do Barreiro a Cidade.

A 16/12/1979 – 2ª eleições para autarquias locais

Hélder Madeira – Presidente/ 2º mandato (16 de Janeiro de 1980 – Tomada de posse e distribuição de pelouros da vereação para servir no triénio de 1980 a 1983:

Carlos Maurício – pelouro de organização, programação e informação.

Joaquim Galrito – pelouro do planeamento urbanístico.

Álvaro Morgado – pelouro do abastecimento público.

Rogério Fráguas – pelouro dos assuntos sociais, educação e cultura.

Francisco Costa – pelouro do trânsito.

Alfredo Matos – pelouro do saneamento básico.

Joaquim Matias – pelouro de transportes e oficinas.

Alfredo Bolina – pelouro de assuntos comerciais e administrativos.

Vereador substituto do presidente: vereador Carlos Maurício.

A lei permite para o concelho do Barreiro o limite máximo de 3 vereadores em regime de tempo inteiro, designados pelo presidente nos termos do n.º 3 do art.º 55 da lei n.º 79/77 – Lei das Autarquias. Foram designados nestas condições os vereadores: Carlos Maurício, Joaquim Matias e Alfredo Matos.

5 de Novembro de 1980 – Por suspensão de mandato do vereador Carlos Maurício, foi substituído por Joaquim Tomé Maçarico.

23 de Dezembro de 1980 – Suspensão do mandato do vereador Francisco Mendes Costa.

23 de Outubro de 1981 – Renúncia ao mandato do vereador Joaquim Matias. Foi substituído no dia 2 de Novembro pelo elemento mais votado a seguir, na respectiva lista, Artur Rodrigues David. Este, no entanto, renunciou por motivos profissionais, sendo substituído por Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco, que empossada no dia seguinte, renunciaria igualmente por motivos particulares.

Tomou posse definitivamente no dia 4 de Novembro o vereador Eduardo José da Conceição Guerreirinho, que assumiu o lugar do vereador Manuel da Fonseca Matias.

12/12/1982 – 3ª eleições para as autarquias locais.

Hélder Madeira – Presidente/ 3º mandato (Organização e programação como simples área de trabalho e não propriamente como pelouro) (4 de Janeiro de 1983 – Tomada de posse e distribuição de pelouros para a vereação servir no triénio de 1983 a 1986.

Júlio Guilherme Lopes Freire – Serviços administrativos e financeiros (abrangendo a Câmara e os serviços municipalizados).

Joaquim Manuel Neto Galrito – Planeamento, gestão urbanística e obras.

Alfredo Rodrigues de Matos – pelouro saneamento básico (incluindo águas e esgotos).
- pelouro de informação e relações públicas.

Armando de Sousa Teixeira – pelouro do meio ambiente, saúde e poluição.
- pelouro do ensino, cultura, desporto e juventude.

Eduardo José da Conceição Guerreirinho – pelouro dos transportes (a englobar a empresa pública municipal de transportes, quando vier a ser criada)

Francisco Mendes da Costa – pelouro do trânsito.

Manuel José Pina Lucas Batista – pelouro dos assuntos sociais.

Carlos Manuel Padrão Nunes – pelouro das actividades económicas.

Vereadores em regime de permanência: Alfredo Rodrigues de Matos; Armando de Sousa Teixeira; Joaquim Manuel Neto Galrito.

15/12/1985 – 4ª eleições para autarquias locais

Helder Madeira – Presidente/ 4º mandato - não deterá nenhum pelouro, apenas com s funções de coordenação do trabalho colectivo e a representação da câmara. Tomada de posse a 6 de Janeiro de 1986 e distribuição de pelouros da vereação que vai servir no **quadriénio de 1986 a 1989**:

António Nascimento Amado – Pelouro do planeamento e gestão urbanística; pelouro do meio ambiente, saúde e poluição.

Júlio Guilherme Lopes Freire – pelouro da administração, finanças e pessoal e gabinete de organização e métodos (a primeira parte abrange os serviços municipalizados).

José Augusto dos Santos Arede – pelouro das obras municipais (Câmara) e águas e saneamento (serviços municipalizados).

António José Viegas Piteira – pelouro do desporto, juventude, ensino e cultura; pelouro da Informação e relações públicas.

José Manuel dos Santos Cunha – pelouro dos transportes públicos.

Ramiro João Pimentel Antunes – pelouro dos assuntos sociais

Luís da Silva Mateus – pelouro das actividades económicas.

Clarimundo Pereira – pelouro do trânsito.

Vereadores em regime de permanência - António Nascimento Amado; Júlio Guilherme Lopes Freire; José Augusto dos Santos Arede; António José Viegas Piteira.

10 de Setembro de 1986 – pedido de suspensão de mandato por motivo de doença do vereador José Arede. Faleceu a 8 de Dezembro de 1986.

2 de Dezembro de 1987 – Moção de homenagem ao vereador José Augusto dos Santos Arede. O vereador Júlio Freire procedeu à leitura de uma moção em sua memória, tendo sido atribuída à praca localizada em frente às novas instalações da Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, o seu nome: «Praca José Arede».

7 de Setembro de 1988 – Renúncia ao mandato do vereador Luís da Silva Mateus (eleito pelo P.R.D.) vereador do pelouro das Actividades Económicas. Foi substituído por Renato Costa.

22 de Março de 1989 – Renúncia ao mandato de Paulo Alexandre França Figueiredo (eleito pelo P.R.D.), por motivos profissionais. Avisa ainda que é o último nome da lista do partido, ficando assim a Câmara sem um vereador.

17/12/1989 – 5ª eleições para autarquias locais

Pedro Alberto Correia de Andrade Canário – Presidente/ 1º mandato (8 de Janeiro de 1990 – Tomada de posse e distribuição de pelouros da vereação que vai servir no quadriénio de 1990 a 1993:

Funções de coordenação da actividade da vereação, representação da Câmara e os serviços adstritos ao Gabinete de Informação e Relações Públicas.

José Gonçalves Henriques – pelouro dos Recursos Humanos; Obras e Serviços Públicos; Ordenamento do Trânsito.

Luís Manuel Araújo de Carvalho – Pelouro do planeamento e desenvolvimento.

Júlio Guilherme Lopes Freire – Pelouro da Administração e Finanças.

Carla Marina Pires Santos Rocio Mendes – Pelouro da Educação e Actividades Formativas.

João António da Silva Pintassilgo – Pelouro do Ambiente e Recursos Naturais.

Marcos Manuel Guerra Pimenta – pelouro da Saúde e Assuntos Sociais.

Vereadores em regime de permanência: Carla Marina Pires Santos Rocio Mendes; Júlio Guilherme Lopes Freire; José Gonçalves Henriques, todos a tempo inteiro e; Luís Manuel Araújo de Carvalho e João António da Silva Pintassilgo a meio tempo.

19 de Fevereiro de 1992 – Renúncia do mandato do vereador José Augusto Pinto de Almeida, por motivos profissionais (ida para o estrangeiro, como treinador de futebol).

20 de Fevereiro de 1992 – Tomada de posse do vereador Francisco Mendes da Costa em substituição do vereador José Augusto.

15 de Abril de 1992 – Por proposta do vereador João António da Silva Pintassilgo, foi aprovado dar o nome de «Salgueiro Maia - Capitão de Abril» a uma rua da cidade o Barreiro.

12/12/1993 – 6ª eleições para autarquias locais

(Devido à discordância dos vereadores eleitos pelo PS nos pelouros atribuídos pelo presidente, tendo apresentado uma contra-proposta, que foi recusada, não aceitaram qualquer pelouro).

Pedro Alberto Correia de Andrade Canário – Presidente/ 2º mandato (12 de Janeiro de 1994 – Tomada de posse da vereação que vai servir no quadriénio de 1994 a 1997 e distribuição de pelouros.

Coordenação; Informação e Relações Públicas; Educação e Actividades Formativas.

Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes – Obras e Serviços Públicos; Modernização Administrativa.

José Gonçalves Henriques- Pelouros da Administração e Finanças; Recursos Humanos; Modernização Administrativa.

Luís Manuel Araújo de Carvalho – Planeamento e Desenvolvimento; Ambiente.

Eduardo Manuel Correia Porfírio – Habitação; Instituição de Solidariedade Social; Intervenção na Divisão de Projecto de Edificações.

13 de Setembro de 1995 – Contrato de promessa e venda do «Moinho Pequeno», anexo F1.

2 de Novembro de 1995 – Suspensão do mandato do vereador Aires de Carvalho por 180 dias, por motivo de tomada de posse como deputado da Assembleia da República, eleito pelo círculo de Setúbal.

28 de Fevereiro de 1997 – Tomada de posse do vereador Francisco Almeida Pinto, em substituição do vereador Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes.

16 de Março de 1997 – Pedido de suspensão de funções pelo vereador Emídio Xavier (incompatibilidade de funções – administração da Amarsul). Tomada de posse, em substituição do vereador anterior, de José Manuel Braz dos Santos.

13 de Agosto de 1997 – Aquisição do «moinho gigante» de Alburrica ao eng.º António José da Costa Amaral por 4.700 contos.

14/12/1997 – 7ª eleições para autarquias locais

Pedro Alberto Correia de Andrade Canário – Presidente/ 3º mandato – funções de coordenação; Planeamento e Desenvolvimento (9 de Janeiro de 1998 – Tomada de posse e distribuição de pelouros, da vereação que vai servir no **quadriénio de 1998 a 2001**:

Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes – pelouros das obras e serviços urbanos; Gabinete Técnico Local (reabilitação do Barreiro Antigo); Modernização Administrativa; Informação e Relações Públicas.

José Gonçalves Henriques – Administração; Finanças e Recursos Humanos.

Luís Manuel de Araújo Carvalho – Educação e Actividades Formativas.

Edite de Sousa Coelho – Abastecimento Público.

Aires Manuel Jacinto de Carvalho – CIAC.

Emanuel d'Ascensão Teixeira Gois – Gestão de Cemitérios.

Eduardo Fernando Marques Xavier – Assuntos Sociais (incluindo a acção social escolar); Habitação Social.

José Miguel Leal da Silva – vereador sem pelouro.

13 de Novembro de 1998 – Suspensão do mandato do vereador José Miguel Leal da Silva. Seguidamente foi dada posse ao Dr. Amílcar Santos Romano.

29 de Dezembro de 1999 – pedido de suspensão de mandato do vereador Luís de Carvalho. Foi substituído pela Dr.ª Carla Marina.

26 de Janeiro de 2000 – Devido ao pedido de alteração do prazo de suspensão de mandato, foi deliberado substituir o mandato do vereador Luís de Carvalho, pela Dr.ª Carla Marina.

29 de Março de 2000 – Tomada de posse da vereadora Carla Marina, por falecimento do vereador Luís de Carvalho.

22 de Novembro de 2000 – Suspensão de mandato do vereador Eduardo Fernandes Marques Xavier. Foi dada posse ao vereador José João Água Doce Engrossa.

16/12/2001 – 8ª eleições para autarquias locais

Emídio Branco Xavier – Presidente (tomada de posse em 11/01/2002) – *1º mandato*

Carlos Augusto Maurício da Costa Lopes (CDU);

Maria Madalena Afonso Alves Pereira (PS);

Joaquim Manuel da Fonseca Matias (CDU);

Luís Pedro Cerqueira (PS);

Carla Marina Pires dos Santos (CDU);

Francisco Mendes Costa (PSD);

Amílcar Santos Romano (PS);

Rui Vargas Ferrugem (CDU).

09/10/2005 – 9ª eleições para autarquias locais – Mandato 2005-2009

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho – Presidente (tomada de posse a 27/10/2005) – *1º mandato*

Emídio Branco Xavier – (PS)

Joaquim Manuel da Fonseca Matias (Urbanismo e vice presidente dos CMB)- (CDU)

Luís Pedro Cerqueira – (PS)

Sofia Amaro Martins (Obras Municipais) – (CDU)

Amílcar Santos Romano – (PS)

Bruno Jorge Viegas Vitorino (Ambiente/Juventude) – (PSD)

Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro (Cultura/associativismo/desporto) – (CDU)

João Carlos Soares – (Independente embora fosse do PS)

11/10/2009 – 10ª eleições para autarquias locais – Mandato 2009-2013

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho – Presidente (tomada de posse em 26/10/2009) – *2º mandato*:

José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes (independente);
Sofia Amaro Martins (CDU);
Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro (Cultura/associativismo/desporto) – (CDU);
Amílcar Santos Romano – (PS);
Rui Pedro Gaspar Lopo (CDU);
Zélia Leal Mendes da Silva (PS);
Carlos Alberto Fernandes Moreira (CDU);
Nuno Miguel Soares Banza (PSD).

29/09/2013 – 11ª eleições para autarquias locais – Mandato 2013-2017

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho – Presidente (tomada de posse em 20/10/2013) – *3º mandato:*

Luís Filipe Pimenta Ferreira (PS);
Sofia Amaro Martins (CDU);
Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro (CDU);
Marcelo Correia de Souza Moniz (PS);
Joana Rita Falua Branco (PS);
Sónia Isabel Oliveira Lobo (CDU);
Bruno Jorge Viegas Vitorino (PSD).

01/10/2017 – 12ª eleições para autarquias locais – Mandato 2017-2021

Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa – Presidente (tomada de posse em 22/10/2017) - *1º mandato:*

Rui Miguel dos Santos Braga (PS)
João António da Silva Pintassilgo (PS);
Sara Isabel da Conceição Ferreira (PS);
Sofia Amaro Martins (CDU);
Rui Pedro Gaspar Lopo (CDU);
Sónia Isabel Oliveira Lobo (CDU);
Bruno Jorge Viegas Vitorino (PSD).

26/09/2021 – 13ª eleições para autarquias locais – Mandato 2021-2025

Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa – Presidente (tomada de posse em 08/10/2021) -
2º mandato:

Rui Miguel dos Santos Braga (PS);

Mónica Alexandra Salvador Duarte (CDU);

Sara Isabel da Conceição Ferreira (PS);

Rui Pedro Ferreira Pereira (PS);

Miguel Amaral (CDU);

Maria João Gonçalves da Conceição Martins Regalo (PS);

Carlos Miguel dos Santos Guerreiro (PS);

Maria Arlete Pereira da Cruz (PS).